

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

ACTA N.º 3/2018

No dia trinta de Abril do ano de dois mil e dezoito, pelas 11,00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Soure, convocada nos termos Regimentais, para a sua **SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA**, com a seguinte Proposta de Ordem de Trabalhos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Ponto 1. Leitura de Expediente/Informações

Período da Ordem do Dia

Ponto 1. Apreciação de uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, sobre a Actividade Municipal

Ponto 2. EDUCAÇÃO – ENSINO PRÉ-ESCOLAR, ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

- Candidatura de Adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE)

Ponto 3. PROMOÇÃO TURÍSTICA

- . Rede de Aldeias de Calcário – Terras de Sicó
 - Aprovação do “Contrato de Parceria” e “Protocolo de Sustentabilidade Financeira”

Ponto 4. REDE PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS

- Proposta de Adesão

Ponto 5. ALTERAÇÃO/CORRECÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA MUNICIPAL

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Ponto 6. Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais/2017

Ponto 7. Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas / 2017

Ponto 8. GRANDES OPÇÕES DO PLANO – PPI E AMR – E ORÇAMENTO // 2018

- Apreciação de Propostas de Revisão – 1.^a /1.^a -

Ponto 9. EMPRESA INTERMUNICIPAL DE ÁGUAS, SANEAMENTO E OUTROS SERVIÇOS*

9.1. Proposta de Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Soure, o Município de Mira e o Município de Montemor-o-Velho

9.2. Integração do Município de Soure nessa Empresa Intermunicipal, bem como a Agregação dos Serviços de Água, Saneamento e Outros Serviços.

* *Para conhecimento.*

Ponto 10. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro*

Período de Intervenção do Público

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

A Folha de Presenças circulou pelas Bancadas, tendo-se verificado:

Na **BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA**

A **Presença** dos Senhores Deputados:

- João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
- Jorge Manuel Simões Mendes, Dr.;
- Sandra Isabel S. Bonito Machado, Dra. (em substituição);
- José Maria Ferraz da Fonseca;
- António Abreu Gaspar;
- Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.;
- Jorge Manuel Gomes Simões;
- Luís Carlos Gonçalves Redinha;
- Patrícia Alexandra P. Simões, Eng.^a;
- Nuno José Rodrigues Abreu;
- Tânia Cristina Viegas dos Santos Mota (em substituição);
- Maria Mabilda Simões Cura, Dra.;
- Ivo Gil Antunes Martins Costa, Dr.(em substituição);
- Rosa Alexandra Travassos Sousa Colaço, Dra.;
- Rafael Alexandre Tralhão Gomes, Dr.;
- Jorge Manuel Neves Branco;
- Manuel Branco Aires;
- Agostinho Fernandes Ramalho Bento;
- José Ribeiro Catarino;
- Manuel Simões Vicente (em substituição);
- Porfírio António Cardoso Quedas, Dr.;
- Evaristo Mendes Duarte;

A **Ausência** dos Senhores Deputados:

- Olga Maria de Sá Pimenta Fernandes;
- Nuno Miguel Simões de Carvalho;
- Rui Pedro Lizardo Roque;
- Carlos Mendes Simões;

Na **BANCADA DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP-PPM**

A **Presença** dos Senhores Deputados:

- Ângelo Manuel Cordeiro da Silva Penacho, Prof.;
- Virgílio Manuel dos Santos Costa, Dr.;
- Márcia Cristina Lopes Travassos, Dra.;
- Nuno Filipe Pereira N. Morais Trindade (em substituição);
- Susana Isabel Anjo Lapo, Dra.;

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

A **Ausência** do Senhor Deputado:
- José Manuel Páscoa G. Mendes;

Na **BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**

A **Presença** dos Senhores Deputados:
- José Francisco Ferreira Malhão, Dr.;
- João Augusto de Castro Ramos Pereira, Eng.º;
- Ana Isabel Fernandes Fortunato, Dra.;

Na **BANCADA DO M.A.I.S.**

A **Presença** do Senhor Deputado:
- António José Martinho dos Santos Mota, Dr.;

Assim, estando presentes 31 (trinta e um) membros, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia, confirmada a existência de quórum, declarou aberta a Sessão.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Ordem de Trabalhos. -----

Período de Antes da Ordem do Dia

PONTO 1. LEITURA DE EXPEDIENTE/INFORMAÇÕES

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia:
“ Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Vereadores, Público aqui presente, Funcionárias, Funcionários... Boa tarde a Todas e a Todos, designadamente e em particular aquelas e aqueles que não tive oportunidade de cumprimentar, pessoalmente, como teria gostado.

Vamos dar início a esta 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do corrente ano de 2018... começariamos pelo Período de Antes da Ordem do Dia com a Leitura de Expediente e Informações.

Dar nota que, em termos de expediente, nada de relevante terá chegado, para informação. Nesta 2ª Sessão, como é hábito, deram entrada na Mesa, três Moções alusivas ao 1.º de Maio – uma da CDU (Coligação Democrática Unitária), outra do PS (Partido Socialista) e outra do PSD (Partido Social Democrata) -.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Pela Bancada do PS, foi presente a seguinte Moção:

Moção

"1.º DE MAIO"

Foi com a Revolução de Abril que os trabalhadores conseguiram melhorar, de forma significativa, com a sua acção reivindicativa, as suas condições de vida e de trabalho.

Os Deputados Municipais do Partido Socialista de Soure, reunidos no dia 30 de Abril de 2018, saúdam todos os Trabalhadores pela passagem de mais um Aniversário do 1.º de Maio, data histórica pela luta do direito ao trabalho.

Estas comemorações são manifestações de luta do Povo Português, para alcançar melhores condições de vida, melhores salários, igualdade de oportunidades, respeito pelas minorias e o direito à diferença.

-Foi deliberado, por unanimidade, com 31 (trinta e um) votos a favor, aprovar a aceitação da presente Moção. -----

Foi deliberado, por maioria, com 30 (trinta) votos a favor -- 22 (vinte e dois) da Bancada do PS, 4 (quatro) da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM, 3 (três) da Bancada da CDU e 1 (um) da Bancada do MAIS -- e 1 (uma) abstenção da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM – Sr.ª Deputada, Susana Lapo -, aprovar a Moção.-----

Pela Bancada da CDU, foi presente a seguinte Moção:

Moção

"1.º DE MAIO"

Na passagem de mais um aniversário do 1.º de Maio, saudamos todos os trabalhadores, força essencial para o desenvolvimento sócio económico do país.

O afastamento do governo PSD/CDS, deu início a um processo de reposição de salários, rendimentos e direitos. Mantêm-se contudo, os problemas estruturais que têm vindo a aprofundar as desigualdades salariais: obsessão pelo cumprimento de défice,

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

resistência à renegociação da dívida e os constrangimentos impostos pelo euro. No sector público mantém-se o congelamento salarial enquanto no sector privado, apesar dos lucros crescentes do capital, os rendimentos do trabalho mantêm-se estagnados.

A construção de um Portugal com futuro exige ainda:

- A revogação das normas gravosas da legislação laboral;
- O investimento no sector produtivo e o aumento da produção nacional;
- O controlo público sobre os sectores estratégicos da economia;
- Mais justiça fiscal;
- Mais equitativa distribuição da riqueza

A Assembleia Municipal de Soure, reunida no dia 30 de Abril, saúda o 1.º de Maio e exorta todos os trabalhadores a participar nas comemorações sindicais deste dia de luta e festa, de quem trabalha.

Foi deliberado, por unanimidade, com 31 (trinta e um) votos a favor, aprovar a aceitação da presente Moção. -----

Foi deliberado, por maioria, com 28 (vinte e oito) votos a favor -- 22 (vinte e dois) da Bancada do PS, 2 (dois) da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM, 3 (três) da Bancada da CDU e 1 (um) da Bancada do MAIS -- e 3 (três) abstenções da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM – Srs. Deputados, Ângelo Penacho, Susana Lapo e Nuno Trindade -, aprovar a Moção.-----

Pela Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM, foi presente o seguinte Voto de Saudação:

OITO DE SAUDAÇÃO

“1.º DE MAIO”

Amanhã celebra-se o dia “1 de maio” em todo o mundo.

“Oito horas de trabalho, oito horas de lazer e oito horas de repouso”.

Foi por esta reivindicação que a 1 de maio de 1886, milhares de trabalhadores em Chicago saíram às ruas. Numa altura que os direitos laborais eram consideradas uma

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

miragem, os trabalhadores da então maior cidade dos Estados Unidos anunciaram uma greve geral pelos seus direitos. Na altura o resto do país seguiu-lhe o exemplo.

Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional. Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento de trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Assim, propomos que a Assembleia Municipal de Soure, delibere:

Relembrar e Saudar o 1º de maio enquanto dia histórico da defesa da dignidade dos trabalhadores e dos seus direitos laborais fundamentais.

-Foi deliberado, por unanimidade, com 31 (trinta e um) votos a favor, aprovar a aceitação do presente Voto de Saudação.-----

- Foi deliberado, por unanimidade, com 31 (trinta e um) votos a favor, aprovar o Voto de Saudação.-----

Pela Assembleia de Freguesia de Soure, foi presente a seguinte Moção:

Moção

“SECTOR DE DISTRIBUIÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA POR PARTE DOS CTT”

Considerando os vários relatos que vêm efetuados os Membros desta Assembleia de Freguesia, no atraso recorrente da distribuição da correspondência por parte dos CTT, com consequências negativas para a população da nossa Freguesia.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Considerando que o serviço prestado pelos CTT, muito particularmente na entrega de correspondência expedida e recebida, vem causando incómodos prejuízos aos seus utentes, instituições e empresas.

Deliberou a Assembleia de Freguesia de Soure, em conjunto com o seu Executivo, por unanimidade, em sua Reunião de 27 de Abril de 2018 apresentar uma MOÇÃO DE REPÚDIO pelos serviços prestados pelos CTT, na sua área geográfica, dando conhecimento ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, à Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), como Entidade Reguladora, à Administração dos CTT, ao Senhor Presidente do Município de Soure e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Soure.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia: “Pedia ao Senhor Deputado Municipal, Dr.º Santos Mota, que clarificasse... se a entrega desta Moção aprovada pela Assembleia de Freguesia e pela Junta de Freguesia, de Soure, se destina a que a Assembleia Municipal dela tome conhecimento, ou, se pretendem que a aprecie e que sobre ela se prenuncie”.

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Santos Mota: “Muito bom dia... antes de mais cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente do Município, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Membros do Gabinete de Apoio e Colaboradores do Município... Esta Moção surge pela insatisfação da comunidade em relação aos maus serviços prestados pelos serviços de distribuição dos CTT. Para além das trocas, que são habituais, os atrasos na entrega de correspondência têm causado alguns prejuízos. Os exemplos que nos deram, em Assembleia de Freguesia, são de realçar os atrasos na entrega dos documentos de pagamentos de impostos e de electricidade, resultando daí as penalizações inerentes ao não cumprimento.

Curiosamente, no dia 26 de Abril, à tarde, foi entregue ao Presidente de Junta de Freguesia de Soure e ao Presidente da Assembleia de Freguesia de Soure, um convite para a participação nas Comemorações do 25 de Abril... esta é uma situação que se tem agravado com o decorrer do tempo, e, naturalmente, como autarcas, é nossa obrigação, não nos resignarmos, não nos conformarmos com estas situações. Há que tomar determinados procedimentos, e aquilo que pretendemos é que esta Moção seja reforçada pelo parecer da Assembleia Municipal”.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Eng.º João Ramos Pereira: “Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, muito bom dia a todos... sobre este assunto que eu acho que é de enorme importância, e sobre o qual, já fizemos uma intervenção na última Assembleia, eu queria saudar e cumprimentar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soure, por esta iniciativa, porque de facto, nós estamos a atingir situações perfeitamente intoleráveis. Como dizíamos na altura, é o preço que pagamos pela privatização dos CTT. Os CTT, foram durante anos e anos, uma instituição de referência na vida portuguesa, foi uma empresa prestigiada, que cumpria bem as suas funções, e a partir da sua privatização nós deixámos de ter um serviço postal, decente. Neste momento os CTT são uma empresa que está muito mais interessada nas operações financeiras que entretanto adquiriu neste pacote de privatizações, do que propriamente na concretização de um serviço postal de qualidade.

Eu penso que nessa Moção só faltaria exigir do Governo a reversão do processo de privatização, por incumprimento das cláusulas desse contrato de privatização”.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia: “...Sintetizando... o objectivo desta Moção será dar nota à Administração dos CTT, que a Junta de Freguesia de Soure e a Assembleia de Freguesia de Soure, repudiaram, por unanimidade, a má qualidade dos serviços que estão a ser prestados em termos de correspondência expedida e recebida... depois, deram conhecimento à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal, à ANACOM e ao Senhor Ministro do Planeamento... isto significa, que ao aprovarmos esta Moção, tal e qual como ela está, estamos no fundo a tornar a Assembleia Municipal solidária, com esta Moção de Repúdio, muito concreta, aprovada pela Junta de Freguesia de Soure e pela Assembleia de Freguesia de Soure... A não ser que quisessem colocar agora à discussão, também, a qualidade ou falta dela do serviço prestado noutras Freguesias e, também, a natureza jurídica da solução que está em vigor. Neste momento, salvo melhor opinião, o entendimento da Mesa é de que se trata apenas da Assembleia Municipal, solidarizando-se com esta posição aprovada pela Junta de Freguesia de Soure e pela Assembleia de Freguesia de Soure, apreciar e aprovar esta Moção que tem o direccionamento que dela consta.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Virgílio Costa: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores e colegas Deputados, bom dia...

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Sobre esta Moção apresentada pelo Senhor Dr. Santos Mota, eu creio que ela em si encerra um juízo de valor genérico e conclusivo. Acho que seria oportuno que fosse devidamente fundamentada, isto é, que enunciasse, em concreto, em que é que incide o observado que realmente leva a essa conclusão... devia ser melhor concretizada, para saber quais são esses serviços.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Santos Mota: “ Nós, Junta de Freguesia de Soure, somos um interlocutor da comunidade nesta manifestação de descontentamento. Eu referi-me, concretamente, ao sector da distribuição de correspondência, portanto, não pondo em causa outros sectores.”

-Foi deliberado, por unanimidade, com 31 (trinta e um) votos a favor, aprovar a aceitação da presente Moção.-----

-Foi deliberado, por unanimidade, com 31 (trinta e um) votos a favor, aprovar a Moção.-----

Pela Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM, foi presente o seguinte Voto de Saudação:

VOTO DE SAUDAÇÃO

“EVOCAÇÃO DO CENTENÁRIO DA BATALHA DE LA LYS”

No passado dia 9 de abril comemorou-se o centenário da **Batalha de La Lys**, ocorrida dia **9/04/1918**, durante a Primeira Guerra Mundial e que resultou de um intenso ataque alemão contra as posições do **Corpo Expedicionário Português**.

Esse confronto fez mais de 7.000 baixas portuguesas entre mortos (400), feridos e 6.600 prisioneiros, sendo um dos mais mortíferos da história militar de Portugal.

Soure tem um Monumento e nome de Rua em homenagem aos Mortos da I Grande Guerra, onde tombaram dezenas de homens naturais deste concelho.

Na evocação e comemoração daquela batalha proponho que esta Assembleia delibere:

- Lembrar e saudar a memória de todos os soldados portugueses participantes no Corpo Expedicionário Português (CEP), em particular todos aqueles que estiveram presentes na Batalha de La Lys na Flandres ao serviço da pátria e da liberdade da Europa.

- Guardar um minuto de silêncio em sua memória.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

-Foi deliberado, por unanimidade, com 31 (trinta e um) votos a favor, aprovar a aceitação do presente Voto de Saudação.-----

-Foi deliberado, por unanimidade, com 31 (trinta e um) votos a favor, aprovar o Voto de Saudação.-----

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Eng.º João Ramos Pereira: “Queria fazer uma Declaração de Voto que é a seguinte:

- Naturalmente que a Bancada da CDU e eu próprio, subscrevemos este Voto em homenagem àqueles que morreram na Batalha de La Lys, que foi, de facto, uma Batalha bastante importante na 2.ª Guerra Mundial. Mas um dia, temos de fazer, aqui, uma homenagem a todos aqueles que morreram na 1.ª Guerra Mundial, nas nossas antigas Colónias Africanas. Na 1.ª Guerra Mundial, em Moçambique, morreram mais soldados do que em todas as Batalhas da Frente Europeias. Nós normalmente só nos lembramos dos soldados portugueses que na 1.ª Guerra Mundial morreram na Europa. Um dia, se calhar, vamos ter de fazer uma homenagem a esses soldados que na 1.ª Guerra Mundial faleceram em África.

Queria ainda abordar outro assunto que é o seguinte: Nós vamos para a terceira reunião da Assembleia Municipal e não temos Actas das Reuniões de Dezembro e de Fevereiro. Para a nossa Bancada as Actas também são um instrumento de trabalho de muita utilidade, para além de serem uma obrigatoriedade regimental. Portanto, alertava o Senhor Presidente para a necessidade de o fazer cumprir no que a este ponto diz respeito.

Por outro lado, queria deixar aqui, a nossa opinião sobre o processo em curso de transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais. Estamos a falar de um processo, que não é em rigor um processo de descentralização de competências, mas é um processo de desconcentração de competências, ou de transferência de competências entre Unidades Orgânicas do Estado e para a execução de actos materiais com autonomia administrativa e financeira. Na nossa opinião, a inexistência de Regiões Administrativas constitui, desde logo, um obstáculo a uma efectiva descentralização por serem um factor indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis da Administração. Logo à partida, em nenhuma situação do processo pode resultar aumento da despesa pública. Isso significa que, a transferência de competências não vai ser acompanhada dos meios humanos, dos recursos financeiros adequados ao desempenho destas funções transferidas, e por consequência, deste processo também não vai resultar melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, mas como a prática tem demonstrado, será mais uma tentativa de redução de investimento público e transferência da insatisfação e incumprimento do Estado para o Poder Local. Uma verdadeira

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

descentralização de competências, será aquela em que o Poder Local Democrático se assume como titular de atribuições e competências próprias com os inerentes poderes de direcção configurados à luz do princípio da subsidiaridade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponham em causa as funções sociais do Estado. Por tudo isto, não podemos deixar de expressar as maiores reservas quanto às transferências de competências de mera execução, física e financeira, mantendo o poder de decisão em última instância no Governo e na Administração Central.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia:
“Por motivos vários que estão em vias de ser resolvidos com o Senhor Presidente da Câmara, não tem havido serviço de apoio à Assembleia Municipal... estão de baixa duas funcionárias e deixou de haver recurso a um serviço externo complementar... tudo aponta para que, a curto prazo, este quadro de algum atraso na apreciação de Actas, seja normalizado.”

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Período da Ordem do Dia

PONTO 1. APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL

INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 22 DE FEVEREIRO E 23 DE ABRIL DE 2018

01-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO/ MELHORAMENTO DE CENTROS ESCOLARES

No período em análise, foram realizadas diversas intervenções em estabelecimentos educativos, por Administração Direta, num total de 1.904.04€.

TRANSPORTES ESCOLARES

Funcionamento regular da rede de transportes, para todos os níveis de ensino.

Pagamento de um total de 60.480.15€, a empresas de transportes e IPSS do Concelho, ou diretamente a alunos que frequentam o ensino obrigatório fora do concelho, por inexistência dessa oferta educativa no concelho de Soure.

COMUNICAÇÕES

O Município assegura o pagamento das comunicações dos estabelecimentos de ensino. O pagamento destas despesas, dos jardins-de-infância e escolas do 1.º CEB, perfizeram um total de 772.46€.

SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO 1.º CEB.

Acompanhamento de todos os serviços, que funcionaram normalmente, nos Jardins de Infância e nas Escolas de 1.ºCEB

Ação Social Escolar/Serviço de Apoio à Família
Protocolos com Instituições e Juntas de Freguesia

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Pagamento da Prestação de Serviços de Confeção, Transporte e Distribuição das Refeições Escolares nos Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar no valor de 12.164.41€, e no 1.º CEB com o valor de 25.942.91€, relativos ao ano letivo de 2017/2018.

Pagamento do Acordo de Cooperação com o Centro Social das Malhadas para a disponibilização de um Recurso Humano, com a finalidade de prestar serviços no âmbito do funcionamento do SAF (Serviço de Apoio à Família), no valor de 1.800€.

Pagamento do Acordo de Cooperação com o Centro de Assistência Paroquial da Granja do Ulmeiro, para a disponibilização de um Recurso Humano com a finalidade de prestar serviços no âmbito do funcionamento do SAF (Serviço de Apoio à Família), no valor de 1.800€.

Pagamento do Acordo de Cooperação com a Casa do Povo de Vila Nova de Anços para a disponibilização de um Recurso Humano, a meio tempo, com a finalidade de prestar serviços no âmbito do funcionamento do SAF (Serviço de Apoio à Família), no valor de 560€.

Continuação das ações de acompanhamento à confeção, distribuição e serviço de refeições do Pré-Escolar e 1.º Ciclo, no âmbito dos contratos relativos aos Programas de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos Alunos do 1.º CEB., sendo este acompanhamento efetuado com apoio de uma Nutricionista.

Nos meses de fevereiro e março de 2018 (ano letivo 2017/2018) foram servidas as seguintes refeições:

JI	Fevereiro 2018	Março 2018	Total de Refeições	Entidade Fornecedora
Alfarelos	80	98	178	Freguesia de Alfarelos
Degracias	136	140	276	Centro Social das Degracias
Figueiró do Campo	178	168	346	Centro Social de Alfarelos
Granja do Ulmeiro	337	354	691	Freguesia da Granja do Ulmeiro
Samuel	104	104	208	Freguesia de Samuel
Sobral	229	247	476	APPACDM de Soure
Soure	556	632	1188	DGESTE
Tapéus	159	184	343	Freguesia de Tapéus
Vila Nova de Anços	168	172	340	Casa do Povo de Vila Nova de Anços
Vinha da Rainha	252	277	529	Freguesia da Vinha da Rainha
Total	2199	2376	4575	

1.º CEB	Fevereiro 2018	Março 2018	Total de Refeições	Entidade Fornecedora
Alfarelos	468	483	951	Freguesia de Alfarelos
Degracias	413	427	840	Centro Social das Degracias
Figueiró do Campo	424	435	859	Centro Social de Alfarelos
Granja do Ulmeiro	1082	1119	2201	Freguesia da Granja do Ulmeiro
Samuel	164	182	346	Freguesia de Samuel
Sobral	498	493	991	APPACDM de Soure
Soure	2141	2066	4207	DGESTE
Tapéus	266	267	533	Freguesia de Tapéus
Vila Nova de Anços	665	691	1356	Casa do Povo de Vila Nova de Anços
Vinha da Rainha	258	273	531	Freguesia da Vinha da Rainha
Total	6379	6436	12815	

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO
REGIME DE FRUTA ESCOLAR

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Manutenção do Programa Regime Fruta Escolar – Lanche Saudável – aos alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo, com entregas semanais. O objetivo é promover o consumo de fruta e inculcar outros hábitos saudáveis nas crianças e suas famílias. O investimento foi de 1.335.95€.

Realização da 1.ª medida de acompanhamento do Regime de Fruta Escolar, através da atividade denominada “Histórias Aromatizadas”, realizada em parceria com a Equipa da Biblioteca Municipal de Soure, em todos os estabelecimentos de ensino pré-escolar e de 1.ºCEB públicos do Concelho. Esta consistiu na dinamização de uma história, alusiva às diversas ervas aromáticas existentes e à sua utilização como parte de uma alimentação saudável, na entrega de um herbário que foi construído nas Oficinas Municipais da Autarquia, a cada turma, para que os alunos possam observar o processo de secagem das ervas. Foi ainda oferecido um kit lúdico e um panfleto alusivos à temática, a cada aluno, com o intuito de que a mensagem da importância de uma alimentação saudável e sustentável possa passar para as respetivas famílias. Esta atividade teve um custo de 442.80€.

AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO “PEGADA ECOLÓGICA” – EDUCAÇÃO AMBIENTAL – QUERCUS

Dinamização de Ações de Educação Ambiental pelo Núcleo Regional de Coimbra da QUERCUS, em todas as escolas do 1.º Ciclo do Concelho de Soure, com o objetivo de sensibilizar as crianças para as consequências dos nossos comportamentos diários no meio ambiente, através da explicação da Política dos 3 R’s (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), do cálculo da nossa Pegada Ecológica, das consequências da utilização do plástico, nomeadamente na Poluição Marítima; assim como incentivar à mudança de comportamentos, através de dicas de Poupança Energética e da Água. Esta atividade teve um custo total de 210€.

DESPESAS DE MANUTENÇÃO

Transferência para o Agrupamento de Escolas Martinho Árias, relativa ao ajustamento à 2ª tranche do pagamento das Despesas de Manutenção do 1.º CEB, num valor de 1.575€ e do Pré-escolar num valor de 357€ (2017/2018).

PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB

Protocolos com Instituições e Juntas de Freguesia – pagamento num total de 17225€.

Continuação das aulas de “Adaptação ao Meio Aquático” no horário das AEC – Atividade Física - com a possibilidade de levar os alunos do 1.ºCEB do Concelho de Soure às piscinas Municipais de Vila Nova de Anços, proporcionando-lhes assim o contacto com este desporto.

ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

PROGRAMA ECO-ESCOLAS

Continuação da participação nos Conselhos **Eco-Escolas 2017/2018** e em todas as atividades inerentes ao funcionamento do Projeto Eco-Escolas, do qual o Município de Soure é parceiro.

Este ano letivo estão inscritas 6 escolas participantes: Jardim de Infância e EB1 Vinha da Rainha (inscrição conjunta), Jardim de Infância de Vila Nova de Anços, Centro Escolar do Marco, EB1 do Sobral e Escola Secundária Martinho Árias de Soure.

ROTA PELAS FLORESTAS – ECO ESCOLAS

O Município de Soure, em conjunto com as Eco-Escolas do Concelho desenvolveu uma Rota pelas Florestas, que decorreu na semana de 19 a 23 de março de 2018, com o acompanhamento do município, com a seguinte agenda:

Dia 19/03 – Jardim de Infância de Vila Nova de Anços;

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Dia 20/03 – Centro Escolar do Marco, dia 21/03 – Jardim de Infância e EB da Vinha da Rainha;

Dia 22/03 – EB1 sobral;

Dia 23/03 – Escola Básica e Secundária Martinho Árias;

Esta Rota culminou com a entrega do testemunho e da bandeira ao Sr. Presidente de Câmara e ao Sr. Vereador, no Salão Nobre do Município.

COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DA ÁRVORE

O Dia Mundial da Árvore (21 de março) foi assinalado na EB1 de Soure, com a plantação de várias árvores no recinto escolar.

Esta ação foi dinamizada por este estabelecimento de ensino, à qual se associaram o Município e a Junta de Freguesia de Soure.

A comemoração deste dia visou sensibilizar a população para a importância da preservação das árvores, quer ao nível do equilíbrio ambiental e ecológico, como da própria qualidade de vida dos cidadãos.

PORTUGAL2020 (CIM)

Participação nas reuniões de Trabalho dinamizadas pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM), relativas às candidaturas ao Portugal2020: “Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar”.

PROJETO EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS (CIM)

Realização do Concurso Municipal de Ideias de Negócio, dirigido ao 3.º CEB e ao Secundário/ Profissional, no dia 16 de março de 2018, no Auditório da Biblioteca Municipal de Soure.

A ideia vencedora do 3.º CEB e que irá representar o Município, no próximo dia 26 de maio, na ExpoEmpresas em Condeixa-a-Nova denomina-se “Lusitanos” e é do 8.ºA.

A ideia vencedora do Secundário/ Profissional, que teve oportunidade de representar o Município no Concurso Intermunicipal e *Bootcamp*, realizado nos dias 24 e 25 de março de 2018, em Oliveira do Hospital, tem como denominação “Finisterra Premium Vodka”.

CIDADES EDUCADORAS

Foi elaborada uma Proposta de adesão do Município à Rede Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE).

O conceito de Cidade Educadora conduz-nos a pensar a cidade, neste caso em particular, o Município de Soure, como um lugar de aprendizagem permanente, de convivência e diálogo. O projeto promove os valores da Cidadania Democrática, propõe-nos aprender a viver juntos e aprender a viver com os demais, participando e cooperando para fazer das cidades, com toda a sua multiplicidade de atores e de instituições, espaços educadores.

A proposta foi aceite em, sede de Reunião de Câmara, a 14 de março de 2018.

ENSINO SUPERIOR

Foi atribuído um apoio aos alunos residentes no concelho de Soure, para o Cortejo da Queima das Fitas

JUVENTUDE

IV CONCURSO DE BANDAS DE GARAGEM

Alteração e aprovação de novo regulamento, com aumento dos prémios a atribuir.

Este ano inscreveram-se 12 Bandas, tendo sido apuradas para as eliminatórias 8 concorrentes.

Foram realizados os trabalhos preparatórios para a planificação e organização do evento.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

CEDÊNCIA DE VIATURAS/AUTOCARROS MUNICIPAIS

Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel
Câmara Municipal de Soure (Serviços Educativos)
Cáritas diocesanas de Coimbra (ATL - agrupamento de escolas de Soure)
Centro Escolar de Degraças e Pombalinho (EB 1 e Jardim de Infância)
Centro Escolar da Granja do Ulmeiro (EB 1)
Centro Escolar do Marco (Jardim de Infância e EB 1)
Equipa de Animação da Biblioteca Municipal de Soure (Atividades “Ervas Aromáticas” e “Baús” - Mitsubishi)
Escola Básica 1 de Alfarelos
Escola Básica 1 de Figueiró do Campo
Escola Básica 1 da Gesteira
Escola Básica 1 do Sobral
Escola Básica 1 de Soure
Escola Básica 1 de Tapéus
Escola Básica 1 de Vila Nova de Anços
EB1 de Vinha da Rainha
Escola Secundária Martinho Árias
Instituto Pedro Hispano
Jardim de Infância de Tapéus
Jardim de Infância de Vila Nova de Anços
Santa Casa da Misericórdia de Soure (Casa da Criança)

ACORDOS DE EXECUÇÃO

Foi aprovada pelo Município uma adenda aos acordos de execução, que globalmente reforçou as verbas a alocar às Juntas de freguesia, sendo que as mesmas são distribuídas por diversas áreas, nas quais se incluem a Educação.

02-CULTURA

AÇÕES NO ÂMBITO DA CULTURA

BIBLIOTECA MUNICIPAL

Programa Integrado de Promoção da leitura/ projetos continuados

DE MÃOS DADAS COM O CURRÍCULO...

A AVENTURA DO PEQUENO AZULEJO (2º período)

O ano 2018 foi considerado o Ano Europeu do Património Cultural e, na continuação do trabalho desenvolvido na Biblioteca Municipal em articulação com os projetos educativos das escolas, vamos celebrar o PATRIMÓNIO!

O Património está em toda a parte, nas ruas e nas aldeias, nas vilas e nas cidades. Há que aprender a saber ver, há que aprender o que se quer ver. Há que parar por momentos, descobrir e saber ler o que nos rodeia. Depois, falar sobre os objetos, os espaços, os edifícios, as cidades, as pessoas e os seus costumes. Ou seja, incentivar a fruição e a partilha do conhecimento sobre o património, primeiro da nossa terra, depois do nosso país e a seguir da Europa, enquanto espaço comum a todos nós.

Só preserva quem valoriza e só valoriza quem conhece!

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

- Participação de IPSS | Nº de crianças: 10 sessões | 167 crianças
- Participação do IPH, alunos do 2º e 3º ciclos | 1 sessão | 35 alunos

SÁBADOS NA BIBLIOTECA: MANTA COM HISTÓRIAS PARA PAIS E FILHOS

Público-alvo: Pais e Filhos

- 5 Sessões | - 29 crianças | - 10 adultos

A destacar:

- Oficina do Azulejo (10 de mar) dinamizado pela ceramista Assunção Moço
Presenças – 12 pessoas/ adultos
- TerraTorga/ Grupo de Teatro o Teatrão (7 de abril), integrado no Festival AR
Presenças – 25 pessoas

ENTRE A FRALDA E A CHUPETA... DESCOBRIMOS O LIVRO! LIVRO A LIVRO DESCOBRIMOS A BIBLIOTECA! PÚBLICO-ALVO: BEBES

Participação das crianças da valência creche das IPSS do concelho (11 salas)

Foram realizadas 19 sessões de promoção do livro e da leitura que envolveram 139 bebés.

Foram realizadas, pela técnica da biblioteca, 11 deslocações às creches do concelho.

PARA LÁ ... E PARA CÁ!

Público-alvo: alunos dos jardins-de-infância

Participação das crianças do ensino Pré-Escolar das IPSS do Concelho (11 salas e 202 crianças)

Foram realizadas 2 deslocações, por cada sala, à Biblioteca Municipal (uma por mês).

Foram realizadas 22 sessões de promoção do livro e da leitura, na biblioteca municipal.

Foram realizados 404 empréstimos de livros para leitura domiciliária.

Os transportes são assegurados pelas IPSS.

No mês de março, a história contada às crianças do ensino pré-escolar das IPSS foi Histórias Aromatizadas, com o tapete de histórias.

PROJETO BAÚS ITINERANTES

Conjuntos de livros diversificados, selecionados pelo Agrupamento de Escolas de Soure e Biblioteca Municipal // Articulação com Programa Integrado de Promoção da Leitura

Entrega de 20 baús em todos os jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo do AES do concelho com história “A princesa e a ervilha”, história criada por Hans Christian Andersen e recontada ao longo dos tempos.

Homenagem ao autor considerado o Pai da Literatura Infantil, efeméride comemorada no dia 2 de abril.

Transportes assegurados pela autarquia

MONTRA INFORMATIVA (LIVROS/ AUTORES/ ACONTECIMENTOS...)

- Máscaras e Carnaval.
- Montra de livros no âmbito da comemoração do Dia Internacional do Livro Infantil – 2 de abril
- Novidades editoriais na biblioteca
- Páscoa.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

EXPOSIÇÕES

À Descoberta do Nosso Património de José Manuel Pedrosa

- 25 Painéis de azulejos que retratam o património edificado da freguesia da Vinha Rainha

CONCURSO NACIONAL DE LEITURA. PROVA DE ESCOLA (21, 22, 23 de fevereiro)

Foram realizadas, as provas de escola, para os alunos dos ciclos a concurso (1º, 2º, 3º e secundário) nas escolas do agrupamento de escolas Martinho Árias – Soure e Instituto Pedro Hispano.

Os alunos do 1º ciclo (36 alunos e professores), foram transportados pela autarquia para a escola básica de Soure, onde decorreu a prova.

JORNADAS FORMATIVAS/ REDE DE BIBLIOTECAS DE SOURE

No âmbito do Grupo de Trabalho das Bibliotecas do concelho de Soure e tendo em conta as comemorações dos 20 Anos da Biblioteca Municipal, estão a decorrer as jornadas formativas, cujo tema é 20 Anos a Ler / Novos Desafios, Novas leituras, Múltiplas Literacias.

Estas jornadas, acreditadas pelo Centro de Formação Nova Ágora, visam proporcionar momentos de partilha e de saberes, tendo em conta o percurso que as bibliotecas em Soure fizeram e estão e/ou virão a fazer.

Estão previstos três dias com diferentes oradores, cujo perfil profissional se adequa aos objetivos das jornadas que pretendem envolver, cada vez mais, toda a comunidade educativa na promoção da leitura e da escrita que é o pilar de todo o processo educativo:

14 de abril – O PNL e o novo perfil do aluno. Apresentação de Elsa Conde, subcomissária nacional do Plano Nacional de Leitura [PNL]

Integração curricular e bibliotecas escolares. Apresentação de Isabel Bernardo, professora-bibliotecária do agrupamento de escolas Lima-de-Faria (Cantanhede).

Estiveram presentes o vereador da autarquia, Dr. Gil Soares, a coordenadora interconcelhia da RBE, Dr^a Isabel Nina, o diretor do centro Nova Agora, Dr. João Paulo Janicas, e os diretores das escolas do concelho, Dr. Simões Cardoso e Dr.^a Luísa Pereirinha, que deram início aos trabalhos para uma plateia de cerca de 70 pessoas, onde se incluem professores e outros técnicos de educação.

28 de abril - Gamificação: desafios para a inovação da aprendizagem da leitura e da escrita, apresentado pela Dra. Teresa Pombo

Nesta comunicação, serão apresentadas algumas propostas de dinamização de atividades de leitura e escrita que recorrem a estratégias e ferramentas tecnológicas de gamificação. Mais do que ferramentas inovadoras, a introdução da gamificação nestes processos pode trazer-nos abordagens envolventes e lúdicas que promovem o interesse pela comunicação e expressão oral e escrita.

5 de maio - Literatura para a Infância e Ilustração – “procuro concretizar em linha e traço o que está escrito”, pela Dra. Sara Reis, professora na Universidade do Minho (Instituto de Educação). É doutorada em Literatura para a infância com uma tese intitulada Presença e Significado de Manuel António Pina na Literatura Portuguesa para a Infância e a Juventude (2009).

Estão 50 professores inscritos nas jornadas (do concelho de Soure e concelhos vizinhos).

UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO

Até às 18H – 14 utilizações | depois das 18H – 8 utilizações

FUNCIONAMENTO REGULAR DE TRÊS POSTOS DE INTERNET

Fev | abril – 2325 utilizações

1303 acessos através via Wireless

1022 utilizações através dos computadores disponibilizados na biblioteca

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

BIBLIOTECAS ESCOLARES

Técnicas da Biblioteca Municipal no âmbito do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares) procedem ao tratamento técnico dos documentos existentes nas bibliotecas do 1º e 2º Ciclos, 3/sec do AES e do IPH.

Processo em Curso

DIREITOS DA CRIANÇA. ABRIL MÊS DA PREVENÇÃO DOS MAUS TRATOS

Em colaboração com a CPCJ de Soure a biblioteca municipal dinamizou uma ação de promoção de leitura cujo objetivo foi chamar a atenção para os Direitos das Crianças.

Através da leitura encenada do livro “Os Direitos da Criança” de Luísa Ducla Soares e com o recurso da apresentação deste mesmo livro em formato gigante exploraram-se os direitos e deveres fundamentais das crianças com músicas, dirigidas a esta temática, a acompanhar.

- 18 de abril – Escola de Vila Nova de Anços (1 sessões – 48 alunos)

- 19 de abril – Centro Escolar de Samuel (1 sessões – 53 alunos)

LITERACIA 3D - Concurso

É uma iniciativa da responsabilidade da Porto Editora que consiste num desafio nacional dirigido aos alunos dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico de todo o país, envolvendo os respetivos professores e estabelecimentos de ensino, com o propósito de avaliarem as suas competências em três dimensões do saber: leitura, matemática e ciência.

Estiveram presentes 5 alunos do IPH e 5 alunos do AES, alunos dos 2º e 3º ciclos.

FÉRIAS ESCOLARES/ PÁSCOA

Em colaboração com as IPSS que dinamizam atividades destinadas às crianças em período de férias escolares. Recebemos a IPSS da Associação da Vinha da Rainha e a APPACDM de Soure.

- 4 de abril – teatro de fantoches: Associação da Vinha da Rainha, 12 crianças

- 14 de abril – visionamento de filme no auditório para Férias Escolares “Fun Férias”, 30 crianças

- 17 de abril – história contada/ Férias Escolares “CATL”, 25 crianças

VIAGEM NO TEMPO

O Curso de jardinagem e infraestruturas /Qualifica+ (professor Álvaro) solicitou-nos uma abordagem histórica à vila de Soure com visita aos monumentos.

- 20 alunos/adultos

MUSEU/POSTO DE TURISMO MUNICIPAL

Funcionamento regular de 2 posto de internet, ao público

Fev | abril - 17 utilizações

ENTRADAS NO POSTO DE TURISMO

Fev | abril - 136 entradas

Nota: Neste período entraram no Museu/Posto de Turismo de Soure 19 estrangeiros.

VISITAS GUIADAS

Vale do Pranto e Quinta do Seminário (27/3)

Grupo de coordenadores interconcelhios da RBE da Região Centro

Visita guiada pela vila: curso de formação do IEFP (13/4)

Acompanhamento, pela técnica de turismo Sandra Veloso) dos turistas que se deslocam ao castelo e/ou galeria municipal

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

CEDÊNCIA DE VIATURAS/AUTOCARROS MUNICIPAIS

Banda do Cercal
Banda de Soure
Centro Paroquial de Soure
Filarmónica 15 de Agosto Alfarelense
Grupo de Dança Oosfera de Soure
Grupo 245 Escoteiros de Soure
Grupo de Folclore do Melriçal
Grupo Folclórico e Etnográfico da Granja do Ulmeiro
Rancho Folclórico da Ribeira da Mata
Rancho Folclórico da Santa Casa da misericórdia de Soure
Sociedade Filarmónica Recreativa e Beneficente Vilanovense
Soure – 3G-CLDS
Associação de Jovens de Soure

JORNADAS DE FOLCLORE

Realizaram-se no passado mês de Março, no Pavilhão da Coutada e contaram com a presença de cerca de 150 participantes, membros dos diversos grupos de folclore do concelho de Soure.

Os oradores, na sua maioria membros da Federação Portuguesa do Folclore Português, proporcionaram ao longo de todo o dia um conjunto de comunicações pertinentes para os presentes, na medida em que potenciaram a discussão e o esclarecimento de dúvidas em temáticas tão importantes como a organização dos festivais de folclore, os trajes e as músicas

FILARMONIAS

Teve início no passado mês de Março a segunda edição do Filarmonias.

Este evento tem como objetivo a realização de 10 concertos, um em cada uma das 10 freguesias do concelho, executados pelas 5 bandas de música concelhias.

O Município pretende desta forma levar um espetáculo diferente a locais onde estes habitualmente não acontecem e motivar as bandas filarmónicas a realizar um trabalho contínuo de estudo e renovação permanente.

03-DESPORTO E TEMPOS LIVRES

Celebração de um protocolo com a Federação Portuguesa de Triatlo para a realização, no próximo dia 28 de abril, do 1.º Duetlo de Soure. Esta prova, a contar para o Circuito Norte de Duetlo, tem como objetivo afirmar o Concelho como uma referência na organização de eventos desportivos de dimensão nacional e internacional.

Manutenção dos pagamentos neste período ao apoio ao funcionamento às diversas coletividades para o fomento da prática regular das várias modalidades, quer na vertente de formação, quer na de competição. Protocolo realizado com a Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada para a concretização, no próximo mês de maio, do Campeonato Europeu de Escalada de Bloco (Youth Cup Boulder Soure 2018).

CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS – Freguesia de Granja do Ulmeiro

Polidesportivo da Granja do Ulmeiro – Trabalhos Acessórios à Ligação da Rede de Distribuição de Gás Natural
Homologação de Auto de Receção Provisória

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS

Piscinas ao Ar Livre de Soure

Pintura Geral

Homologação de Auto de Receção Definitiva

CEDÊNCIA DE VIATURAS/AUTOCARROS MUNICIPAIS

ACDSF da Vinha da Rainha – Secção Desportiva

AGU – Ass. da Granja do Ulmeiro - Cultura, Desporto e Recreio

Casa do Povo de Vila Nova de Anços – Secção de Desporto

Clube de Desportos e Educação Física do Norte e Soure - Paleão

Grupo Desportivo Sourense

04-PROMOÇÃO TURÍSTICA

REDE DE ALDEIAS DO CALCÁRIO- TERRAS DE SICÓ

O território de Sicó apresenta um conjunto de valores ambientais, culturais e sociais únicos, que aliados aos produtos locais endógenos já existentes ou a criar, têm o potencial de ser alvo de uma ação concertada que lhe transmita escala e persiga uma estratégia de valorização económica quer através de atração de turismo sustentável, quer de marketing territorial para a construção de notoriedade e abertura de canais de comercialização. Esta ação terá como pilares as Pessoas, o Património (Natural e Cultural) e os Produtos Locais do território.

A criação de um mecanismo de articulação e concertação de esforços, aliado a uma estratégia de eficiência coletiva em torno de uma marca comum agregadora e forte pode constituir-se como um motor da revitalização da economia local e regional. A dinamização de uma estrutura produtiva vinculada ao território, com uma forte componente socio cultural, integrando um espaço de desenvolvimento dos produtos (locais e turísticos) e um mecanismo de atração de investidores e dinamizadores de negócio, ancorados nesta rede de aldeias, como matriz de um território, apresenta-se como uma abordagem inovadora que pode e deve beber das experiências de outras redes já formadas como a Rede das Aldeias de Xisto ou a Rede das Aldeias Históricas, adotando uma abordagem distinta, mas capaz de evitar as ameaças e fraquezas que estas apresentam.

Este “motor” poderá vir a ser agilizado através da criação de uma rede de excelência de produtos e serviços, com a circulação de bens e/ou produtos onde os diversos agentes locais e regionais estão presentes no modelo de governação, contribuindo para uma gestão profissional e participada, democrática e flexível, onde o território se cruza com inovação proveniente do conhecimento científico, e procurando novos modelos para canais e circuitos de comercialização quer nos mercados de proximidade, quer por via digital.

Pretende-se que esta iniciativa seja o embrião de uma maior dinâmica socioeconómica, fomentando mais qualidade de vida e o desenvolvimento sustentado do território ancorado num conjunto de aldeias e numa marca que incorporam este conjunto de recursos, produtos e serviços. As intervenções físicas nos espaços das aldeias, pretendem, para além da intervenção na paisagem urbana, privilegiar a funcionalidade destes enquanto âncoras da visita, dos serviços turísticos, mas sobretudo das experiências ligadas aos produtos locais desde a sua elaboração (incluindo fabricação e pontos de venda) à sua fruição, ou seja ela pela degustação, seja pelo saber-fazer, numa lógica de qualidade estética e funcional.

A abordagem territorial em rede a uma nova escala supramunicipal, permite tirar partido de eixos de desenvolvimento turístico já implantados ou com esse potencial no território, como Conímbriga- Santiago

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

da Guarda, o Caminho de Fátima, ou o Caminho de Santiago. As aldeias selecionadas poderão servir de âncora à mobilidade no território do Sicó, quer do ponto de vista dos serviços turísticos, quer como da dinamização dos serviços locais, facilitando a criação de redes para a sua promoção e comercialização. Coloca também este território ao nível de outros que com abordagens ou relacionadas podem em conjunto prosseguir estratégias de internacionalização.

Pretende-se com a presente parceria a criação de uma Rede que permita a formação de um circuito turístico e de dinamização e valorização económica inter-aldeias.

O estabelecimento desta parceria estabelece desde já a criação de um equipamento de apoio que pretende ser um marco identitário das aldeias pertencentes à Rede. No que toca ao nosso concelho o local escolhido para a sua localização foi a aldeia das Cotas.

Festas de S. Mateus

Foi nomeada a Comissão Organizadora das festas de S. Mateus, que já iniciou os trabalhos de preparação dos festejos.

05-AÇÃO SOCIAL

BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO DE SOURE

O Voluntariado é o conjunto de ações de interesse social e comunitárias realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas. Ações desenvolvidas:

- Divulgação do Projeto de Normas de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado de Soure;
- Divulgação do endereço eletrónico para o Banco Local de Voluntariado: voluntariado@cm-soure.pt
- Distribuição de panfletos sobre o Banco Local de Voluntariado de Soure e das fichas de inscrição dos voluntários e da entidade promotora.
- Continuação de recolha de inscrições,

Neste momento, temos 22 inscrições de voluntários e 7 de organizações promotoras (Juntas de Freguesia, Município de Soure e IPSS).

PROJETO “MOVIMENTO POR UM SORRISO”

População Alvo: Idosos do Concelho de Soure

Visa contribuir para uma melhor integração social e pessoal da população idosa, através de terapias inovadoras e comprovadas cientificamente, criando oportunidades de forma a obter uma melhor qualidade de vida.

- 4 Anos de implementação do Projeto
- Acompanhamento da execução das ações constantes no Projeto
- Pagamento no Valor de €600,00 referente à execução das ações desenvolvidas pela “Associação Oportunidades Iguais – Sem Diferenças”, relativa ao mês de fevereiro de 2018.

PROJETO EPIS – EMPRESÁRIOS PELA INCLUSÃO SOCIAL

Celebração de um Protocolo de Cooperação com a Associação EPIS, para implementação deste projeto, no 2º e 3º Ciclo de Ensino Básico do Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure, no ano letivo de 2017/2018.

- Acompanhamento de todo o processo da Representante EPIS do Concelho (Técnica do Município);

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

CIDADES AMIGAS DAS CRIANÇAS – UNICEF

O Programa Cidades Amigas Crianças (CAC) preconiza a adoção de uma política coordenada para a infância e adolescência, que potencie a articulação entre todos os setores municipais e o estabelecimento de parcerias com instituições da comunidade que promovam o bem-estar de todos os cidadãos, em particular das crianças.

No decorrer deste período a equipa responsável pela elaboração do Plano de Ação Local participou numa reunião conjunta, com técnicos da UNICEF para análise do documento e sugestões de alterações, no dia 06 de abril em Lisboa.

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA SOCIAL

ASSOCIAÇÃO DIGNITUDE/ ADESÃO AO PROGRAMA ABEM - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO

A Câmara Municipal na sua reunião, de 29 de janeiro de 2018, deliberou celebrar um Protocolo com a Associação Dignitude, visando possibilitar aos munícipes do Concelho de Soure, em situação de grave carência económica, o acesso gratuito aos medicamentos.

O acesso dos beneficiários a este Programa resultará da identificação e referenciação efetuada pelo Gabinete de Ação Social e Saúde em articulação com os parceiros da Rede Social.

Serão beneficiários todos os agregados familiares cuja capitação seja inferior a 50% do Indexante dos Apoios Sociais (€214,45), sendo excluídos utentes institucionalizados.

A medicação será comparticipada a 100%, abrangendo todos os medicamentos sujeitos a receita médica e comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde.

O Município suportará €100,00/ Ano por beneficiário, independentemente do valor suportado pelo Fundo Solidário constituído no âmbito do Programa.

Atualmente, o Município de Soure tem 12 Candidaturas que correspondem a 17 Beneficiários do Programa abem: Rede Solidária de Medicamentos, sinalizados pelas IPSS, Juntas de Freguesia.

O Município aguarda o envio dos respetivos cartões abem.

ACORDOS COM IPSS – VALÊNCIAS DIVERSAS

COMPLEMENTOS A ACORDOS COM A SEGURANÇA SOCIAL

ADESTA – Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e Desportiva da Freguesia de Tapeus

. Serviço de Apoio Domiciliário

- Apoio Mensal Regular no valor de €948,36

(mês de março e abril de 2018 = €1.896,72)

APPACDM de Soure

. Lar / Residencial

- Apoio Mensal Regular no valor de €971,62

(mês de março e abril de 2018 = €1.943,24)

Centro Social das Malhadas

. Centro de Dia

- Apoio Mensal Regular no valor de €102,97

(mês de março e abril de 2018 = €205,94)

. Serviço de Apoio Domiciliário

- Apoio Mensal Regular no valor de €948,36

(mês de janeiro e fevereiro de 2018 = €1.896,72)

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel

. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)

- Apoio mensal de €124,11, por família/mês, até no máximo de 8 famílias.

(meses de janeiro a abril de 2018= €3 971,52)

PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS – PO APMC

O Município de Soure integra o território de intervenção conjuntamente com os Municípios de Condeixa-a-Nova e Penela, com um número total de 242 Destinatários.

As Entidades Mediadoras são:

- Centro Social de Alfarelos: 32 Destinatários;

- Santa Casa da Misericórdia de Soure: 41 Destinatários;

- Associação Cultural, Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha – 26 Destinatários.

- Data das distribuições alimentares:

05/12/2017 28/02/2018

06/12/2017 14/03/2018

04/01/2018 28/03/2018

08/01/2018 18/04/2018

31/01/2018

- Data da próxima distribuição: Maio de 2018

PROGRAMA CEGONHAS

Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família – Prorrogação até 31 de dezembro de 2019;

Continuação de manifestação de interesse na apresentação de candidaturas por vários Agregados Familiares residentes no Concelho de Soure;

152 Candidaturas Formalizadas

FREGUESIA	ESCALÃO									TOTAL FREGUESIAS			
	1 000,00 €			500,00 €			250,00 €			2016	2017	2018	TOTAL
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018				
Alfarelos				1	7	2				1	7	2	10
Gesteira/ Brunhós	1			1	2					2	2	0	4
Degracias/Pombalinho		2		4	2		1	1		5	5	0	10
Figueiró do Campo		2		4	1		1	2		5	5	0	10
Granja do Ulmeiro	1	1	1	2	2		1		1	4	3	2	9
Samuel	1	3		1	3	2		1		2	7	2	11
Soure	13	15	1	13	23	5	6	2	2	32	40	8	80
Tapeus	1	1		1						2	1	0	3
Vila Nova de Anços		4		1	2		1			2	6	0	8
Vinha da Rainha	1			2	2		1	1		4	3	0	7
TOTAL	18	28	2	30	44	9	11	7	3	59	79	14	152
TOTAL GERAL	152												

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

FREGUESIA	Sexo						TOTAL FREGUESIAS		
	Sexo Feminino			Sexo Masculino			2016	2017	2018
	2016	2017	2018	2016	2017	2018			
Alfarelos	1	3	1		4	1	1	7	2
Gesteira/ Brunhós				2	2		2	2	0
Degracias/Pombalinho	2	2		3	3		5	5	0
Figueiró do Campo	6	4			1		6	5	0
Granja do Ulmeiro	2	2	2	2	1		4	3	2
Samuel	2	1			6	2	2	7	2
Soure	11	19	2	20	21	6	31	40	8
Tapeus	1	1		1			3	0	0
Vila Nova de Anços	1	3		1	3		2	6	0
Vinha da Rainha	2			2	3		4	3	0
TOTAL	28	35	5	31	44	9	60	78	14
TOTAL GERAL							152	152	

INVESTIMENTO REALIZADO			
ESCALÃO	ANO		
	2016	2017	2018
1 000,00 €	18 150,00 €	28 000,00 €	2 000,00€
500,00 €	15 000,00 €	22 000,00 €	4 500,00€
250,00 €	2 750,00 €	1 750,00 €	750,00€
Total	35 900,00 €	51 750,00 €	7 250,00€
TOTAL GERAL	94 900,00 €		

PROGRAMA DE TELE-ASSISTÊNCIA A IDOSOS

Foram realizadas as seguintes atividades:

- Acompanhamento dos Utentes que usufruem deste serviço;
- Novas instalações de equipamentos de teleassistência;
- Sinalização/ levantamento de novos Utentes para beneficiar do serviço;
- Realização de Visitas Domiciliárias/ Apoiar os Utentes na utilização adequada e regular do serviço;
- Participação em Reuniões de Trabalho;
- Pagamento no valor de €327,54, à Empresa HelpPhone, referente à prestação do serviço referente aos meses de fevereiro e março de 2018;
- Início do procedimento para a elaboração de um Regulamento.

INICIATIVAS DIVERSAS

Levantamento/Caracterização/Acompanhamento, em articulação com a Segurança Social, Juntas de Freguesia, Escolas e outras Instituições do Concelho, de situações de agregados familiares em condições socioeconómicas desfavorecidas;

Atendimento/Acompanhamento personalizado, primeiro com a Família, depois em sessões individualizadas, no *Gabinete de Apoio à Família a Crianças/Jovens* oriundas das 10 (dez) Freguesias do Concelho, sinalizadas pela própria Família, pelas Escolas e/ou por outras Instituições, num total de **8 sessões** (março de abril de 2018).

Articulação Escola/Família

- Intervenções sempre que solicitadas;
- Participação em Reuniões Mensais com a Psicóloga do Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure e com a Psicóloga do Centro de Recursos para a Inclusão.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

SISTEMA DE INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA (SNIPI)

Equipa Local de Intervenção (ELI) – Participação da Câmara Municipal de Soure, que realizou as seguintes atividades:

Participação nas Reuniões de Supervisão;

Realização de Avaliações de Desenvolvimento às crianças referenciadas para o SNIPI;

Acompanhamento de dois casos pelas Técnicas do Gabinete de Ação Social e Saúde (5h/semanais cada);

ATENDIMENTO / ACOMPANHAMENTO SOCIAL – AAS

Acompanhamento/ Gestora de 10 Processos ao nível da Ação Social;

Constituição/ Atualização dos Processos Familiares;

Realização de Visitas Domiciliárias;

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE SOURE (CLAS)

Dinamização de Reuniões.

Acompanhamento da Implementação do Plano de Ação do CLDS Soure 3 G, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º da Portaria n.º 179-B/2015, de 17 de junho.

Levantamento de pessoas idosas isoladas ou em risco de exclusão Social

Dinamização do Plano de Atividades para 2018;

Preparação da Feira de Emprego e Formação Profissional a realizar no dia 26 e 27 de abril de 2018.

HABITAÇÃO SOCIAL

Levantamento/acompanhamento e encaminhamento para novas soluções habitacionais, de agregados familiares em situação de grave carência habitacional;

Acompanhamentos de 12 Agregados Familiares (4 Realojados num Imóvel do Município/ 9 Realojados na Vertente Arrendamento);

Realização de Visitas Domiciliárias / Social e Técnica (Condições de Habitabilidade);

Valor da Renda Apoiada (março a abril de 2018 = €1.018,77);

Comparticipação do Município de Soure (março a abril de 2018 = €3.319,63);

APOIO AO ARRENDAMENTO

Acompanhamento de 18 Agregados Familiares, apoiados excecionalmente, através da atribuição de um Apoio Mensal ao Arrendamento:

Valor do Apoio (março a abril de 2018 = €3.885,00).

Atribuição de um Apoio Mensal ao Arrendamento, pelo prazo de 12 meses, correspondente a 50% do valor da renda, a um Agregado Familiar, no valor de €100,00.

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ)

Atividades Desenvolvidas pela Técnica Superior cooptada pela Comissão Alargada (cfr. Artigo 20.º da Lei n.º 147/99 de 01 de setembro):

- Participação nas Reuniões (Modalidade Restrita e Alargada);

- Realização de Visitas Domiciliárias;

- Acompanhamento de Agregados Familiares a consultas médicas nas diversas áreas da saúde;

- Acompanhamento regular de 14 situações sinalizadas;

- Participação/dinamização no Projeto «Tecer a Prevenção»;

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

NLI/RSI - RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

Acompanhamento/ Gestora de 6 Processos ao nível do Rendimento Social de Inserção;
Participação nas Reuniões;
Realização de Visitas Domiciliárias;

CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – 3 G SOURE-3G CLDS-3G

Participação em Reuniões de Trabalho;
Colaboração e participação nas atividades previstas no Plano de Ação do CLDS Soure 3 G em conjugação com a Rede Social;

G.I.P. - GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Serviço de Apoio/Acompanhamento a Jovens e Adultos Desempregados
Funcionamento Regular;
Elaboração de Currículos;
Cartas de Apresentação;
Preparação para Entrevistas;
Divulgação das Medidas de Emprego.

- Realização de **4 Sessões** de Informação para Desempregados de Longa Duração sobre Procuras Ativas de Emprego, Medidas: Estágios profissionais e Medida Contrato de Emprego, CEI – Contrato de Emprego Inserção e Formações e sobre Direitos e Deveres.

- Realização de **2 Sessões** de Informação, em articulação com o técnico de Centro de Emprego, sobre “Direitos e Deveres” pretendendo-se verificar ao nível de formação, emprego, ou outras vertentes de encaminhamento para a integração de desempregados;

- Participação em **5 Sessões**, em articulação com empresas de trabalho temporário, para recrutamento e possíveis encaminhamentos profissionais;

- Acompanhamento/Análise e Caracterização dos Dados relativos ao Desemprego do Concelho de Soure comparativamente aos restantes Concelhos do Distrito de Coimbra.

Atividades Desenvolvidas no período compreendido entre 26 de fevereiro e 20 de abril de 2018.

Atividades	Objetivos
Ações de informação sobre as medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação	331
Ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora	31
Encaminhamento para ações de formação ou medidas de emprego	7
Receção e registo de ofertas de emprego	5
Apresentação de desempregados a ofertas de emprego	73
Colocação de desempregados em ofertas de emprego	4
Total Geral	451

06-SAÚDE

PROJETO DESAFIO GULBENKIAN «NÃO À DIABETES!»

O Município de Soure aderiu a este Protocolo celebrado entre a ANMP e a Fundação Calouste Gulbenkian.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Este Projeto tem como objetivo divulgar e sensibilizar a população do Concelho para esta problemática, desenvolvendo um conjunto de ações, de forma articulada, com a instituição local de saúde e outras entidades da Rede Social, designadamente no âmbito da promoção da alimentação saudável, e da prática da atividade física.

Realização de reuniões de trabalho, pela Equipa Local, para elaboração do Plano Estratégico de Atividades;

Redefinição da Equipa Local;

Reuniões de trabalho com o responsável pelas Farmácias do Concelho de Soure;

Elaboração do Plano Estratégico de Atividades e envio do mesmo para a Associação Protetora da Diabetes em Portugal (APDP).

Implementação do Plano:

O rastreio no âmbito do programa "**Não à Diabetes - Soure + Saúde**" inclui avaliação de composição corporal recorrendo a bioimpedância elétrica (peso, % de massa gorda, massa muscular e gordura visceral), medição dos níveis de glicemia e breve inquérito direcionado a estilos de vida.

No dia **18 de março**, na caminhada da Vinha da Rainha, foi realizado rastreio a **18 municípios**.

A **8 de Abril**, na caminhada de Alfarelos, foram avaliados **17 indivíduos** pertencentes ao concelho.

Em **15 de Abril**, na caminhada do Casal do Cimeiro, o rastreio foi aplicado a **18 municípios**

ECO – SAÚDE – PROTOCOLOS/ TRANSPORTE DE UTENTES

. União de Freguesias de Gesteira/ Brunhós

MÊS	N.º UTENTES	Km's
FEVEREIRO 2018	24	330
MARÇO 2018	23	352
ABRIL 2018 (ATÉ DIA 24)	17*	330
TOTAL	64*	1012

*NÚMERO PREVISTO

. União de Freguesias de Degraças/ Pombalinho

MÊS	N.º UTENTES	Km's
FEVEREIRO 2018	105	2052
MARÇO 2018	94	2268
ABRIL 2018 (ATÉ DIA 24)	68*	1836
TOTAL	267*	6156

*NÚMERO PREVISTO

. Freguesia de Tapéus

MÊS	N.º UTENTES	Km's
FEVEREIRO 2018	190	360
MARÇO 2018	147	420
ABRIL 2018 (ATÉ DIA 24)	112*	340
TOTAL	449*	1120

*NÚMERO PREVISTO

. Freguesia de Vinha da Rainha

MÊS	N.º UTENTES	Km's
FEVEREIRO 2018	38	900
MARÇO 2018	38	1140
ABRIL 2018 (ATÉ DIA 24)	24*	1020
TOTAL	100*	3060

*NÚMERO PREVISTO

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

07-HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO

Atividades	Total
Alvarás de licenças de obras de construção	8
Alvarás de licenças de autorização de utilização	11
Alvarás de licenças de obras de combustíveis	0
Alvarás de loteamento	0
Alvarás de remodelação de terrenos	0
Alvarás de licença de ocupação da via pública e de espaço público	7
Alvará de licença especial para acabamentos	0
Alvarás de licença especial de ruído pra realização de obras	0
Obras isentas de licenciamento municipal	23
Certidões e Declarações emitidas	19
Requerimentos submetidos a despacho	143
Ofícios elaborados	137
Consultas a entidades pelo portal autárquico	3
Vistorias realizadas pela comissão de vistorias	1
Ações de fiscalização/visitas a obras em curso	25
Embargos de obras efetuadas pela fiscalização	0
Vistorias a redes de águas e esgotos de obras particulares	4
Abertura de valas para ramais de eletricidade autorizadas	9

Informação para isenção do pagamento da taxa nos processos dos requerentes infra referidos:

Requerente	Descrição da prestação tributável	Valor em €
Fábrica da Igreja da Freg da Gesteira	Alvará de construção de casa mortuária e sala polivalente com demolição do existente	334,75
TOTAL		

Editais da Divisão – 3

Vistorias para verificação das condições de segurança contra incêndios a associações e coletividades:

- Associação Instrução e Recreio 1º de Maio Alfarelense;
- Grupo Folclórico e Etnográfico de Alfarelos;
- Filarmónica 15 de Agosto;
- Promondaecus – Associação para a cidadania e Igualdade;
- Associação desportiva, Cultural e Recreativa do Casal do Redinho;
- Espaço multiusos / Recinto das festas de Figueiró do Campo;
- Recinto das festas da Ribeira da Mata;
- Espaço Polivalente das Neras;
- Associação de Instrução e Recreio da Ribeira da Mata;
- Associação Cimeirense de Solidariedade Social;
- Centro Social e Cultural Sampedrense.

Atividades não quantificadas

Apoio administrativo e técnico ao atendimento (back-office)
 Atendimento ao público, munícipes e técnicos, presencial e via telefone;
 Fiscalização da feira semanal da segunda-feira e das feiras do concelho;
 Fiscalização de situações várias não integradas em processos de obras particulares;
 Participação em reuniões na Comissão da Reserva Agrícola Nacional;
 Envio mensal da estatística das obras particulares para o INE;;
 Início do procedimento de abertura de período de discussão pública da Operação de Reabilitação Urbana, com realização de sessão pública;

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Topografia

Conclusão do levantamento da EM621;

Localização na 1/25 000 dos pontos mais elevados na zona do Mogadouro para a instalação de um reservatório de água;

Levantamento (completamento) da levada desde o S.to António até à Av. Neville Poitou, para estudo de uma conduta de saneamento;

Preparação dos elementos de campo para implantação dos terrenos a expropriar na Plataforma Logística de Alfarelos/Granja;

Reconhecimento das estremas de um terreno a levantar em Paleão para a construção de uma casa mortuária.

Gabinete de Desenho

- Impressão e organização do projeto do campo de futebol do Grupo Desportivo Sourense;

- Continuação da elaboração do projeto de instalações de apoio no espaço “multiusos” da Vinha da Rainha;

- Elaboração de Circuitos Rodoviários em formato “shapefile” ,

- Início das medições e orçamento da casa mortuária de Serroventoso;

- Elaboração de Circuitos Rodoviários em formato “shapefile” ;

- Elaboração de projeto de arranjo urbanístico junto ao polidesportivo da Gesteira;

- Levantamento à fita do Largo da Igreja do Cercal, para elaboração de guarda metálica;

- Levantamento à fita no Largo dos Casais de S. Jorge, para elaboração de arranjo urbanístico;

- Elaboração de projeto de guarda metálica para aplicar junto à Capela, nos Casais de S. Jorge;

- Elaboração de proposta de arranjo urbanístico, no Largo dos Casais de S. Jorge;

- Levantamento à fita dos armários de ligações da rede de saneamento em Lousões e Sobral;

- Elaboração de plantas de localização de ETAR e Estações Elevatórias na freguesia de Vinha da Rainha;

- Medições e orçamento do projeto de arranjo urbanístico junto ao polidesportivo da Gesteira;

- Registo semanal fotográfico, da construção dos centros de recolha de resíduos, “Recicla Soure”;

- E.N. 342 – Reformulação dos Acessos à Zona Industrial de Queitide

- Escola Primária da Gesteira: - Levantamento do Existente;- Desenho do Existente: Plantas / Cortes / Alçados

- Projeto de Espaço para Biblioteca.

CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS

Largo do Jardim - Samuel

Libertação Parcial de Caução - Homologação de Auto

CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO/AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

Antiga Escola Secundária - Ginásio

Libertação Parcial de Caução - Homologação de Auto

Conceção/Execução do Plano de Pormenor Bacelos – 3.ª Fase

Requalificação do Espaço entre os Rios Anços e Arunca

Segunda Ponte Pedonal

Homologação de Auto de Receção Definitiva

Demolição de Edifício em Ruínas, Processo 23/2017/11880

Local: Rua Dr Delfim Pinheiro nº 1 a 9

Prorrogação da Posse Administrativa

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Bairro Pré-Fabricado
Demolição de Casa Pré-Fabricada, nº 24 – Fase 16
Homologação de Auto de Receção Definitiva

08- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

SANEAMENTO	
Designação	Quant.
N.º de Contratos	46
N.º de ramais executados	5
Limpeza de fossas efetuadas	203
Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas da Freguesia Vinha da Rainha, Zona Norte e Central – Obra em Curso	
Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Soure às Povoações de Casa Velha, C.Novo e Gabriéis – Obra em Curso	
Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Alfarelos/Granja do Ulmeiro – Obra em Curso	
N.º Km. efetuados no apoio ao setor (Fevereiro / Março)	3.364
N.º Horas de máquinas no apoio ao setor (Fevereiro / Março)	126
Quantidade de litros de gasóleo (Janeiro / Fevereiro)	1.444,56
Efluente tratado na Etar de Figueiró do Campo (Fevereiro / Março)	46.144
Acompanhamento diário das Etar's	13
Verificação das estações elevatórias	12

REDE DE ESGOTOS

- . POSEUR -Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência
- Ciclo da Água
- . Cadastro das Infraestruturas Existentes nos Sistemas em Baixa
- Fiscalização e Controlo Integrado de Todos os Projetos
- Escolha do Procedimento Prévio

- . POSEUR-03-2012-FC-000645
- . Fecho de Sistemas - Fecho da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Alfarelos/Granja do Ulmeiro - CNT 21848 - Audiência Prévia

- . POSEUR-03-2012-FC-000660
- . Fecho de Sistemas - Fecho da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Soure às Povoações de Casa Velha, Casal Novo e Gabriéis - CNT 021867 - Audiência Prévia

- . Ciclo da Água – Fecho de Sistemas
- . Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Alfarelos/Granja do Ulmeiro
- Garantia Bancária às Infraestruturas de Portugal
- . Ajuste Direto e Adjudicação

09- ÁGUA E TERMALISMO

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Designação	Quant.
Número de consumidores por tipo de consumo	
Doméstico	9.467
Doméstico - Social 1 Elemento	16
Doméstico - Social 2 Elementos	12
Doméstico - Social 3+ Elementos	6
Doméstico – Familiar 5	1
Doméstico – Familiar 7	1
Comércio	267
Obras	43
Hotelaria e restaurantes	17
Medias superfícies comerciais	12
Café, Snack, outros	46
Industria	66
Instituições Financeiras	7
ACD, IPSS, SFL e Bombeiros	128
Consumos próprios	69
Junta de Freguesias	35
Estado	11
Serviços públicos	13
Outros	1
Realização de contratos/colocação de contador	87
Atualização e envio de listagens de contratos de águas para o Portal das Finanças de acordo com o Art.º125 CIMI, Portaria 119-A/2015	136
Novas transferências bancárias	64
Número de consumidores que pagam por transferência bancária	5.534
Número de consumidores que pagam no agente	4.684
Emissão e envio de faturas por transferência bancária (Janeiro / Fevereiro)	11.074
Envio de recibos aos agentes de cobrança	9.184
Número de recibos devolvidos pelas agências bancárias	300
Número de recibos devolvidos pelos agentes de cobrança	1.046
Envio de avisos de falta de pagamento	1.346
Emissão de guias de débito	10
Cortes por falta de pagamento	18
Restabelecimento do fornecimento de água	5
Requerimentos de fugas de água prediais	13
Suspensão do fornecimento água	28
Execução de ramais	7
Mudanças de local do contador	1
Substituição de contadores	49
Reparação de avarias	74
Reparação de roturas	88
N.º Km. efetuados no apoio ao setor (Fevereiro / Março)	26.897
N.º Horas de máquinas no apoio ao setor (Fevereiro / Março)	196
Quantidade de litros de gasóleo (Janeiro / Fevereiro)	2.898,88
Quantidade de litros de gasolina (Janeiro / Fevereiro)	275,56
Aquisição de água ao Município de Ansião (Janeiro / Fevereiro)	1.978
Aquisição de água ao Município de Pombal (Janeiro / Fevereiro)	6.718
Acompanhamento diário de captações de água	14
Verificação das estações elevatórias	28
Caudais explorados (Fevereiro / Março)	312.721

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

ANÁLISES À AGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO

Parâmetros Analisados

Parâmetros	Controlo	N.º de Análises Realizadas	Parâmetros	Controlo	N.º de Análises Realizadas	
Escherichia coli (E. coli)	CR1	26	Chumbo	CI	6	
Bactérias coliformes	CR1		Cianetos	CI	5	
Desinfetante residual	CR1		Cobre	CI	6	
Amónio	CR2	8	Crómio	CI	5	
Número de colónias a 22 °C	CR2		1,2 – dicloroetano	CI		
Número de colónias a 37 °C	CR2		Dureza total	CI	6	
Condutividade	CR2		Enterococos	CI	5	
Cor	CR2		Fluoretos	CI	6	
pH	CR2		Magnésio	CI	5	
Manganês	CR2		Mercurio	CI	6	
Nitratos	CR2		Níquel	CI		
Oxidabilidade	CR2		6	Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAP)	CI	5
Cheiro a 25°C	CR2			Selénio	CI	
Sabor a 25°C	CR2	Cloretos		CI		
Turvação	CR2	6	Tetracloroetano e tricloroetano	CI	5	
Alumínio	CI		Trihalometanos	CI		
Clostridium perfringens	CI		Sódio	CI		
Ferro	CI	5	Sulfatos	CI	6	
Nitritos	CI		Alfa total	CI		
Antimónio	CI	6	Beta total	CI	5	
Arsénio	CI		Dose indicativa	CI		
Benzeno	CI	5	Radão	CI	6	
Benzo(a)pireno	CI		Alacloro	CI		
Boro	CI	6	Bentazona	CI	5	
Bromatos	CI		Desetilterbutilazina	CI		
Cádmio	CI		Diurão	CI		
Cálcio	CI		Terbutilazina	CI		

. REPARAÇÃO/IMPERMEABILIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS

- . Reparação Elevado do Formigal
- Libertação Parcial de Caução - Homologação de Auto

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

- . Descalcificador da Figueirinha
- Escolha do Procedimento Prévio

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

- . Prolongamento de Conduta até às Termas do Bicanho
- Libertação Parcial de Caução - Homologação de Auto

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

RESÍDUOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECOLHA E TRANSPORTE A DESTINO FINAL – FEVEREIRO E MARÇO 2018

	Fevereiro	Março	Total (Ton)
N.º de Recolhas e Transporte Efetuados	62	58	120
Toneladas RSU recolhidas	383,14	451,78	834,92

RECOLHA SELETIVA

Recolha Seletiva	Fevereiro	Março			TOTAL (Ton.)
Vidro	10,64	15,66			26,30
Papel/Cartão	8,10	9,66			17,76
Embalagens	6,56	7,08			13,64
TOTAL (Ton./Mês)	25,30	32,40	0,00	0,00	57,70

REDE COMPLEMENTAR

(Número de levantamentos de contentor)

Freguesia	N.º Levantamentos Contentor				Quantidades recolhidas (Ton.)			
	Janeiro	Fevereiro	Março	Total	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Alfarelos	4	4		8	13,8	7,38		21,18
Fig. do Campo	4			4	17,48			17,48
Granja do Ulmeiro	2	1	1	4	2,56	1,54	1,80	5,9
Samuel	2	2		4	3,84	4,28		8,12
Soure	7	13	10	30	10,7	2,07	16,80	29,57
Tapéus	2	3	2	7	3,3	5,06	4,14	12,5
União de Freguesias Degracias e Pombalinho	3		6	9	5,56		13,18	18,74
União de Freguesia Gesteira e Brunhós	2	1		3	5,06	2,44		7,5
Vila Nova de Anços	3	1	1	5	6,12	2,1	1,52	9,74
Vinha da Rainha	3	3	3	9	8,06	3,7	5,98	17,74
TOTAL Parcial	32	28	23		76,48	28,57	43,42	
TOTAL		83				148,47		

ÓLEOS USADOS

Freguesia	Março	TOTAL (Kg)
Alfarelos	170,00	170,00
Figueiró do Campo	99,00	99,00
UF Gesteira/Brunhós	190,00	190,00
Granja do Ulmeiro	184,00	184,00
Samuel	191,00	191,00
Soure	940,00	940,00
Tapéus	122,00	122,00
Vila Nova de Anços	177,00	177,00
Vinha da Rainha	184,00	184,00
TOTAL	1 798,00	1 798,00

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

10- PROTEÇÃO CIVIL

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SOURE

. Apoio regular às despesas de funcionamento

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

. Construção e Manutenção da Rede de Infraestruturas

. Manutenção das Faixas de Gestão de Combustível

- Escolha do Procedimento Prévio

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL – PMEPC

- Em atualização

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

- Normal Funcionamento

- Acompanhamento e elaboração de cartografia no âmbito dos processos de Arborização e Rearborização – Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho;

- Submissão dos pareceres referente aos pedidos de autorização prévia, para as ações de (re)arborização, solicitados pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, através da plataforma SI-ICNF. – Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho;

- Atualização de informação na plataforma SGIF – Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais;

- Informação e instrução dos processos sobre pedidos de autorização prévia de lançamento de fogo-de-artifício, no âmbito do Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos;

- Informação e instrução de processos na sequência da falta de limpeza de terrenos privados, no âmbito do Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos;

- Acompanhamento da solicitação de intervenção do Serviço da Proteção Civil, em caso de suspeita da existência de ninho e/ou exemplares de *Vespa velutina nigrithorax*;

- Participação e apresentação de Sessões de Esclarecimento sobre a limpeza das Faixas de Gestão de Combustível, nas redes secundárias que constam no Plano Municipal de defesa da Floresta Contra Incêndios, nos seguintes locais:

- Freguesia de Alfarelos, na Associação 1º de Maio Alfarelense, no dia 6 de março;

- Freguesia de Figueiró do Campo, no Espaço Polivalente, no dia 28 de março;

- Freguesia de Samuel, na Junta de Freguesia, no dia 8 de março;

- Freguesia de Soure, no salão da AHBV de Soure, no dia 7 de março,

na Associação dos Bonitos, no dia 5 de abril,

na Associação dos Simões, no dia 10 de abril,

na Associação do Mogadouro, no dia 11 de abril;

- Freguesia de Tapéus, na Junta de Freguesia, no dia 13 de março;

- União das Freguesias de Gesteira e Brunhós, na Associação do Grupo Musical Gesteirense, no dia 14 de março;

- União das Freguesias de Degraças e Pombalinho, na Associação das Degraças, no dia 21 de março;

- Freguesia de Vila Nova de Anços, na Casa do Povo de Vila Nova de Anços, no dia 22 de março;

- Freguesia da Vinha da Rainha, na Junta de Freguesia, no dia 12 de março.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – E.I.P.

- . Apoio Regular
- . Transferências
- . Normal Funcionamento

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

- . Em execução

11- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . Ligação Cotas À EM n.º 348
- Escolha do Procedimento Prévio
- Adjudicação

- . Infraestruturas de Portugal, S. A.
- Acordo para Supressão de Passagem de Nível (PN)
- . Aprovação de Minuta

RECARGAS

- Arruamentos e Ligações na Freguesia de Alfarelos
- Arruamentos e Ligações na Freguesia de Granja do Ulmeiro
- . Libertação Parcial de Caução - Homologação de Auto
- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Granja do Ulmeiro
- . Intervenções Diversas na Freguesia de Granja do Ulmeiro
- Libertação Parcial de Caução - Homologação de Auto
- . Estrada de Ligação entre Cabeça Carvalha e Alagoa
- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Samuel
- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Vinha da Rainha
- Homologação de Auto de Receção Provisória

PROJETO DE DESNIVELAMENTO DA PASSAGEM DE NÍVEL AO PK219,597 DE RAMAL DE ALFARELOS

- Estudo Geológico e Geotécnico

12- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE

JARDINS E PARQUES, ARBORIZAÇÃO

- . CONSTRUÇÃO, REABILITAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO
- . Construção de Muro de Suporte e Calçada na Zona Adjacente ao Polidesportivo de Pouca Pena
- Homologação de Auto de Receção Definitiva

OUTRAS AÇÕES

- . Demolição de Prédio em Ruínas, Rua Dr. Delfim Pinheiro, n.º 13
- Adjudicação

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

13- SERVIÇOS MUNICIPAIS

RECURSOS HUMANOS

MOBILIDADE ENTRE ORGÃOS

- Consolidação da Mobilidade da Técnica Superior Sandra Coelho, com efeitos a 09-03-2018.

FORMAÇÃO

No período em apreciação foram frequentadas as seguintes ações de formação:

NOME DA AÇÃO	Nº DE TRABALHADORES
OE 2018 na ótica da Gestão de Recursos Humanos	2
Ação de Formação para utilizadores da Plataforma colaborativa de Gestão Territorial – Região Centro	1
Introdução ao QGIS	2
Saúde e Socorrismo	15
Condução e Manobra de Equipamentos de carga e descarga	4
CCP Revisto – Principais efeitos práticos	8
9º Encontro com a Educação	1

CONTRATOS DE EMPREGO-INSERÇÃO+

- Submissão de uma candidatura para 4 vagas

ESTÁGIO CURRICULAR.

Mestrado em Política Cultural Autárquica

Cláudia Nunes encontra-se a desenvolver estágio curricular na Biblioteca. Decorre de dezembro 2017 até junho de 2018.

SERVIÇOS DE EXPEDIENTE GERAL, ATENDIMENTO, TAXAS E LICENÇAS E ESPAÇO DO CIDADÃO (EdC)

ATENDIMENTO AO PÚBLICO – Serviços do Município

Horário contínuo, entre as 09h00 e as 17h00, com emissão da fatura e recebimento no Posto de Atendimento.

Postos de Atendimento Permanente: três – (3)

ATENDIMENTO TELEFÓNICO

Atendimento telefónico aos cidadãos, com linha dedicada ao Atendimento Geral – nº de telefone: 239506550 – opção 1 – entre as 9h00 e as 17h00 – incluindo durante o período da hora de almoço.

ATENDIMENTO GERAL TAXAS E LICENÇAS, OBRAS PARTICULARES, ÁGUAS E SANEAMENTO, OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS entre 26 de fevereiro o e 20 de abril	
Nº de atendimentos presenciais registados	1.156
Atendimento Telefónico	Não contabilizado

AMA – Agência para a Modernização Administrativa

ESPAÇO DO CIDADÃO – EdC de Soure

Atendimento com horário contínuo e ininterrupto, entre as 9h00 e as 17h00, incluindo durante o período da hora de almoço, com emissão da fatura e recebimento no posto atendimento.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Postos de atendimento permanente: três – (3).

Mediadoras de Atendimento Digital do Espaço do Cidadão de Soure: seis funcionárias.

Espaço Nova Aprendizagem: Ação de formação em formato eLearning, intitulada “Chave Móvel Digital – Assinatura Digital” - cinco funcionárias.

ESPAÇO DO CIDADÃO – EdC de Soure – SERVIÇOS PRESTADOS entre 26 de fevereiro e 20 de abril	
SERVIÇOS IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes	
Renovação de Carta de Condução + 70 anos	45
Renovação de Carta de Condução - 70 anos	42
Revalidação do grupo II (revalidar restrição 997)	10
Pedido de 2ª via de Carta de Condução e Substituição de Carta de Condução	3
SERVIÇOS ADSE	
Consulta de Conta Corrente	3
Alteração de NIB/IBAN	1
Entrega de Documentos de Despesa para Reembolso	33
Pedido de CESD – Cartão Europeu de Seguro na Doença	2
ADSE-Direta: Dados Pessoais do Beneficiário	1
ADSE-Directa: Posição Global do Beneficiário	3
Estado do Processo – Entrega Documentos on-line	1
Pedidos de 2ª via de Cartão de Beneficiário (com ou sem alteração de dados)	3
Alteração de IBAN	1
SERVIÇOS AMA (Agência para a Modernização Administrativa) - Portal do Cidadão	
Cartão de Cidadão – Pedidos de Alteração de Morada	18
Cartão de Cidadão – Confirmação de Alteração de Morada	9
Pedido de Chave Móvel Digital	4
Desbloqueio da Chave Móvel Digital	1
SERVIÇOS SEGURANÇA SOCIAL	
Pedido de CESD – Cartão Europeu de Seguro na Doença	2
Marcar Consulta	1
SERVIÇOS IRN – Instituto dos Registos e Notariado	
Pedido de Certidão Permanente	5
SERVIÇOS AT – Autoridade Tributária	
Pedido de Caderneta Predial	6
SERVIÇOS DA DGAE – Direção Geral das Atividades Económicas	
Instalação/Acesso à Atividade de Feirante e/ou Vendedor Ambulante	6
TOTAL - Espaço do Cidadão	200

SERVIÇOS DE EXPEDIENTE GERAL – S.G.D. - Gestão Documental

Funcionamento com horário contínuo entre as 9h00 e as 17h00.

Centralização do correio endereçado ao Município – Receção e Expedição.

Centralização de cópia, impressão, Fax Geral (239502951) e Correio Eletrónico do Município geral@cm-soure.pt.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Receção, Abertura, Classificação, Digitalização, Registo no Sistema de Gestão Documental – SGD de toda a correspondência recebida via Correio Postal, Fax, Correio Eletrónico, Presencial ou Outro; dirigidos ao Município de Soure, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e aos Senhores Vereadores. Sua distribuição pelos Serviços, via digital e suporte físico, após despacho Superior.

Pesquisa de correspondência registada e prestação de informação ao Múncipe sobre processos em curso.

Apoio Técnico/Administrativo ao Serviço de Atendimento ao Público (*backup-office*).

Apoio à Dirigente Intermédia de 3º Grau do Setor Administrativo e Recursos Humanos, sempre que solicitado.

Difusão/Divulgação de informação pública pelos órgãos e serviços internos: Notas Internas, Ordens de Serviço, Avisos, Informações.

Conferência de pagamentos efetuados por Múncipes via transferência eletrónica – emissão de faturas e envio aos Serviços de Contabilidade e de Tesouraria.

Conferência de faturas de Transportes Escolares, cálculo da respetivas comparticipações e envio aos Serviços de Contabilidade para posterior pagamento.

Atividades de Apoio à Família: Refeições, Prolongamentos de Horário, Transporte, faltas de pagamento e pagamentos efetuados fora de prazo - Conferência e atualização dos mapas de acompanhamento - Reporte aos Serviços Educativos e ao Setor de Ação Social e Saúde.

Assegurar o serviço telefónico geral do Município, na ausência da Telefonista Municipal em situações de férias faltas e licenças.

Elaboração e entrega diárias nos CTT de Soure, de todo o correio a expedir pelo Município de Soure.

Elaboração de “mapa/escala mensal do Serviço de Atendimento ao Público”.

Receção/ Encaminhamento de Múncipes.

SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL - SGD

Correspondência recebida

Documentos Digitalizados e Registados	
TOTAL entre 26 de fevereiro e 18 de Abril / 2017	3.299

Enviado via	CORREIO		
	MÊS	Nº Cartas	Valor (€)
CTT	janeiro	6.777	3.296,23€
	fevereiro	6.967	3.251,91€
	março	6.509	2.719,58€
TOTAL		20.253	9.267,72€

Aquisição de Serviços de Consultoria para Elaboração, Instrução, Submissão e

Acompanhamento de Candidaturas

Escolha do Procedimento Prévio

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

SITUAÇÃO FINANCEIRA

1) SITUAÇÃO FINANCEIRA

- DÍVIDA A 20/04/2018

- Outros Credores	113 685,93 €
- Banca	3 698 292,25 €
Total	3 811 978,18 €

INSTITUIÇÃO	N.º DO EMPRÉSTIMO	TERMO DO EMPRÉSTIMO	CAPITAL EM DÍVIDA
DGTF	PREDE	2018	99 577,60
CAIXA GERAL DEPÓSITOS	9015002614491	2021	87 438,58
CAIXA GERAL DEPÓSITOS	9015005669891	2021	1 193 955,12
CAIXA GERAL DEPÓSITOS	9015004919591	2026	507 095,21
CAIXA GERAL DEPÓSITOS	9015005023191	2026	100 874,18
DGTF	PAEL	2026	1 101 955,44
CRÉDITO AGRÍCOLA	56046806727	2029	296 134,15
NOVO BANCO	7770046376	2031	311 261,97
Total			3 698 292,25

- DISPONIBILIDADES EM 20/04/2018

Caixa	720,08
Depósitos em Instituições Bancárias	1 892 566,80
À Ordem	
- Caixa Geral de Depósitos	
<i>Conta n.º PT5000350792000006793087</i>	784 440,38
<i>Conta n.º PT50003507920000759703013</i>	21 744,76
<i>Conta n.º PT50003507920002194593070</i>	203 201,86
<i>Conta n.º PT50003507920002265023024</i>	3 368,64
<i>Conta n.º PT50003507920002306493046</i>	7 918,37
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal	
<i>Conta n.º PT50004531734011077531595</i>	44 548,35
<i>Conta n.º PT50004531734018751154356</i>	49 930,53
- Novo Banco	
<i>Conta n.º PT50000702530013769000634</i>	77 413,91
A Prazo	
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal	
<i>Conta n.º PT50004531734011077531595</i>	700 000,00

- GRAUS DE EXECUÇÃO DAS GOP E DO ORÇAMENTO A 21/02/2018

Grandes Opções do Plano 2018	
Grandes Opções do Plano 2018	11 508 850,00
% de Execução	65,09%
Orçamento 2018	
Orçamento Inicial 2018	18 315 350,00
% de Execução	
Despesa	17,05%
Receita	22,36%

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

2) DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS // EXECUÇÃO

Transferências para Freguesias e Coletividades // Por Área do Plano

Área	Montante
Educação e Juventude	45 485,62
Cultura	73 510,00
Desporto e Tempos Livres	38 157,00
Promoção Turística	0,00
Ação Social	43 552,66
Saúde	693,60
Habitação, Urbanismo e Urbanização	2 200,00
Proteção Civil	17 108,86
Comunicação e Transportes	18 750,00
Desenvolvimento Económico e Defesa do Meio Ambiente	7 100,00
Serviços Municipais	2 400,00
	248 957,74

3) REPORTE DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

- DGAL

- ENVIO EM MARÇO / 2018 REFERENTE AO PERÍODO DE FEVEREIRO / 2018

- * Mapa do Balancete
- * Mapa do Controlo Orçamental da Receita
- * Mapa do Controlo Orçamental da Despesa
- * Mapa dos Fundos Disponíveis
- * Mapa dos Pagamentos em Atraso
- * Mapa dos Pagamentos PAEL
- * Mapa dos Fluxos de Caixa - Saldo Inicial
- * Mapa das Contas de Ordem - Saldo Inicial

- ENVIO EM ABRIL / 2018 REFERENTE AO PERÍODO DE MARÇO / 2018

- * Mapa do Balancete
- * Mapa do Controlo Orçamental da Receita
- * Mapa do Controlo Orçamental da Despesa
- * Mapa dos Fundos Disponíveis
- * Mapa dos Pagamentos em Atraso
- * Mapa dos Pagamentos PAEL
- * Mapa dos Fluxos de Caixa
- * Mapa do Endividamento
- * Mapa das Contas de Ordem
- * Mapa dos Empréstimos
- * Mapa do Leasing
- * Mapa do Factoring
- * Mapa do Fundo Social Municipal
- * Mapa do Ativo Imobilizado Bruto
- * Mapa da Contribuição SM, AM e SEL para o Endividamento Municipal
- * Mapa Do Balancete - Saldo Inicial

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

4) REPORTE DE INFORMAÇÃO FISCAL

- AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

- MÊS DE MARÇO / 2018

* Declaração Periódica de IVA - Período de Janeiro de 2018

* Comunicação eletrónica da emissão de faturas

* Envio da Declaração de Remunerações Mensal

- MÊS DE ABRIL / 2018

* Declaração Periódica de IVA - Período de Fevereiro de 2018

* Comunicação eletrónica da emissão de faturas

* Envio da Declaração de Remunerações Mensal

5) RECURSOS HUMANOS

Pagamentos entre 22 de Fevereiro de 2018 e 20 de Abril de 2018

- Remunerações Certas e Permanentes	470 062,82 €
- Abonos Variáveis ou Eventuais	32 111,19 €
- Encargos Sociais / Patronais	146 017,59 €
Total	648 191,60 €

6) LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS E EMISSÃO DE PRECATÓRIOS DE 7 EMPREITADAS, APÓS HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS MESMAS.

7)- ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DE CANDIDATURAS

Projeto		Investim Total	Investimento Elegível	Comparticip. Aprovada	Faturado	Comparticip. Recebida	% Exec.
CENTRO 2020	Remodelação Unidade Saúde da Granja do Ulmeiro	473 560,40	370 000,00	314 500,00	87 952,92	72 050,18	23,77%
Portugal 2020	Paru de Soure	1 850 000,00	1 826 454,70	1 552 486,50	0,00	0,00	0,00%
POSEUR 2014/2020	Elaboração Cadastro das Infraestruturas existentes Sistemas de AA e SAR	288 681,00	201 105,00	170 939,25	83 175,68	50 881,26	41,36%
	Piloto de Compostagem de Soure	19 817,70	19 817,70	16 845,05	1 758,90	0,00	8,88%
	Recicla Soure	834 777,31	834 777,31	709 560,71	201 916,80	153 019,40	24,19%
	Rede Drenagem Águas Residuais Domésticas Gesteira, Piquete, Lousões	380 225,00	335 705,00	285 349,25	238 524,21	192 608,31	71,05%
	Rede Drenagem Águas Residuais Domésticas Casa Velha, Casal Novo e Gabriéis	592 225,00	592 225,00	503 391,25	41 317,36	33 669,58	6,98%
	Rede de Esgotos de Vinha da Rainha - Zona Norte e Central	994 999,99	994 999,99	845 749,99	68 126,99	57 907,95	6,85%

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

	Rede Drenagem Águas Residuais Domésticas Alfarelos/Granja do Ulmeiro	994 999,99	994 999,99	845 749,99	117 402,34	95 194,47	11,80%
CENTRO 2020	Modernização Administrativa	245 280,49	231 419,20	196 706,32	156 317,78	0,00	67,55%
TOTAIS		6 429 286,39	6 170 084,69	5 244 571,99	840 175,20	655 331,15	

O Presidente da Câmara
(Mário Jorge Nunes)
2018/04/24

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:
 “Bom dia a Todos... Esta é a terceira Assembleia neste Executivo, vou ser comedido na leitura desta Informação Escrita, aliás, ela já é obrigatoriamente e por Lei escrita, para que, precisamente, haja um conhecimento atempado, e os documentos têm sido entregues dentro das normas legais e regimentais desta Assembleia, também tem havido o conhecimento via electrónica... e sobre esta questão dos documentos via electrónica, nós estamos a concluir um processo de modernização administrativa que implicou um investimento forte em hardware com a instalação de equipamento de arquivo, nomeadamente um servidor e toda a tecnologia complementar, e espero que até ao final da primavera passe também pela implementação de uma nova Página de Internet do Município, que já está concluída mas falta implementá-la no Portal do Município, e tornará o acesso muito mais fácil através dos chamados links, de cidadãos habilitados, que é o caso dos Autarcas do Município, porventura, de Freguesia também, de terem acesso a informação reservada ou mais restrita, para além de toda a informação que já consta do Portal do Município. E, não querendo nós, sobrevalorizar como tem sido feito, as diversas Plataformas, umas mais mediáticas do que outras, que fazem rankings, sobre isto ou sobre aquilo, o certo é, que nós não valorizando como alguma comunicação social o pretende fazer, essas Plataformas, não o fizemos no passado quando estávamos numa posição um pouco modesta, não o fazemos agora que teremos subido ou deixado de subir. A importância que damos a essas Plataformas, é o que é, a forma de dispormos lá da informação é aquela que é fundamental, no entanto, o meu compromisso também de Modernização Administrativa do Município e da Administração Pública Local, é que o Município acompanhe essa modernização, que isso passe por uma maior ligação do Município aos Cidadãos, usando as Plataformas Electrónicas e as Tecnologias. É evidente que nem todos os autarcas, por afazeres profissionais, por vontade pessoal, por uma série de razões, são obrigados a dominar as tecnologias...Eu não digo que consiga terminar este mandato acabando com o papel no Município, mas confesso que se dependesse de mim, da minha capacidade pessoal para implementar esse sistema, um dia destes, no

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Município acabaria o papel. Mas este processo depende de todos, dos funcionários, dos autarcas, dos cidadãos, e nós temos de ir ao ritmo que formos capazes. Toda a informação para o Executivo Municipal vai atempadamente, via digital, portanto, todos os sete membros do Executivo, têm no tempo regimental, hoje, no seu email, o link para aceder a cada documento, enfim, é mais fácil fazer isto para sete, e com documentos de uma determinada dimensão do que fazer para trinta e oito, como é o caso da Assembleia Municipal, e até porque, a dimensão dos documentos é uma carga tal que depois é necessário utilizar outras tecnologias chamado iTransfer, que é um outro tipo de Link, que vai abrir os ficheiros, e eu próprio, muitas vezes, tenho dificuldade em os abrir, e os computadores pessoais, se não tiverem tecnologia, hardware e software adequado, de facto, não se conseguem abrir. Ainda assim, nós distribuimos uma Pen de 4GB, que já é uma dimensão considerável, que dá para levar todos os documentos do Município até ao final do mandato. Quando voltarmos a ter um novo contrato de prestação de serviços na área da informática para o Município, também implementaremos algumas acções de formação, não só para os funcionários, como tem sido feito, mas também para os Autarcas Municipais e de Freguesia, em protocolo com as Freguesias, para actualizações sobre a forma de como aceder, quer à Plataforma do Município, quer à informação que disponibilizamos. Outra coisa que vou incentivar os serviços de apoio a fazê-lo, é que aquando da distribuição dos documentos via email, ao mesmo tempo siga uma mensagem via SMS a dizer para consultar o e-mail.

Relativamente às Actas, de facto, estamos com a falta de um apoio que tínhamos transitório, em serviço externo, que funcionou no mandato anterior com um Programa de Arquivo e Apoio à Assembleia Municipal, com a leitura e transcrição de Actas e a sua implementação, esse procedimento terminou, não o renovámos. Entretanto, duas funcionárias, das três, que dão apoio ao secretariado estão de baixa prolongada... Portanto, o diálogo que tive com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal é que estamos aqui num défice que certamente iremos resolver. Isto também se passa no Gabinete de Apoio à Presidência, onde se verifica um défice de Pessoal. Virá à próxima Reunião de Câmara a questão de aproveitar a Lei dos Precários... não temos ninguém para a área administrativa ou para este tipo de apoio, para assistentes técnicos, mas, porventura, algumas das cerca de doze pessoas que passaram pela área operacional, porque foi essa a função que exerceram através dos contratos de emprego e de inserção, conhecidos como POCs, poderá haver a possibilidade de aproveitar uma ou outra pessoa para nos conseguir dar apoio na área administrativa e conseguir colmatar esta falha.

Espero conseguir disponibilizar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o apoio que este Órgão merece e deve ter, porque tem competências cada vez mais, de maior responsabilidade, não é só a Reunião da Assembleia Municipal, propriamente dita, mas o facto de acompanhar a actividade do executivo, de fiscalização, de aconselhamento, de orientação e estratégia é toda da vossa responsabilidade e portanto contamos com a vossa parceria, e por isso devem ser dotados dos meios necessários para poder desempenhar esse trabalho.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Relativamente à delegação de transferência de competências, o chavão que é fácil dizer, mas que convém recordar, “Estado mais perto dos cidadãos, melhor Estado”... algumas das competências, que eu não sei quais são, tirando o documento genérico que é do nosso conhecimento e depois a questão dos Decretos de Lei que hão-de regulamentar cada uma das áreas de transferência, alguns estão em Projecto de Decreto de Lei, e foram-nos dado conhecimento, outros sabemos pela Associação Nacional de Municípios em que ponto é que estão algumas negociações, outras foram tornadas públicas por um acordo entre os dois maiores partidos com assento parlamentar, mas nós não temos estado à espera das transferências ,ou não, de Competências que o Estado nos venha generosamente propor. Até porque também está dito e redito, e disseram-no nas Jornadas Parlamentares do Partido Socialista que decorram em Coimbra, onde me convidaram para assistir, que se pretende uma efectiva poupança quando falamos de distribuir uma determinada competência que custa o uso de determinados recursos financeiros ao Estado, que passando para as Autarquias elas têm de custar significativamente menos. Portanto, não sei se é para custar menos 10% ou 90%, mas não me choca que essa seja a obrigação, ou seja, que tenha de haver, de facto, uma poupança em termos financeiros efectiva. E ao aceitar esses desafios, é também a prova de que, entendemos, que estando mais perto conseguimos ser mais eficazes e conseguimos prestar melhor serviço, gastando menos dinheiro ao Estado. E portanto, a minha posição é de tendencialmente aceitar essas responsabilidades. E não temos estado parados e temos dado o exemplo... damos o exemplo quando a Lei determina a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, Contratos Interadministrativos e Contratos de Execução, temo-lo feito, damos o exemplo, e damos o exemplo com transparência, e acreditamos que os recursos que transferimos para as Freguesias também são mais bem utilizados. E também acreditamos que quando transferirem os recursos, eles serão melhor utilizados com poupança de recursos financeiros e com melhoria da prestação de serviços. E temo-lo estado a fazer, a nível de estradas, está em cima da mesa com as Infraestruturas de Portugal, e levámos à Reunião de Câmara recentemente, a aceitação de, avançando o Município com os investimentos, na expectativa dos grandes investimentos virem por parte do Estado. Passa-se isso com a ferrovia, com passagens inferiores e superiores, naquilo que pretendemos que fique concluído, como a variante Alfarelos-Granja do Ulmeiro, que servirá depois o resto da plataforma rodo-ferroviária e a expansão da zona empresarial de Alfarelos-Granja do Ulmeiro.

Um segundo ponto do Protocolo, esperamos que avance também nas próximas semanas implica a melhoria de vários pontos negros em Estradas Nacionais, vou dar apenas alguns exemplos, a Rotunda da Cipol, o cruzamento junto à farmácia de Figueiró do Campo e os passeios em Figueiró do Campo, o atravessamento do Casal do Redinho, e o cruzamento de Tapeus no IC2. Nós vamos avançar com uma proposta para as Infraestruturas de Portugal, entre outros, estes investimentos, que o Município se vai propor substituir às Infraestruturas de Portugal, e que apenas pretende que as Infraestruturas de Portugal,

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

deem acompanhamento técnico, jurídico, e de projecto. Nós vamos propor fazer as obras para melhorar estes pontos negros que existem nas Estradas pertencentes às Infraestruturas de Portugal, porque acreditamos que com algum investimento municipal se melhora bastante as condições de vida dos munícipes, se acabam com estes pontos negros que têm sido locais de vítimas mortais, e portanto, pretendemos que melhore a vida para os munícipes de Soure... não é esperar que o Estado cumpra a sua obrigação, mas nós anteciparmo-nos, porque, também é por isso, que nós dizemos que não baixamos o IMI que tem uma afectação real no Concelho de Soure, porque não aumentamos e temos feito majurações de 0,315, podemos aplicá-lo na melhoria das condições de vida dos munícipes, antecipando benefícios para todos.

Ao nível da Justiça, onde espero, no decurso daquilo que tem sido o nosso trabalho e com o vosso apoio político, dentro de dias/semanas, assinar um protocolo com a Direcção Geral da Justiça para que nós nos substituamos ao Ministério da Justiça e que façamos obras no Palácio da Justiça, em detrimento de uma mais rápida e eficaz melhoria das condições de acesso à Justiça no Concelho de Soure. Diria eu, não em tom enigmático, as coisas estão bem encaminhadas e certamente terei a vossa cobertura para algumas dezenas de milhares de euros poderem ser investidos no Palácio da Justiça em detrimento, porventura, até do Palácio do Município, mas para que consigamos uma melhoria da Soberania Nacional do Concelho de Soure.

Ao nível da Saúde, todos os dias nos substituímos ao Ministério da Saúde para dar melhores condições de acesso à Saúde por parte dos munícipes, quer seja na eco-saúde, quer seja na manutenção dos sistemas de ar condicionado ou de aquecimento das diversas Extensões de Saúde e de algumas reparações.

Ao nível da Educação, onde, já este ano aprovámos um Protocolo com o Agrupamento de Escolas de Soure, onde, estamos a financiar pela primeira vez, algum material de desgaste rápido na Escola Básica de Soure, agora é assim que se domina, portanto, deixou de ser uma dependência da Escola Secundária Martinho Árias, em termos orgânicos, é uma escola com mais autonomia do ponto de vista da gestão, e nós estamos a financiar, pouco, mas começámos a financiar. Assim como, pedimos ao Agrupamento de Escolas de Soure, para que determinado clube, Associação Desportiva, que se dedica à prática do desporto a nível federado na Vila de Soure, pudesse utilizar no inverno o Pavilhão da Escola Secundária, mediante pagamento, uma espécie de renda, sendo uma forma de ajudar e de minimizar esse impacto.

Quero saudar a todas as Bancadas pelas intervenções do 25 de Abril, pelas intervenções de nível histórico, referência à maturidade da democracia, pela vossa participação no Programa do 25 de Abril e dos 20 Anos da Biblioteca Municipal de Soure, e portanto, que se mantenham motivados para envolver o Município através da vossa representação nestas acções.

Dar o meu apoio às Moções do 1.º de Maio, apresentadas pelas diversas Bancadas, dizer que neste dia, nós não temos nenhuma actividade municipal, mas também é propositada,

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

porque, no dia 1 de Maio também entendemos que os trabalhadores que são o grande suporte, pelo empenho que colocam em todos os projectos municipais, seja à noite, seja aos fins-de-semana, na área da cultura, da acção social, nas comemorações do 25 de Abril, nas festas de Natal, etc... o dia 1 de maio, não basta trazer Moções de Apoio aos Trabalhadores, e quanto a mim, pessoalmente, tenho esta visão, em relação aos trabalhadores da Câmara, quanto mais eles puderem estar resguardados para poderem estar em reflexão, poderem participar com outros trabalhadores em acções dedicadas ao seu dia, ou até estarem em descanso com as suas famílias, já é um acto bastante importante. Os trabalhadores deviam refletir e dar o exemplo e apelar a todas as entidades patronais, a todos os serviços não essenciais a estarem amanhã fechados, como por exemplo, as grandes superfícies e outros tipos de serviços.

Sobre a Moção apresentada pelos CTT, a minha também é de indignação. Nós aqui no Executivo temos tido o cuidado, porque já nem o correio azul funciona para o dia seguinte. Eu próprio, tenho sido informado pelo meu carteiro, que só recebo correspondência dois dias por semana. Espero que todas estas Moções cheguem à Assembleia da Republica, cheguem ao Governo, no sentido de lhes dar força para que haja reversão da conceção ou pelo menos revisão do contrato e do caderno de encargos subjacente à conceção do Serviço Público Postal, decorrente da privatização dos CTT.

Sobre a Batalha de La Lys, houve aqui uma Moção, e eu não queria deixar “passar em branco”, que nós, sobre os 100 anos da 1.ª Guerra Mundial, iniciámos as comemorações de uma forma muito digna. O Município publicou um livro, foi apresentado esse livro, alguns dos senhores autarcas estavam cá, mas para os que não estavam, disponibilizarei um livro da autoria do Professor Fernando Távares Pimenta, que retrata a presença de Soure na 1.ª Guerra Mundial. Essa cerimónia decorreu com a presença do Ministério da Defesa Nacional e com vários representantes das Forças Armadas, teve uma parada militar, com uma homenagem junto ao Monumento do Soldado Desconhecido, e também foi explicado nessa altura, que a maior parte dos nomes que estão inscritos, em baixo relevo, na Estátua do Soldado Desconhecido, presente no local mais nobre da Vila, que é o seu centro, são muitos daqueles que faleceram na 1.ª Guerra Mundial. Nós temos feito acções a nível da cultura e da educação com a Biblioteca e junto da comunidade educativa sobre a evocação dos 100 Anos da Guerra, e está previsto em outubro deste ano o encerramento das comemorações, de novo, com a acção mais mediática e de maior amplitude para fazer essa comemoração. Eu próprio fui convidado para estar em La Lys a semana passada, onde estive o Senhor Presidente da República, o Senhor Primeiro Ministro e alguns colegas Autarcas, mas achei que outras circunstâncias e o apertar do mês de Abril, não criava essa disponibilidade, e porventura, a despesa mesmo que tivesse sido feita para o Município de Soure, não seria relevante e teria sido bem feita, mas não foi possível.

Recentemente o Senhor Vice-Presidente esteve na Galiza, com o tema da Protecção Civil, o ano passado estivemos em Paris a convite da Câmara de Paris mais virado para as

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

protecções e para a presença das empresas numa acção da câmara de comercio luso-francesa, desta vez não fomos, porventura, depois fora deste contexto as pessoas sabem que nós nos associamos.

Indo à Informação Escrita propriamente dita, alterámos ligeiramente a apresentação, mas ela mantém a mesma estrutura. É um instrumento que compilado ao fim das suas cinco sessões que decorrem ao longo do ano, servem de relatório das actividades municipais, é demasiado exaustivo, mas também pretendemos ter uma presença comunicacional e não tenho nenhum elemento de referência especial a acrescentar e aguardarei pelas vossas questões e pelas vossas dúvidas”

Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal, Dr.^a Ana Fortunato: “ Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Bom dia Senhor Presidente do Município, Vereadores e Deputados Municipais... Na minha intervenção queria começar por saudar o Programa de Comemorações do 25 de Abril em Soure, pela quantidade e pela diversidade de actividades que tivemos e com bastante participação popular e que irão até ao próximo fim de semana. Queria também saudar a realização da Caminhada pela Paz, no âmbito da adesão do nosso Município aos Municípios pela Paz, e que tem todas as condições para se tornar um acontecimento de referência no nosso Concelho. Não podemos deixar de verificar que nas actividades que constituíram o programa figuraram algumas actividades que outrora estiveram debaixo da competência do Concelho Municipal da Juventude, como por exemplo, o concurso de bandas de garagem ou encontro das escolas de musica, entre outras. Gostaria de saber se o Concelho Municipal da Juventude ainda existe, se mantém ou não actividade, visto ter sido uma estrutura importante para a dinamização da juventude e trazendo os jovens para a participação activa em actividades que contribuía de forma clara para a aproximação e responsabilização de jovens na vida e no futuro do Concelho. Relativamente à Informação Escrita, na página 33, quando se fala dos graus de execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento, o primeiro quadro aparece Grandes Opções do Plano 2018, mas estamos em abril e aparece Grandes Opções do Plano 2017, em baixo... e teremos um grau de execução, já em abril, de 65%?... Depois, na parte do orçamento, fazem referencia ao Orçamento Inicial de 2016.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes: “Começando pela última questão, eu confesso que nós demos uma prioridade muito grande ao Relatório de Gestão, digamos que, estes documentos convêm ser vistos por mais do que uma pessoa. Quando fui ler a Informação Escrita, que assinei, mandei uma

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

mensagem à pessoa que me estava a passar o documento a limpo, mas no sitio onde estava não havia rede e essa mensagem não seguiu. Entretanto houve necessidade de fazer chegar às pessoas o documento, embora assinado por mim, este erro. Nós disponibilizámos no dia 25 de Abril e foi na noite de 24 para 25 que eu vi o erro, mas já não houve tempo para corrigir. É evidente que se percebe que é um erro, o documento final ficará Grandes Opções do Plano 2018 e Orçamento Inicial 2018.

Sobre o Concelho Municipal da Juventude, ainda não reuniu como tal neste mandato, portanto seis meses passados que estão desde a tomada de posse, reunirá em breve, mas eu tenho feito algum trabalho pela minha presidência, porque decorre da própria Lei, decorre do próprio Regulamento, mas dizer-lhe que algumas actividades foram integradas no 25 de Abril e nas comemorações dos 20 Anos da Biblioteca, as outras estão previstas para mais tarde, e posso dar nota a este Orgão e também na presença dos Senhores Vereadores que o projecto que vou apresentar ao Concelho Municipal da Juventude, com acções previstas para o fim-de-semana que antecede o S. Mateus, para além de outras acções que o Concelho queira e proponha para o resto do ano, que aquilo que será a grande acção do Concelho Municipal da Juventude, está remetido e proposto para o fim-de-semana que antecede o S. Mateus, portanto dia 14,15 e 16 de setembro, aproveitará alguma da logística que já fica preparada e montada e com custos suportados pelo S. Mateus, porque os custos da logística, muitas vezes, é uma questão de escala, portanto, tal e qual como temos feito por altura do 25 de Abril e 1.º de Maio, que apanha várias feiras, e aquilo que consta da nossa proposta, que já constava em termos orçamentais e de plano é o Festival Municipal de Juventude, onde um dos pontos altos será o trail Soure 1111 que passou para a data de 16 de setembro. Serão um conjunto de espetáculos diferenciados e com uma vocação mais para a juventude, com possibilidade de haver acampamentos, fóruns, workshops, demonstrações temáticas, como por exemplo, criação de uma parede para grafities, actividades no rio, etc... Espero que na próxima Assembleia Municipal já tenham conhecimento pleno daquilo que será o Festival Municipal da Juventude, que não ultrapassando o que está orçamentado para a política da Juventude em termos do Concelho Municipal da Juventude e do Plano de Actividades e Orçamento para essa área, que se possa fazer uma acção específica, e que será, digamos um pré S. Mateus. Há aqui uma particularidade que temos de ter algum cuidado... Antigamente as aulas começavam em outubro, hoje, a 15 de setembro os alunos já têm aulas, e portanto, o S. Mateus já é após essa data, e aproveitando a logística necessária e a possibilidade das condições climatéricas serem melhores nos dias 14 e 15, de ter um grande acção, usando o Parque dos Bacelos que tem condições excepcionais, onde aliás, este fim de semana decorreu uma prova de Duatlo e o nosso investimento é com a Federação que organizou esta prova, que é a Federação Portuguesa de Triatlo, que, como sabemos, tem atletas medalhados olímpicos, ter aqui em Soure aproveitando as águas do rio Arunca e Anços, provas de Triatlo, proximamente, e portanto tudo isto tem uma estratégia e um enquadramento, e esperamos que a juventude se mobilize durante o verão para preparar o seu regresso às aulas, e a sua despedida temporária de Soure para alguns, com uma grande

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

feira de juventude que não visa apenas dar festa mas também trazer outras acções de sensibilização e de aproximação à vida associativa e à dinâmica de Soure.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Santos Mota: “Dar nota de três breves apontamentos...

Um tem a ver com as Comemorações do 25 de Abril, a dignidade, a qualidade e a diversidade destas acções, sem dúvida que é de realçar, fortalecidas pelas Comemorações dos 20 Anos da Biblioteca Municipal, que todos sabemos que é um veículo essencial na promoção e divulgação educativa/cultural do nosso concelho.

Queria referir a Caminhada pela Paz, uma iniciativa interessante por todas as razões e objectivos que estão inerentes a esta actividade. Contudo, na minha opinião, não deverá ser seguida a uma cerimónia formal como é o hastear da bandeira.

Desculpem-me a ironia... das duas, uma ou vimos para uma cerimónia, que nos merece o maior respeito, de fato de treino ou vamos para a caminhada de fato e gravata. Deve imperar o bom senso, e futuramente repensar num horário mais espaçado entre as duas acções.

Uma outra que queria realçar e que já foi referenciada à pouco pelo Senhor Presidente de Câmara, uma iniciativa inovadora na área desportiva, foi a realização do Primeiro Duatlo de Soure. Digamos que é inovadora até a nível distrital, deu uma dinâmica e uma vitalidade à própria Vila. Assisti a elogios à organização e sobretudo às excelentes condições naturais, funcionais envolventes ao Parque dos Baceiros. Também se falou nas grandes potencialidades para a realização futura de um Triatlo. O conjunto, natação, ciclismo e corrida vão dar ainda mais vitalidade/brilho à vila de Soure. Resta-me saudar o Senhor Vereador do Desporto e naturalmente o Senhor Presidente do Município por esta feliz e saudável iniciativa.

Uma outra nota, tem a ver com os Acordos de Execução, página 7, fala-se efectivamente que as Juntas de Freguesia são a essência do Poder Local... é verdade, pela sua proximidade, são os que estão no primeiro impacto das preocupações, com as necessidades e os anseios da comunidade. Contudo, os recursos são muito escassos. Eu queria dar um exemplo, porque há gente nova nestas andanças e é importante saberem, só para terem a noção, que o Orçamento da Junta de Freguesia de Soure e tem uma dimensão geográfica e populacional maior que muitos Concelhos do País, são 200.000,00€. Para despesas correntes, como pessoal, materiais, equipamentos, reparações, é acima dos 100.000,00€... vejam quanto é que resta para investimento, para apoio, para o cumprimento das obrigações da Junta de Freguesia. Pretendo, também, dar-vos nota do seguinte: os Executivos da Junta de Freguesia, praticamente são voluntários. Usufruem de uma compensação que muitas vezes não dá para os gastos. A Junta de Freguesia de Soure pela sua dimensão tem uma pessoa que trabalha a tempo inteiro, mas recebe a meio tempo, é um caso excepcional no Concelho de Soure.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Depois desta introdução, quero agradecer e saudar o Município e em particular o Senhor Presidente de Câmara pelo reconhecimento da importância das Juntas de Freguesia através da formalização de Acordos de Execução, ou seja, a chamada descentralização, não teórica, mas a descentralização prática e efectiva, e que no fundo, veio-nos dar uma ajuda que, em grande parte, pela proximidade vai resultar numa eficaz, numa resolução mais rápida dos problemas.

Uma nota final, na página 14, Filarmonias... é uma forma saudável de rentabilizar, e descentralizar as cinco Bandas Filarmonicas do nosso Concelho. Levar às comunidades, localidades e Associações mais isoladas que, por norma, não são contempladas por estas actividades culturais.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Nuno Abreu: “ Senhor Presidente da Assembleia e seus colegas de Mesa, Senhor Presidente de Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, meus colegas Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Colegas do Executivo, Senhor Chefe de Gabinete e Comunicação Social... antes de mais queria parabenizar e saudar a forma como decorreu as Comemorações do 25 de Abril, assim como também os 20 Anos da Biblioteca Municipal. E a propósito da Biblioteca Municipal gostava de partilhar uma sugestão/informação na área da Biblioteca, tem a ver com o espaço em frente à Biblioteca... espaço esse que no meu entender não está bem aproveitado, pois tem delineado em pedra ou em paralelos os estacionamento, mas que na realidade não são usados, pois tem em seu redor correntes e umas pedras enormes. É a minha sugestão prende-se, precisamente, nesse sentido, pois como somos visitados por muitas crianças desde o pré-escolar, 1.º e 2.º ciclos, também alunos do IPH, e idosos das várias IPSS do Concelho, e quando as condições climáticas não o permitem, eu e as minhas colegas, vamos buscar as crianças com chapéus de chuva para não se molharem, mas acabam sempre por se molhar, ou vamos ao Centro Paroquial que é onde vai o autocarro de 27 lugares, ou os mini-bus de 16 lugares... portanto a minha sugestão é que aproveitassem aquele espaço que não está a ser aproveitado, para pelo menos um ou dois estacionamento para os mini-bus.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes: “Respondendo à intervenção do Dr. Santos Mota e reconhecendo os ajustamentos que é necessário fazer, mas ainda pegando na Prova do Duetlo, seria justo que eu reconhecesse aqui, até porque, quando do estudo das Propostas que foram encaminhadas pelo Executivo em funções a tempo inteiro, e que foi necessário o Município comprometer-se com uma rigorosa organização que eu penso que foi conseguida, e esse trabalho agradeço à Junta de Freguesia de Soure a colaboração que deu, ao Senhor Vice-Presidente porque

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

toda a área da logística e da segurança está entregue à sua responsabilidade e depois pela parte organizativa e de interface com a Federação propriamente dita, da parte do Vereador com a área do Desporto. Esta estratégia encontra-se em linha com grandes acontecimentos desportivos que queremos trazer e que já temos alguns no Concelho... no próximo fim-de-semana pela terceira vez consecutiva, em Soure, a única presença na Península Ibérica de uma prova do Campeonato Europeu de Escalada de Jovens, onde Soure se reafirma como um palco, porque tem um pavilhão, e temos investido bastante, todos os anos investimos alguns milhares de euros, na manutenção e na melhoria das condições das paredes de escalada e no equipamento de escalada para as Provas Nacionais, mas também, tendencialmente, para esta... e portanto, para o próximo fim-de-semana, 20 países confirmaram a sua presença em Soure, mais de 200 atletas, algumas comitivas altamente competitivas como são nalguns países com maiores recursos financeiros e que têm esta modalidade que enche pavilhões com 10.000/20.000 presenças, e grandes pavilhões nesses países onde as entradas estão esgotadas com meses de antecedência a preços na ordem dos 40/50 euros, o lugar, para assistir a este tipo de competição. Aqui em Soure é gratuito . E depois também um protocolo que temos com a Federação Portuguesa de Bilhar, nos meses no início do verão, pela segunda vez no Concelho de Soure, desta vez com o apoio do Município, num contrato programa que fizemos com a Federação Portuguesa de Bilhar para dois anos. É uma modalidade inscrita no Comité Olímpico Internacional. Salientar que a Escalada passou a ser modalidade Olímpica, sendo modalidade Olímpica em alta competição, já há transferências do Orçamento de Estado de relevo. O Bilhar também é considerado alta competição, durante seis semanas, são seiscentos praticantes da modalidade de todo o Continente e Ilhas a disputar o Campeonato Nacional e a Taça de Portugal, com nomes sonantes em termos clubísticos, portanto, o TOP 5 dessas modalidades de bilhar são exactamente, Benfica, Porto, Sporting, Sporting de Braga e Académica, além de clubes da Madeira fortes nesta matéria e que estarão presentes no nosso Concelho a disputar estas provas, o que também faz mexer, e o nosso envolvimento. Também acertei na passada quinta-feira com a Entidade Regional de Turismo do Centro, que tudo vai fazer, porque sendo impossível manter mais anos a presença deste campeonato em Soure, porque esta Federação quer fazer a modalidade andar pelo país, mas para já, tentar que ela não saia da região que são 100 Municípios, e portanto, qualquer outro pode vir a albergá-lo no futuro. E portanto, fizemos um protocolo que tenta dar vigência para dois anos, com a cobertura mediática que já teve até aqui e também com a cobertura mediática que com este apoio venha a ter. Relativamente à questão do Deputado Nuno Abreu sobre a Biblioteca, saúdo a pertinência das questões que coloca... nós estamos com um Plano de Regeneração Urbana, onde as questões do estacionamento nos preocupam... é evidente que eu em tempos, enquanto munícipe, ou autarca sem responsabilidades nessa área do urbanismo, questionei porque é que aquelas pedras que lá estão a vedar o estacionamento estavam ali, e não era usado o estacionamento... foi dito desde o início que se concebeu que estavam lá estacionamentos mas não eram para usar porque havia o risco de se tapar os acessos à

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Biblioteca. Portanto, a Biblioteca está agora a fazer 20 Anos, e eu saúdo a sua crítica como utilizamos aquele espaço à 20 anos, mas, o certo é, que eu concordei com a explicação que me deram. E a minha preocupação não é colocar lá mais estacionamento, mas tirar de lá o estacionamento, criando formas mais fáceis de estacionar nas proximidades e estamos a tratar disso.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Virgílio Costa: “ Relativamente a esta questão em análise, Informação Escrita, sobre a Actividade Municipal, e nesse enquadramento, tinha aqui três questões para colocar ao Senhor Presidente da Câmara...

Terminou, precisamente agora no dia 27 de abril, um prazo para candidaturas a um Programa, é o chamado SI2E (Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego), o Aviso Centro M9 de 2018 - 08, e este sistema existe com o intuito de atrair investimento empresarial e emprego para os territórios afectados por incêndios. Este Aviso, tem aplicação em diversos Concelhos da Região Centro, mas Soure não consta. A minha questão, é se o Município de Soure está atento a este Programa... eu lembro que o mesmo já foi regulado o ano passado através da Portaria 105 de 2017 de 10 de março, publicada no Diário da República, e já esteve em vigor o ano passado, e Soure, pelo menos, que eu me recorde teve uma zona, e refiro-me à Freguesia de Degracias e Pombalinho, que foi assolada por um incêndio de grande dimensão.

Em matéria de Segurança Rodoviária, aproveito para falar noutra questão concreta, o Senhor Presidente falou aqui em várias actividades que irá desenvolver nesse âmbito, em diversos locais e freguesias e aproveito para lembrar um problema que eu tinha colocado aqui numa última Assembleia, que diz respeito à minha aldeia, e é o problema, volto a frisar, de que continua tudo na mesma e não se mexeu em nada e portanto o problema que há na minha aldeia ,é o troço que vai da estrada nacional 348 até à povoação de Alagoa, naquele troço, junto a casas de habitação apesar de toda a sinalética que existe no local, são praticadas grandes velocidades que causam constante perigo aos moradores, e portanto, eu gostaria que o Município de uma vez por todas, tomasse uma posição, e que, eventualmente em articulação com a Junta de Freguesia e ouvindo os moradores, que encontre soluções que efectivamente reforcem a segurança rodoviária no local, em particular, que sejam implementadas medidas, para redução efectiva de velocidade, protegendo assim as pessoas. É sabido que, por um segundo se ganha uma vida, por um segundo se perde uma vida. Penso que não há grande investimento a fazer, talvez dois funcionários num dia resolvem o problema, com materiais e equipamentos.

A terceira questão respeita à área da Saúde... eu sou novo nestas andanças, mas constatei um facto, que é o seguinte: aqui na parte da informação, verifica-se que está a ser feito um acompanhamento financeiro de candidaturas – Centro 2020 – Remodelação da Unidade de Saúde da Granja do Ulmeiro – investimento total 473.560.040,00€... Deduzo que esteja a ser feita uma grande aposta, mas o Senhor Presidente explicará melhor, para

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

centralizar serviços de saúde na Granja do Ulmeiro. Eu não tenho nada contra a Granja do Ulmeiro, mas julgo que não deve haver centralismos específicos, a nível concelhio, nesta área tão sensível. A saúde deve estar, tal como a justiça, que nós reclamamos para o nosso Concelho, mas também deve estar nas diversas Freguesias do Concelho e muito em particular, eu pergunto se os cidadãos da área da Freguesia de Degraças e Pombalinho, ou um idoso das Malhadas que precisa de ir ao médico, se tem de se deslocar à Granja do Ulmeiro?... O que é feito dessa área que parece estar muito esquecida?... Eu vejo lá um Centro de Saúde que ao que parece está encerrado, eu de facto, não estou dentro dessa temática, mas gostava, que me explicassem porque é que tiram esse bem essencial para longe das populações.

Outra questão... saúde o Município que tem implementado um Programa de Emergência Social, aliás, tive conhecimento que na Figueira da Foz, o mesmo foi adoptado, e que tem a ver com o acesso gratuito a medicamentos a pessoas em situações de grave carência económica. Não podia, eu pessoalmente, estar mais de acordo com essa medida, mas desejo que o Município se empenhe e exerça acções de divulgação desses apoios para que os seus reais destinatários tenham conhecimento, e possam beneficiar dele.

Portanto, em síntese, eram estas as questões, a candidatura ao SI2E em que Soure não está contemplado, a questão em termos de segurança rodoviária num lugar específico deste Concelho, é a questão da Saúde e a forma como esse serviço está a ser demasiado centralizado.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:

“Dr. Virgílio Costa, saúdo a forma atenta e pertinente com que traz algumas questões, e também a forma humilde como aborda, dizendo que há questões que tem mais conhecimento de causa, até pessoal, e outras que precisa de mais informação.

Relativamente à segurança rodoviária e de facto é a segunda vez que o Senhor evoca esta questão, e dizer que, a perfeição é aquilo que pretendemos, mas reconheço, que o erro de uma coisa tão simples e que está determinado por mim que se execute, não estar executado. O que está em causa são as passadeiras em piso diferenciado que serviram para tentar resolver o problema da forma que nós entendemos que é a mais correcta. O ano passado, no troço que o senhor evoca, foram feitas passadeiras em calçada, para troço diferenciado, não foram feitas lombas, nós temos evitado dar seguimento a essa ideia das lombas... as lombas são muito reivindicadas por pessoas que moram nas zonas onde as pretendem. Eu não tenho seguido muito esta política, porque, tecnicamente, as lombas, embora noutras cidades europeias se continuem a verificar, não são um meio eficaz de resolver as questões do trânsito. As pessoas têm de cumprir os limites de velocidade, no local que o Senhor refere o limite máximo de velocidade são 30 Km/hora, que é uma velocidade perfeitamente razoável para se poder parar perante qualquer obstáculo que

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

surja, e portanto, também compete às Autoridades fazer essa fiscalização e também às Seguradoras que depois actuam sabendo que no local a velocidade é aquela, haver um conflito de trânsito, um acidente, terá de se ter em conta para o infractor, que as condições que percorreu a via, estando lá 30 Km /hora, será altamente penalizada a sua conduta. Apelo ao Senhor Vice-Presidente que tem esta área, e a área operacional que procure com o seu chefe de divisão, perceber porque é que ainda não está executada, uma determinação que já nem é minha e que já passou em sede de executivo. Portanto, obrigado por ter lembrado, porque certamente o Senhor Vice-Presidente tomou nota e certamente nos próximos dias, fará acelerar a execução dessa ordem, de complementar as tais passadeiras em piso diferenciado com bandas sonoras, para melhorar. Eu sou contra as lombas e tudo farei para que as lombas só existam em último caso.

Relativamente ao Programa SI2E, o Programa tem estado aberto, esteve aberto a todos os Municípios abrangidos por ele, e houve agora o aviso nº 9, específico, para no Plano de Contingência de Apoio às Zonas e às Empresas que foram afectadas pelos Incêndios de 2017. Houve um Concelho que conseguiu reivindicar e conseguiu alterar a lista, foi Cantanhede... Cantanhede está à vista, tanto pelo lado poente no incêndio que lavrou desde a Figueira da Foz até Aveiro, foram afectadas empresas, foram afectadas zonas industriais e também no incêndio no Concelho de Cantanhede, a que diria que, quase ao longo da A14 e ao longo da Nacional nº 1, que veio do lado de Oliveira do Bairro, chegou até às portas de Coimbra, à zona de Ançã.

Nós temos empresas na incubadora INES, algumas candidataram-se ao SI2E, nós fomos abrangidos por dois Planos do SI2E, até 100.000,00€ é controlado e administrado por Terras de Sicó, entraram três ou quatro empresas de Soure que conseguiram esse apoio. Ainda não estão cá fora os resultados do SI2E, da CIM Região de Coimbra, que eram projectos entre os 100.000,00€ e os 200.000,00 €, sei que lá estão algumas empresas de Soure dedicadas às novas tecnologias, dedicadas ao Designer, ao mobiliário, apoio às exportações, à presença em feiras e certames internacionais. Nós fizemos a divulgação em parceria com o excelente trabalho que a Associação Empresarial de Soure está a fazer para que todas as empresas tivessem acesso, fizemos acções de divulgação, temos levado empresários a ter formação, há vários consultores no terreno a oferecer esse trabalho, portanto, eu tenho pena é de mais empresas e de mais empreendedores não estarem a aproveitar e Soure não ter um conjunto de candidaturas superior à média regional, mas não é por falta de empenhamento do Município e da Associação Empresarial de Soure. Agora, este foi dedicado aos incêndios, e portanto, não é justo que nós possamos reivindicar por um incêndio de 2016, que atingiu cerca de 1.400 hectares na freguesia de Degraças/Pombalinho, e que chegou à freguesia do Rabaçal, que desbastou olival, floresta e caminhos. Nós próprios nos candidatámos a um apoio que era para ser mais, mas que nos foi cortado cerca de 20.000,00€, para a recuperação dessas infraestruturas, e sei que os próprios agricultores se puderam candidatar. O Município fez o trabalho de terreno com o seu gabinete de Acção Social e com o seu gabinete Técnico Florestal, junto

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

dos produtores para a reconversão do olival, e para alguns prejuízos que possam ter sido causados.

Sobre o Programa da Saúde, dar-lhe nota que já existem 25 casos devidamente fundamentados do acesso ao nosso Protocolo com esta organização e com esta medida, e portanto, já temos 25 casos, desde que o Programa foi lançado, do acesso aos medicamentos para os mais carenciados.

Sobre Saúde, Centralidade e Granja do Ulmeiro... foi um assunto muito debatido nesta Assembleia, já por várias vezes. Inclusive, uma das últimas vezes que foi aqui abordado, recordei, foi deliberado constituir uma Comissão de Acompanhamento à Implementação da Carta de Saúde aprovada em 2011, que não fala em centralidade nenhuma na Granja do Ulmeiro, que não fala em mudar nada para a Granja do Ulmeiro, que fala em dar consistência ao que está neste momento implementado, podendo haver coisas que ainda faltam implementar, e é isso que tem estado em cima da mesa. Quando ao investimento Municipal na Extensão de Saúde da Granja do Ulmeiro, importa aqui recordar que o Município de Soure se deve orgulhar dos equipamentos de saúde que tem. Será a partir do final deste ano, no final da Extensão de Saúde de Granja do Ulmeiro estar remodelada, a seguir, já tenho sinalizado o Centro de Saúde de Soure, junto de quem de direito, e junto de entidades financiadoras ou que têm responsabilidade de gerir os investimentos do Estado, e até, voltando à delegação de competências, já sinalizei que o Município está disponível, se não houver overbooking nesta área de investimentos na Saúde a nível do Portugal 2020, o Município de Soure está disponível para um Contrato Programa com o Estado, substituindo-se ao próprio Estado, para investir na remodelação/reabilitação e melhoramento das condições do Centro de Saúde de Soure. O Município de Soure nos últimos 25 anos, tem tido e deve orgulhar-se dos equipamentos de saúde que tem. O Centro de Saúde de Soure foi remodelado à 25/26 anos, a Extensão de Saúde de Vila Nova de Anços, com 25 anos tem boas condições, Extensão de Saúde de Samuel com 3 anos, Extensão de Saúde de Degraças/Pombalinho com 12 anos, Extensão de Vinha da Rainha, Extensão de Saúde de Alfarelos com remodelação também inferior a 20 anos e portanto, estava sinalizado à bastante tempo que as condições da Extensão de Saúde de Granja do Ulmeiro, que tem 3.000 utentes, cobre uma população em termos de freguesia de cerca de 2.000 habitantes, mas também tem derivado ao movimento escolar, ao movimento por força das outras forças de trabalho e de emprego existente, que se justificaria plenamente o investimento para a melhoria das condições de saúde da Extensão de Saúde da Granja do Ulmeiro... era a vez da Granja do Ulmeiro, e até com ordem cronológica, porque tudo isto tem uma lógica e uma ordem cronológica, era a mais antiga em termos de construção e de obras de melhoramento, aliás, não tinha levado obras de melhoria desde a sua construção. E portanto, a verdade é que chegou a vez da Granja do Ulmeiro, onde trabalham dois médicos, e que, tendo em conta que a perspectiva de tendência daquela freguesia, e isto é o registo real e censitário, e também é o que se deseja para aquela zona do Concelho, não digo só para a freguesia da Granja, mas para a zona norte do Concelho, que haja condições e todos os indicadores, de desenvolvimento

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

económico, de fluxo demográfico, etc..., apontam para um aumento da população, porque funciona e virá tendencialmente sempre a funcionar como zona quase suburbana de uma área mais metropolitana que é Coimbra. Quando se faz um investimento deste género, ele tem de ter uma perspectiva de precaver aumento de serviços. E isto é o que está em cima da mesa, à anos. A seguir será o Centro de Saúde de Soure e porventura passaremos para Vila Nova de Anços ou Alfarelos, porque quando se acabam investimentos, estão outros a precisar de novos investimentos. Esta é a única verdade absoluta. Esta é a nossa única interlocução com o Ministério da Saúde sobre esta matéria. De facto, depois há por aí umas tentativas de desinformação, de desestabilização, de execução, do qual já responsabilizei publicamente os responsáveis e os agentes da saúde, e portanto, o que queremos é pacificar o sistema e melhorar as condições e não amadurecer e alimentar qualquer conflito institucional, ou entre dirigentes ou entre operacionais, mas aquilo que menos interessa às condições de saúde das pessoas no Concelho de Soure é que se alimente uma guerra de desinformação, atirando profissionais uns contra os outros, atirando instituições autárquicas contra instituições da gestão na área da saúde, isso é o que menos importa... importa é objectividade e o Município tem dado provas com Protocolos assinados, aprovados em Reunião de Câmara e entre a Administração Regional de Saúde, para tendencialmente melhorar o acesso de saúde às pessoas, é nesse sentido que disponibilizamos transporte em grande parte do Concelho, nas zonas mais afastadas aos utentes, gratuito, para as Extensões e para os Centros de Saúde. É nessa perspectiva que nós oferecemos transporte e motorista, a técnicos de saúde, para fazerem apoio domiciliário e protocolarmente para levar médicos para a Extensão de Saúde de Degraças/Pombalinho, que oficialmente continua aberta, não tem é havido disponibilidade da Vita Saurium, que tem essa responsabilidade, para lá ir. Esta é a verdade que importa repor, e não há outro facto.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Porfírio Quedas:
“Cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, colegas Deputados...”

Queria fazer um agradecimento ao Município de Soure. Como sabem no passado mês de março, decorreram as Comemorações dos 140 Anos da Filarmónica, com um Programa um pouco mais arrojado do que em anos anteriores, e para isso foi preciso a colaboração do Município, e quero deixar um agradecimento pela colaboração do Município prestada nessa iniciativa.

Voltando à questão da Saúde, praticamente o Senhor Presidente com a sua intervenção acabou por me responder, mas não quero deixar de fazer esta pergunta concreta e muito simples. Em Vila Nova de Anços, soube, não por via oficial mas por conversas, que andariam algumas pessoas a fazer um abaixo assinado por causa da Extensão de Saúde de

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Vila Nova de Anços. Eu não sei qual é o teor do abaixo assinado, sei que é por causa da Extensão de Saúde, presumo qual seja o teor, mas também duvido um pouco das intenções das pessoas que andam a fazer isso, porque o abaixo assinado não foi mostrado à Junta de Freguesia, nem ao Presidente da Junta de Freguesia, nem ao utente Porfírio Quedas, e daí não saber o teor concreto do abaixo assinado. Qualquer das formas, como o Senhor Presidente disse e bem, a Extensão de Saúde de Vila Nova de Anços, tem tido alguns melhoramentos, nomeadamente, há dois anos, a Junta de Freguesia, por si só, investiu e melhorou as condições da Extensão de Saúde com algumas modificações que na altura foram pedidas pela médica e pela enfermeira que então trabalhavam. E continuamos a fazer pequenos arranjos, continuamos a fornecer a lenha para o aquecimento, e quando é preciso alguma coisa, a Senhora Doutora que está de serviço ou a Senhora Enfermeira, telefonam ao Presidente de Junta, pedem, e os pedidos são sempre, na medida do possível, concretizados. Ainda há pouco tempo, cerca de três meses, tivemos de comprar um frigorífico, porque o frigorífico avariou e a Junta de Freguesia comprou um frigorífico. A pergunta concreta que quero fazer, uma vez que a Junta de Freguesia não sabe nada oficialmente, é se a Câmara Municipal de Soure sabe se a Extensão de Saúde de Vila Nova de Anços vai encerrar ou vai continuar nos moldes em que está a trabalhar.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:

“Senhor Presidente de Junta, deixe-me que lhe diga que na Freguesia onde resido, Vinha da Rainha, eu e a minha família, somos utentes, temos médico de família, e também não vi um abaixo assinado que lá andou, e ao que parece chegou à Assembleia da República, portanto os abaixo assinados, valem o que valem. Aquilo que lhe sei dizer, Senhor Deputado de Vila Nova de Anços, Presidente de Junta, não tenho conhecimento de nada. Aliás, eu li há pouco tempo, que tinha passado por cá uma Deputada da CDU, em visita às Extensões de Saúde ou às Juntas de Freguesia, onde se ficou com a ideia de que o Concelho de Soure está mal servido da rede de cuidados de saúde primários, e que portanto, numa leitura mais apressada, que até tem Extensões de Saúde fechadas. De facto, não está a funcionar a de Figueiró do Campo, e a de Degracias/Pombalinho, mas curiosamente a referência que aparece é a de Vinha da Rainha. Fiquei preocupado, confesso, porque vinha a fotografia do Senhor Presidente de Junta, da Senhora Deputada e de uma funcionária da Junta de Freguesia, mas afinal constatei que há médico todos os dias na Vinha da Rainha. Em Vila Nova de Anços, há uns anos a esta parte há um médico de família todos os dias, e portanto não percebo este alarido da falta de médico de família num Concelho que não tem oficialmente 20.000 habitantes, mas que tem pelo menos, doze médicos de família, normalmente mais dois médicos internos a prestar apoio aos médicos de família, que também fazem consultas, e portanto, fazem catorze médicos, tem

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

mais um médico de saúde pública, quinze, e se dividirmos 20.000 por quinze, dá um rácio de cobertura que me envergonha de chegar a qualquer sitio perante os outros colegas, Presidentes de Câmara e perante as Autoridades e dizer que em Soure há falta de médicos de família. Quando aquilo que ouvimos na televisão, são Freguesias que não têm médico de família, são Concelhos inteiros nas zonas mais recônditas do país que não têm médicos de família, são Bairros com milhares de pessoas nas grandes metrópoles que não têm médico de família, e portanto que capacidade de diálogo tenho eu para notícias a dizer que em Soure, pelo menos 20.000 habitantes, com pelo menos 15 médicos para dar cobertura ao Concelho, não têm médicos de família. Um médico de família, deve corresponder, em média, a 1.750 utentes. Vila Nova de Anços, não chega a 1.100 utentes, Samuel tem 1.100 utentes, Alfarelos tem 1.200, Vinha da Rainha tem 1.500, Soure, 6 médicos têm 10.000 utentes. Portanto é importante que se perceba e que se estude, e eu já agora sugeria, que essa Comissão entrasse em funcionamento para continuar a estudar de forma séria a Saúde no Concelho de Soure e a fazer Propostas que o Executivo subscreverá como é óbvio, mas também que se faça, inclusive, um debate com os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta, contam com o Município como parceiro, para se necessário for, à margem da Administração Regional de Saúde ou da Administração de Sistemas de Saúde, convidar especialistas a estudar o assunto de cada uma das vossas Freguesias, num trabalho sério e que nos dê argumentos, para podermos, então sim, exigir e reivindicar melhores condições de acesso aos cuidados de saúde primários.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Jorge Mendes: “ Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Funcionários do Executivo, muito boa tarde. Permitam-me que saúdo as Comemorações do 25 de Abril, e saudando as comemorações, saúdo também a comissão organizadora, que interpretou, de facto, e de uma forma correta, os valores de Abril. São comemorações amplas que vão da cultura, nomeadamente, a arte, a música, a leitura, e no que respeita à leitura saúdo também os 20 Anos da Biblioteca Municipal de Soure, comemorações que também passaram pelo desporto, gastronomia, e que de facto dignificam não só a Câmara Municipal de Soure, mas também o nosso Concelho.

No que respeita à Informação Escrita, apenas duas notas... A Informação é feita de uma forma exaustiva, de uma forma ampla, e reflecte, de facto, a actividade e a dinâmica do Concelho de Soure, neste período de quatro meses. De todas elas, permitam-me que destaque duas... uma diz respeito às Filarmonias, trata-se de uma importante iniciativa, é o segundo ano que se realiza. Ela faz-nos e demonstra-nos o trabalho que tem sido

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

desenvolvido pelas Bandas Filarmónicas do nosso Concelho, tem sido um trabalho de facto muito bom, para o qual tem contribuído também a Câmara Municipal de Soure, com os vários apoios que faz a este tipo de associativismo. Estas Bandas e estas Filarmónicas têm feito um trabalho excelente, são verdadeiros conservatórios, e de facto, este trabalho com as Filarmonias permite à população do Concelho ver o trabalho feito pelas Bandas e que de outra forma não teriam acesso. Portanto, congratulo-me pelo facto de continuarmos a apoiar e a organizar as Filarmonias.

A segunda questão, tem a ver com a Delegação de Competências – O Dr. Santos Mota à pouco referiu isso, e eu acho que de facto, de extrema importância. A gestão é tão mais eficaz ou eficiente quanto mais o gestor estiver próximo do público alvo, das populações. E de facto, as Juntas de Freguesia nalgumas circunstâncias, nomeadamente daquelas que fazem objecto da Delegação de Competências, têm muito mais eficácia na sua acção do que a própria Câmara Municipal. Por isso saúdo que a Câmara Municipal continue a fazer Delegações de Competências nesta área às Juntas de Freguesia, e mais do que isso, que as tenha reforçado.

Tenho uma última questão que não tem a ver propriamente com a Informação Escrita, e aqui penalizo-me e faço um verdadeiro acto de contrição e peço a autorização do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para o referir, porque não faz parte da Informação Escrita, mas não queria deixar de o referir... o desporto tem sido importante no Concelho de Soure e o Executivo da Câmara Municipal, ao longo dos últimos mandatos tem feito um investimento muito grande, e de facto, isso produziu efeitos, não só quanto ao número de atletas, mas também quanto à qualidade dos mesmos. E de facto, isso releva não só em termos de clubes, mas em termos individuais. Tivemos aqui atletas e clubes que foram referencias a nível distrital, tivemos campeões distritais, tanto a nível de clube como a nível individual, tivemos campeões regionais e nacionais como é o caso do Xadrez, mas que me recorde, no nosso Concelho, nunca tivemos um campeão europeu. No dia 8 de abril, decorreu um campeonato da Europa de ciclismo na modalidade Downhill, e o Francisco Pardal, um atleta de referencia no ciclismo nacional que é do nosso Concelho, sagrou-se Campeão Europeu. É um facto digno de registo, é um facto que nos orgulha a todos, e eu não queria deixar de fazer esta referencia aqui nesta Assembleia Municipal, e saudar com satisfação e apreço este resultado, que reflecte o trabalho desenvolvido por este nosso atleta, a sua dedicação e sobretudo o seu trabalho. É um acto que devemos reconhecer e não queria deixar passar, embora fora de tempo, sem fazer referencia.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Prof. Ângelo Penacho: “Senhor Presidente da Assembleia e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Funcionários e Colaboradores da Câmara, boa tarde a todos...”

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Queria começar por referir as primeiras votações que tiveram a ver com as Moções e com as Recomendações que foram aprovadas, e com as quais nós habitualmente nos congratulamos todos, não queria porém deixar de fazer referencia, àquela que foi feita na última Assembleia a propósito do Dia da Mulher, e isto porque, terminada a Assembleia, alguém me disse que a nossa Bancada poderia ter feito a apresentação de uma Moção, e de facto podia, mas eu gostava de lembrar sobre isso dois ou três aspectos... o primeiro é que, houve uma candidatura que apresentou quase 50% de cabeças de lista às Juntas de Freguesia, mulheres, e que, apesar das cotas imporem pelo menos o terceiro lugar a uma mulher, nós podemos verificar a quantidade dos Executivos de Juntas de Freguesia que têm mulheres, e que não faz juz à obrigatoriedade legal. Depois, ainda sobre este assunto, sobre os Votos de congratulação pelo Dia da Mulher, existe o facto, de no Executivo da Câmara, do Partido que ganhou com legitimidade as eleições, o número de eleitos são cinco e três homens pertencem ao Executivo em permanência e as duas mulheres não pertencem ao Executivo em permanência. Depois queria dirigir-me em particular ao meu querido amigo, Jorge Mendes, com quem tive um diálogo cordato, como costuma ser entre nós os dois, e dizer-lhe que na última Assembleia, assumi perante todos o meu erro, porque disse aquilo que de facto não queria dizer, e portanto assumi o meu erro como gosto de fazer. Mas devo dizer-lhe também, que ainda na última Assembleia, na qual o meu amigo não esteve presente, foi discutido o Regimento da Assembleia e eu fiz uma proposta de alteração, porque entendi que havia um Artigo que em termos de português não estava clarificado, e alguém disse que devia ficar assim porque era a transcrição da Lei. De facto, eu não tinha lido a legislação anteriormente, mas há posteriori fui ler e não é assim. Aquele Artigo do Regimento da Assembleia, não transpunha totalmente a letra da Lei.

Quero também dizer, que agora, há pouco, a propósito da Saúde, entre as Extensões de Saúde que estão abertas e as que estão encerradas esqueceu-se da Gesteira. Eu estou a dizer isto, obviamente, gostava que aquela estivesse aberta, mas só estou a fazer um comentário porque também compreendo que tenha de haver alguma racionalidade na disponibilização dos meios públicos, e obviamente, custando-me um bocadinho, eu tenho compreensão pelos motivos que foram referidos à época para a sua extinção.

Agora sobre a Gesteira e sobre a Actividade Municipal... antes de começar queria fazer uma Declaração de Interesses, porque eu vou falar em primeiro lugar na localização do Eco-Ponto, do Projecto Recicla-Soure, e a Declaração de Interesses, tem a ver com o facto, de parte do terreno onde aquilo está a ser construído, foi objecto de uma troca de terrenos da minha família com a Fábrica da Igreja, e, na altura aquilo que foi prometido nas conversações da troca é de que aquele espaço iria ser para ajardinar e arborizar. Passado esse aspecto, porque também não é isso em concreto, aquilo que eu queria dizer, e eu trazia documentos fotográficos mas não estou a conseguir transpo-los e disponibilizá-los, penso que já estará a ser retificado parte da construção, porquanto, havia uma construção física que bloqueava o acesso natural a uma serventia que existia. Aliás, eu a

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

determinada altura desloquei-me lá para ver as obras e foi-me dito, quer pelo empreiteiro, quer pelos trabalhadores, que já tinha sido objecto de retificação sugerida por eles. Ora de facto, eu não quero, porque não tenho conhecimentos técnicos, mas parece-me que há necessidade de fazer algumas alterações que eventualmente já estarão a ser tratadas, porque numa das visitas, encontrei lá quer representantes da Fábrica da Igreja, quer elementos da Junta de Freguesia.

O segundo aspecto é sobre a construção da Casa Mortuária que levou à demolição de uma casa antiga que lá existia e que foi adquirida pela Fábrica da Igreja, não sei em concreto se teve ou não teve apoios do Município, o que é facto, é que reconhecendo eu, até pela minha formação o direito à propriedade privada, eu não deixo de achar também, que a propriedade pode ser privada mas há alguns bens que não podem ser objecto de propriedade privada, entre eles, o ambiente e a paisagem, e de facto, ainda que eu não pudesse imaginar a paisagem que resultaria da demolição da habitação em causa, constato facilmente que a paisagem melhorou muito com essa demolição. E agora vamos ter lá, supostamente a construção de um edifício que vai prejudicar precisamente essa paisagem. Existem, inclusivamente, outros imóveis, propriedade da Fábrica da Igreja, tal e qual como aquele, que podem ser estudados como alternativa. Eu sei que já se gastou dinheiro, aliás, em conversa com elementos da Fábrica da Igreja eles dizem-me que o problema está no investimento que já foi feito, por eles, também concordam que se podia enveredar por uma alternativa. A minha proposta é que, tal e qual como o fiz, se admita pelo menos a possibilidade de ter existido um erro, e ver se ainda se vai a tempo de não deixar por largas dezenas de anos um prejuízo para a paisagem na Gesteira.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:

“Penso que não é aqui neste momento o espaço para voltar a dar uma explicação sobre o Recicla-Soure, sobre o Projecto das Ilhas Ecológicas, a não ser disponível os serviços e eu próprio para explicar, in loco, às comunidades locais, como irá ser feito assim que elas estejam prontas para utilização, mas deixar aqui uma nota, numa curta frase, ou parágrafo... as Ilhas Ecológicas são Espaços de Mobiliário Urbano... As Ilhas Ecológicas estão a aparecer treze, uma nas nove Freguesias que não a de Soure, uma por cada uma delas, e quatro na Freguesia de Soure, são espaços de mobiliário urbano. São concebidas para serem espaços pedagógicos, paralelos a espaços e equipamentos existentes no Concelho, e dentro da mesma localidade onde vão surgir as Ilhas Ecológicas, só que estes são espaços paralelos que têm uma função pedagógica, que têm uma função de médio e longo prazo e de inovação em mobiliário urbano. Não são simples eco-pontos, não são lixeiras, são espaços de equipamento urbano e mobiliário urbano. A sua carga construtiva, obedece a regras ligeiras que estão de acordo, que foram validadas pelos serviços internos do Município de Gestão Urbanística, foram validadas nalguns casos pela própria CCDR, chamada a pronunciar-se na dúvida sobre algumas localizações, foram validadas pelo

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Ministério do Ambiente e pelo POSEUR e cujo conceito é de mobiliário urbano, e é mobiliário urbano de uma forma específica, que tem uma função acima de tudo, pedagógica e de contribuir para uma meta nacional que temos de atingir, e que é difícil de atingir no Concelho de Soure, mas temos de fazer todos os esforços para isso, que é aumentar significativamente nos próximos anos, a recolha selectiva de resíduos domésticos. E por serem domésticos, a sua preferência é para estarem em espaço urbano. Aliás, a primeira vez que aparece o conceito de Ilhas Ecológicas, é, num sítio que tem sido transcrito para diversas cidades do País, foi o conceito que nasceu no Parque Expo aquando da Expo 98. Portanto, temos um conjunto de instrumentos, de facto, ecopontos, num espaço fechado porque tem de ser utilizado sobre monitorização, sobre acompanhamento, em horas definidas, com iluminação, com um ponto de higienização, com um ponto de controlo, e com vídeo-vigilância para poder controlar e desmobilizar os usos abusivos. Referiu pequenos pormenores sobre o enquadramento e o uso, espero que eles sejam obviamente resolvidos, não fui eu que fiz o projecto, foram objecto de acompanhamento e licenciamento, por parte, quer da Divisão de Obras Públicas, quer da Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento, e espero que em cada caso se possa corrigir o que houver para corrigir.

Sobre o projecto que deu entrada no Departamento de Gestão Urbanística do Município de Soure, nos serviços de Obras Particulares, um projecto da Comissão Fabriqueira da Fábrica da Igreja Paroquial da Gesteira, que, sendo proprietária de um conjunto de imóveis - eram pelo menos três imóveis - unificou num licenciamento de demolição e para o qual apresentou um projecto, que coincidia com um anseio da população da Gesteira, e um anseio dos Órgãos Autárquicos anteriores, há vários anos que o próprio Executivo tinha em Plano a Casa Mortuária da Sede de Freguesia da Gesteira, e a proposta foi que, fosse criado naquele espaço, o Espaço Social e Polivalente da Gesteira, com um conjunto de salas, sendo que uma servirá de Casa Mortuária em protocolo com o Município. O projecto foi objecto de análise de obra particular, foi aprovado o projecto de arquitectura, houve algumas cedências nos alinhamentos, inclusive, dos limites exteriores, há limitações à cêrcea (altura máxima do edifício), de acordo com o que está estipulado no PDM e no Regime Geral das Edificações, e, dentro da Lei, os serviços disseram ao Executivo que ele estava em condições de ser aprovado, na arquitectura e na especialidade, o que veio a acontecer, e a obra foi objecto de licenciamento e para os fins a que se destina está a ser objecto, também aprovado em Reunião de Câmara, à luz dos Regulamentos existentes e daquilo que tem sido a prática para este tipo de equipamentos, de um apoio de 40% do Orçamento Municipal, sendo que, para além da função social que o dono da obra lhe pode fazer, terá forçosamente a função social de Casa Mortuária. Quanto à questão que o Senhor agora coloca, de facto, se a população da Gesteira, se os Órgãos Autárquicos locais da Freguesia da Gesteira, se a Fábrica da Igreja, quiser fazer alterações ao projecto, tem de fazer duas coisas. Primeiro, fazer um pedido de alteração ao Projecto e dar entrada dele no Órgão competente, o Município de Soure. Segundo, como o projecto ia ser objecto de um financiamento municipal, pedir a revisão e a consequência dessa alteração

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

ao projecto, se é que ela vem a existir, porque se na alteração ao projecto não for para fazer lá a Casa Mortuária teremos de rever forçosamente a forma de financiar o projecto. Da nossa parte é tão simples como isso. Nunca ninguém até hoje assumiu aquilo que o Senhor está aqui a assumir. Tive reuniões, como é óbvio, com a Fábrica da Igreja, que é tutelada pelo Senhor Padre, que é o Presidente da Comissão Fabriqueira, que nunca me falou nisso, tenho estado a dar algum apoio no início da obra em termos de escavação e do muro de suporte porque é uma questão urbanística, tenho estado em contacto com os outros dirigentes da Comissão Fabriqueira, e até hoje ninguém me falou nisso. A Junta de Freguesia deu-me nota informal de que havia alguém na Gesteira que estaria a falar no assunto, mas formalmente, não sei se já houve a Assembleia de Freguesia da Gesteira, mas pelo menos à Câmara não chegou nada.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Eng. João Ramos Pereira: “O Senhor Presidente da Câmara fez aqui algumas referências aos encontros da CDU com presidentes de junta de freguesia. Gostava de lhe dizer o seguinte: - A deslocação à Junta de Freguesia de Vinha da Rainha foi feita, porque é um bom exemplo de como a mobilização popular em conjunto com a actuação da Junta de Freguesia foi determinante para o não encerramento desta Extensão de Saúde e para o envio dos utentes para a Granja do Ulmeiro.

A deslocação a Figueiró do Campo, foi feita pela razão contrária, porque é um caso em que a luta das pessoas e o envolvimento da Junta de Freguesia não teve sucesso. Relativamente às opções editoriais da página da CDU, não temos que dar qualquer tipo de justificação. Relativamente à deslocação da Deputada da Assembleia da República ao Concelho de Soure, ela também não tem que dar nenhum tipo de justificação. Desloca-se onde quer e quando quer.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia:

“Tenho de dizer “algumas coisas”, até porque considero estar informado sobre elas...

Primeiro, dizer ao Eng. João Ramos Pereira, que nem sei bem do que está a falar, que possa ter sido determinante para o não encerramento da Extensão de Vinha da Rainha!... porque essa possibilidade nunca esteve em cima da mesa!... É profundamente demagógico, dizer-se que houve uma qualquer acção, que possa ter sido determinante para o não encerramento, quando essa possibilidade de encerramento, nunca esteve, de facto, em cima da mesa... Isto é uma realidade factual!... e os factos, ou são verdade, ou são mentira... e esta é a verdade!!!

Depois dizer ao Senhor Presidente de Câmara... é verdade (eu nem soube e não estive presente na audição) que houve um grupo da Vinha da Rainha que foi recebido por

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Deputados na Assembleia da República... aliás, devo dizer, petições são às centenas... Essa Petição foi distribuída à Senhora Deputada do CDS, Dr.^a Isabel Neto... evidentemente, depois, preparei a questão... O que é uma Petição?... Normalmente uma Petição, o que pretende é expor uma qualquer situação que está a intranquilizar ou a gerar desagrado Social... Depois na Comissão é debatida essa Petição; se houver mais de 4.000 peticionários, vai depois a debate em Plenário... aprovado o Relatório da Petição resulta uma recomendação ao Governo, neste caso, ao Ministério da Saúde... uma recomendação sobre o quadro de intranquilidade que terá motivado a entrega da Petição... Sobre isso dizer o seguinte:- Está em Acta de 6 de dezembro de 2017, da Comissão de Saúde, a qual vos convido a ler, a minha intervenção... foi uma intervenção esclarecedora e reveladora de que não havia motivos para intranquilidade... Porque uma coisa, é dizer-se assim, a propósito de uma estratégia de saúde: - Há o risco de uma determinada Extensão poder não ter médico cinco dias por semana, em função do número de utentes, em função de haver falta de médicos... poderá durante um período transitório haver apenas, dois, três ou quatro dias de prestação de serviço... poderá, quando não está, discutirmos se se devem deslocar a Soure ou a outro lado qualquer... E quanto a isso, devo dizer que Soure ainda tem uma Carta de Saúde “aprovada”... A Carta de Saúde aprovada é muito clara, no que diz respeito à Vinha da Rainha, no que diz respeito à “zona Serrana” do Concelho, no que diz respeito à Gesteira... a centralidade é Soure!!!... Se a Unidade de Saúde ainda tem alguma coisa a protocolar para cumprir com a Carta de Saúde, isso só poderá estar a ser tratado... Aquilo que foi “criado” pelos próprios serviços da Administração Regional de Saúde, lançando alguma intranquilidade... foi que, quando não houvesse médico na Vinha da Rainha, porventura, teriam de ir à Granja do Ulmeiro e não a Soure!!!... Esse era o quadro de intranquilidade... Seria bom que as Petições surgissem, quando oriundas de um Concelho de forma articulada com as Juntas de Freguesia, com a própria Câmara... mas, na Assembleia da República não se pode impedir que apareçam Petições, menos articuladas, nada articuladas, muito articuladas... da mesma forma, que também não estranho o aparecimento de Petições muito articuladas com a CDU, ou muito articuladas com o CDS... às vezes pensando que, porventura, iriam dali extrair grandes dividendos eleitorais... mas, depois quando a realidade factual, é factual, a verdade acaba por imperar.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Jorge Mendes: “ A minha intervenção tem a ver com as palavras do Dr. Ângelo Penacho, que se referiu à sua intervenção na última Assembleia, na qual não estive presente, que por sua vez se reporta à penúltima Assembleia, em que, discutimos no bom sentido da palavra, e de facto, nem sabia que tinha feito essa intervenção na última Assembleia ... sobre essa questão congratulo-me com o reconhecimento, que o que pretendeu dizer não foi aquilo que

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

disse, sendo que a minha resposta foi em função daquilo que disse, e não em função daquilo que pretendia dizer, portanto essa questão é linear.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Rafael Tralhão: “ Senhor Presidente da Mesa e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, muito boa tarde...

Para ajudar a esclarecer a situação da Casa Mortuária da Gesteira, dizer: à Junta de Freguesia, formalmente, dirigiu-se no horário de atendimento, um grupo de Cidadãos, moradores na Gesteira, que manifestaram preocupação em relação à localização da mesma. Como o Senhor Presidente de Câmara referiu e bem, é uma obra que tem dono, que é a Comissão da Igreja, e eu comprometi-me a levar a essa Comissão a preocupação deles. No entanto, sugeri-lhes também que fizessem eles próprios, fazer chegar essas preocupações junto da Comissão e tentassem sensibilizar a própria Comissão. Assim fiz, aquilo com que me tinha comprometido, e levei o assunto, informalmente, ao conhecimento da Comissão, e nunca, a própria Comissão, em reuniões que tivemos mais formais, nunca se colocou a questão de alterar a localização. Na própria Assembleia de Freguesia de Abril, que decorreu no dia 20, não foi abordado por nenhum Deputado, nenhuma Bancada, nem nenhum Cidadão participou a dar nota desta problemática.”

Foi apreciada a Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. ~~~~~

PONTO 2. EDUCAÇÃO - ENSINO PRÉ-ESCOLAR, ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
- Candidatura de Adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e à rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE)

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Educação/ Ensino Pré Escolar , Básico e Secundário
- candidatura de adesão à associação internacional das cidades educadoras (aice) e à rede territorial portuguesa das cidades educadoras (rtpce).

Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se que:

As Cidades Educadoras tiveram início, como movimento, em 1990, aquando do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, celebrado em Barcelona, onde um grupo de cidades representadas pelos respetivos órgãos de

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

poder concluíram ser útil trabalhar em conjunto projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Posteriormente, em 1994, este movimento formalizou-se como Associação Internacional, oficialmente criada no terceiro congresso das Cidades Educadoras, o qual decorreu em Bolonha, Itália.

A REDE TERRITORIAL PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS é constituída por todos os municípios portugueses que são membros da Associação Internacional das Cidades Educadoras e, como tal assinaram a Carta das Cidades Educadoras, defendendo e assumindo nas suas práticas os Princípios dessa Declaração.

A cidade educadora deve saber encontrar, preservar e apresentar a sua identidade pessoal e complexa. Esta torná-la-á única e será a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e suas origens deve dialogar com os modos de vida internacionais. Poderá assim oferecer uma imagem atraente sem desvirtuar o seu enquadramento natural e social.

A cidade educadora deverá promover o conhecimento, a aprendizagem e a utilização das línguas presentes na cidade enquanto elemento integrador e fator de coesão entre as pessoas.

O município deverá avaliar o impacto das ofertas culturais, recreativas, desportivas, informativas, publicitárias ou de outro tipo e as realidades que as crianças e jovens recebem sem qualquer intermediário. Neste caso, deverá empreender, sem dirigismos, ações com uma explicação ou uma interpretação razoáveis. Assegurará que se estabeleça um equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia necessária à descoberta. Oferecerá, igualmente, espaços de formação e de debate, incluindo os intercâmbios entre cidades, para que todos os seus habitantes possam assumir plenamente as inovações que aquelas geram.

Os Objetivos da adesão à associação internacional das cidades educadoras (aice) e à rede territorial portuguesa das cidades educadoras (rtpce) consistem em:

- 1-Promover o cumprimento dos princípios da Carta das Cidades Educadoras;
- 2- Impulsionar colaborações e ações concretas entre as Cidades Educadoras;
- 3- Participar e cooperar ativamente em projetos e intercâmbios de experiências com grupos e instituições com interesses comuns;
- 4- Aprofundar o discurso de Cidades Educadoras e promover a concretização em atividades específicas;
- 5- Influenciar o processo de tomada de decisão dos Governos e das Instituições Internacionais em questões de interesse para as Cidades Educadoras;
- 6- Dialogar e colaborar com organismos nacionais e internacionais;

Que se traduzem nas seguintes Vantagens:

- 1-Fazer parte ativa de um conjunto de cidades com uma filosofia comum que permite a formulação de projetos comuns com base nos princípios da Carta das Cidades Educadoras;
- 2-Mostrar a Cidade, os seus programas e experiências através do Banco Internacional de Documentos (BIDCE) e de outros meios de comunicação;
- 3-Fazer parte da Assembleia Geral e contribuir para o desenvolvimento e funcionamento da Associação;

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

- 4-Eleger e ser eleita para os lugares de representação e outras responsabilidades;
- 5-Participar nos Congressos Internacionais e ser candidata à sua organização;
- 6-Fazer parte das redes territoriais e temáticas;
- 7-Ter acesso à informação sobre programas, iniciativas e recursos;
- 8-Dispor de uma página Web no portal da AICE (Associação Internacional das Cidades Educadoras)

Tendo em conta que:

- 1 -O Município de Soure tem vindo a investir fortemente na promoção da qualidade de vida das famílias e dos jovens, através do desenvolvimento de diversas atividades quer na área da Educação, quer na área da Cultura, Ação Social, Saúde e Desporto, que se enquadram perfeitamente na filosofia e objetivos das Cidades Educadoras.
- 2 – O Município de Soure se identifica com os valores e princípios inerentes às Cidades Educadoras, tendo em si uma identidade própria, mas promovendo simultaneamente abertura à aprendizagem e conhecimentos exteriores.

Proposta:

Tendo em consideração o exposto, sugere-se:

- 1- Que a Câmara Municipal delibere a adesão do Município de Soure à associação internacional das cidades educadoras (aice) e, conseqüentemente à rede territorial portuguesa das cidades educadoras (rtpce), que é realizado através do preenchimento de um formulário, tomando conhecimento dos Princípio presentes na Carta das Cidades Educadoras (em anexo);
- 2- Mais informamos que a adesão tem um custo anual associado de 220€ (duzentos e vinte euros), que é resultado do n.º de habitantes do Concelho (em anexo);
- 3 – A Adesão do Município de Soure à associação internacional das cidades educadoras (aice) e, conseqüentemente à rede territorial portuguesa das cidades educadoras (rtpce) deve ser divulgada à Assembleia Municipal, para que os Princípios da Carta das Cidades Educadoras possam ser ratificados por todos os deputados.

À consideração superior,
A Coordenadora dos Serviços Educativos
(Sofia Valente, Dra.)
08/03/2018

Foi deliberado, por unanimidade, com 31 (trinta e um) votos a favor, aprovar a Adesão do Município de Soure à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e, conseqüentemente, à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE) -----

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

PONTO 3. PROMOÇÃO TURÍSTICA

. Rede de Aldeias de Calcário - Terras de Sicó

- Aprovação do “Contrato de Parceria” e “Protocolo de Sustentabilidade Financeira”

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: PROMOÇÃO TURÍSTICA

- Rede de Aldeias de Calcário – Terras de Sicó

- Aprovação do “Contrato de Parceria” e “Protocolo de Sustentabilidade Financeira”

O Município de Soure tem acompanhado os trabalhos preparatórios para a constituição da REDE DE ALDEIAS DO CALCÁRIO, uma parceria de base territorial desenvolvida no seio da Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento, de que é parte integrante juntamente com os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Velha, Penela e Pombal.

A REDE DE ALDEIAS DO CALCÁRIO pretende ser “o embrião de uma maior dinâmica sócio-económica, fomentar mais qualidade de vida e desenvolvimento sustentado do território ancorado num conjunto de aldeias e numa marca que incorporam este conjunto de recursos, produtos e serviços”¹, e a sua intervenção tem pleno cabimento na operação 10.2.1.6 – Renovação de Aldeias da Medida nº 10 “LEADER”, inserida na área nº 4 “Desenvolvimento Local” do PDR 2020.

Considerando que o processo de candidatura da Rede está em execução, torna-se necessário obter a aprovação dos executivos municipais, para:

- o **Contrato de Parceria** – que fixa as obrigações dos parceiros e o âmbito e responsabilidades da Entidade Gestora.

- o **Protocolo de Sustentabilidade Financeira** – que estabelece o montante das responsabilidades financeiras do Município, e que importam em 29.300,00€.

Assim, propõe-se a aprovação destes dois documentos, por forma a viabilizar a participação do Município na rede, e a prossecução dos seus objetivos.

(Rui Fernandes, Adjunto do Presidente)

01.04.2018

Anexos – Contrato de Parceria e Protocolo de Sustentabilidade Financeira

¹REDE DE ALDEIAS DO CALCÁRIO – PROTOCOLO DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA (PAG1)

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Virgílio Costa: “Sobre este assunto, deduzo que o que se pretende implementar na zona do Sicó, será aquele conceito de Aldeias Turísticas, no caso, com este nome “Aldeias de Calcário – Terras de Sicó”, à semelhança deduzo eu, das chamadas Aldeias de Xisto dos Concelhos de Lousã, Pampilhosa da Serra, e também das aldeias históricas. Pelos argumentos e fundamentos que aqui estão, julgo que isto promove o Concelho e é de enaltecer esse trabalho dos Senhores Autarcas. Queria referir só um pormenor e talvez o Senhor Presidente da Câmara me possa esclarecer ... isto pressupõe um acordo ou um

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

contrato de parceria entre a Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó e os Municípios – Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure -.

O Protocolo de Parceria está aqui, mas só queria dizer uma coisa... portanto, esta Associação de Desenvolvimento, é uma Associação de direito privado, penso eu, e tem como representantes dois Presidentes de Câmara, o Dr. Nuno Moita e o Dr. Luís Mateus, que são os legais representantes dessa Associação, são também eles Presidentes de Câmara. Portanto, estão em dupla qualidade, quer enquanto representantes dessa Associação, quer depois, enquanto representantes dos municípios respectivos. Só digo isto, visto aqui o enquadramento, não haja nenhum impedimento que amanhã ou além possa vir a determinar alguma anulação... Pedia ao Senhor Presidente de Câmara para nos esclarecer.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:

“Isto vem à Assembleia Municipal, por uma questão cautelar. Como nós dizemos no direito tributário, “vale mais o mais, do que o menos” ou “o que abunda, não anula”, e então, cautelarmente, não venha alguém questionar que este protocolo pudesse não ter passado pela Assembleia Municipal, passamo-lo, e está tudo resolvido. Sobre a sua questão concreta sobre esta Associação de direito privado, que é a Associação Terras de Sicó. De facto, ela é maioritariamente constituída por Municípios, e portanto, nos seus Corpos Sociais, a maior parte deles, são os Municípios, que são sócios, são representantes do Associado Município que ocupa o cargo de cada Município. Neste momento, o Município de Condeixa tem o cargo de Presidente da Direcção, o Município de Soure tem o cargo de Secretário da Direcção, no mandato anterior o Município de Soure foi Tesoureiro da Direcção e quem representa em juízo e por defeito o Município é o Presidente da Câmara. Pode delegar noutra pessoa, mas a representação cabe ao Presidente da Câmara, daí a dupla função.

Esta Instituição trabalha com a Administração Pública e com a Administração Europeia na gestão do Programa LEADER à vários anos, aliás, foi constituída basicamente para isso, e é de certo modo tão auditada pelo Tribunal de Contas e pelas diversas Instâncias, que esta situação está devidamente cimentada. E o mesmo acontece com os outros GAL (Grupos de Acção Local), que são instituições do mesmo género, espalhadas pelo país que gerem os Programas LEADER... aqui perto a AD ELO a DUECEIRA, ADIBER, portanto são instituições congéneres, que gerem Programas LEADER, e que, na maior parte delas os Municípios têm uma presença importante e são simultaneamente Presidentes de Câmara, porque são Presidentes de Câmara e na qualidade de Presidentes de Câmara representam o Município associado, até nos Órgãos Sociais. Estas Associações já têm décadas e está formalmente constituída para ser assim, e diz a Lei que os Presidentes de Câmara, independentemente da sua questão de exclusividade, essa exclusividade só não existe quando eles em representação do Município fazem parte de Órgãos Sociais de diversas entidades, da ERSUC, das Águas de Portugal, dos que estão em representação das diversas Instituições de Direito Privado.”

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Foi deliberado, por unanimidade, com 31 (trinta e um) votos a favor, aprovar o “Contrato de Parceria” e Protocolo de Sustentabilidade Financeira”.-----

**PONTO 4. REDE PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS
- Proposta de Adesão**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: PROPOSTA DE ADESÃO À REDE PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS

A Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis é uma associação de municípios que tem como missão apoiar a divulgação, implementação e desenvolvimento do projeto Cidades Saudáveis nos municípios que pretendam assumir a promoção da saúde como uma prioridade da agenda das decisões políticas.

Constituída formalmente em 10 de outubro de 1997, a Rede desenvolve a sua intervenção tendo por base as seguintes linhas orientadoras:

- 1) Apoiar e promover a definição de estratégias locais suscetíveis de favorecer a obtenção de ganhos em saúde;
- 2) Promover e intensificar a cooperação e a comunicação entre os municípios que integram a Rede e entre as restantes redes nacionais participantes no projeto Cidades Saudáveis da Organização Mundial da Saúde (OMS);

A Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis desenvolve uma metodologia estratégica de intervenção baseada nos princípios essenciais do projeto Cidades Saudáveis, que são a equidade, a sustentabilidade, a cooperação intersectorial e a solidariedade;

Em termos estruturais, no que diz respeito à Europa, o projeto Cidades Saudáveis consubstancia-se na Rede Europeia de Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde (OMS) e na Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis.

A Rede Europeia de Cidades Saudáveis é constituída por cidades de vários países da região europeia, nomeadas após um processo de candidatura que envolve a resposta a um conjunto de critérios de designação e de elegibilidade definidos pela OMS.

Neste sentido, e considerando que as áreas de ação prioritárias da Rede Portuguesa de Municípios assentam no Investimento em ambientes promotores de apoio e cuidados que promovem a inclusão social e a literacia em saúde dos cidadãos, preocupando-se em dar resposta às suas necessidades e expectativas;

Que procuram ainda apoiar o desenvolvimento de serviços sociais e de saúde de resposta rápida, para além de políticas que dão ênfase à participação e empoderamento das suas crianças e idosos/as;

Considerando também que a promoção de uma vida saudável, através do aumento das condições e oportunidades que apoiam estilos de vida saudáveis, atuando sobre políticas promotoras de ambientes sem fumo e planos de prevenção do consumo de álcool e de drogas, o fortalecimento dos sistemas de saúde locais e as redes de parceria na prevenção de doenças não transmissíveis, a promoção de atividade física e alimentação saudável, o desenvolvimento de espaços e ambientes saudáveis;

E que a promoção de ambientes saudáveis e design, integrando considerações sobre a saúde nos processos, programas e projetos de planeamento urbano saudável, apoiando e promovendo a saúde, o bem-estar, a segurança, a interação social, a mobilidade e acessibilidade de todos os cidadãos;

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Além de toda esta explanação, deve acrescentar-se que as implicações e o impacto para a saúde pública das alterações climáticas serão fator prioritário.

Cientes de que o Município de Soure tem desenvolvido Projetos, Ações e Planos de Prevenção a nível da Saúde, Educação, Desporto e Lazer, utilizando para tal os seus recursos naturais e as infraestruturas desportivas existentes no concelho – tendo como objetivo máximo a adoção de estilos de vida saudáveis.

Neste sentido, deve continuar a contribuir de forma decisiva para o bem-estar da sua comunidade, deve, pois, continuar a apostar em espaços dinâmicos de qualidade de vida e de lazer dos seus munícipes, reutilizando os respetivos recursos naturais, bem como os equipamentos desportivos - dinamizando práticas saudáveis e criando novos hábitos/hobbies para todas as faixas etárias da população.

Este conceito tem implicado, necessariamente, a adoção de um modelo de governação assente numa visão estratégica partilhada e comprometida com o desenvolvimento sustentado que garanta a participação dos cidadãos e dos agentes sociais (escolas, IPSS, clubes e outras coletividades), o qual deve ter continuidade e se possível de forma mais coesa.

No que concerne aos requisitos de candidatura a esta Rede, estes consistem em:

- 1) Enviar um ofício de intenção de adesão, dirigido ao Presidente do Conselho de Administração;
- 2) Compromisso político explícito, ao mais alto nível, para com os princípios e estratégias do Projeto Cidades Saudáveis;
- 3) Assinatura de uma Declaração de Compromisso com a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis;
- 4) Desenvolver o Projeto Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde, no território municipal;
- 5) Elaborar o Perfil de Saúde e o Plano de Desenvolvimento de Saúde, nos três anos subsequentes à adesão a esta associação de municípios;
- 6) Investir no trabalho em rede e na cooperação, formal e informal.

Para além destes requisitos, os municípios membros da Rede comprometem-se ao pagamento de uma contribuição financeira anual calculada em 0,010% da participação dos municípios nos impostos do estado do ano corrente. No caso do Município de Soure, esta quota seria de 729, 94 euros (valor que só será pago em 2018, caso a candidatura seja aceite).

Convicta de que a saúde e a qualidade de vida caminham paralelamente, e com o objetivo de proporcionar aos Municípios projetos que, indubitavelmente, defendam e promovam o seu bem-estar, proponho que, salvo melhor opinião, o Município de Soure adira à Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis.

A Técnica Superior em Mobilidade,

(Susana Morim, Dr.ª)

25.01.2017

Foi deliberado, por unanimidade, com 31 (trinta e um) votos a favor, aprovar a Proposta de Adesão à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis.-----

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

PONTO 5. ALTERAÇÃO/CORREÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA MUNICIPAL

Foi presente a seguinte proposta:

Alteração/Correção à Estrutura Orgânica Municipal

Considerando:

- a) Que pelas deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, de 12/12/2017 e 22/12/2017, respetivamente, foi aprovada a Estrutura Orgânica, a qual foi publicada na 2.ª Série do Diário da República em 29 de janeiro de 2018;
- b) O grau de exigência e responsabilidade que se impõe ao **Setor Financeiro de Património e Contabilidade** no cumprimento dos princípios de transparência e de gestão e ainda da implementação do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e da faturação eletrónica decorrente da entrada em vigor da alteração efetuada ao Código dos Contratos Públicos através do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e ainda ao número de trabalhadores afetos ao referido setor;
- c) A relevância do apoio a prestar aos equipamentos municipais pelo **Setor de Instalações e Equipamentos**, transversal a toda a Autarquia, aos recursos humanos e técnicos afetos ao desempenho dessas funções, nomeadamente no que respeita às novas tecnologias e modernização administrativa, imposto quer pela legislação, sempre dinâmica, quer pela sociedade, quer pela sociedade de informação dos nossos dias através dos meios de comunicação e equipamentos eletrónicos;

Propomos:

- a) Que a Câmara Municipal aprove a correção/alteração dos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Estrutura Orgânica no que respeita aos cargos de direção intermédia **Setor Financeiro de Património e Contabilidade** atualmente de 5.º grau que corresponde à 4.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior para o 4.º grau, que corresponderá à 5.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior e **Setor de Instalações e Equipamentos**, atualmente de 5.º grau que corresponde à 4.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior para o 3.º grau, que corresponderá à 6.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior;
- b) Que esta proposta seja submetida à Assembleia Municipal para aprovação, em conformidade com a alínea c) do artigo 6.º conjugado com a alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Soure, 19 de abril de 2018
O Presidente da Câmara,
(Mário Jorge Nunes)

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:
“Nós aprovámos a nova Orgânica do Município, com uma hierarquia de seis Divisões, e nove Sectores, digamos que são divisões intermédias, e pretendemos reforçar e dotar esses Sectores de pessoas que assumam essa responsabilidade, podendo beneficiar dos pequenos mecanismos de compensação que é serem chefes de sector e que são lugares sujeitos a concurso, e que podem ser ocupados por pessoas do município ou de fora do município. Eu assumo aquando da tentativa de implementar a orgânica, constatei que estes dois sectores foram inicialmente sub-avaliados. Tanto um sector como o outro foram aprovados na orgânica como sendo de nível cinco, e para terem uma ideia, o vencimento de chefia de sector de nível 5, anda na ordem dos 1.400,00€... 90% ou 95%

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

dos Técnicos Superiores da Câmara Municipal de Soure, ganham isso. E portanto, ninguém está para ser chefe de um sector, com o nível de responsabilidade e com as diversas obrigações que têm, tendo pessoas a seu cargo outros técnicos superiores, com isenção de horário, não tendo horas extraordinárias, com responsabilidades... responsabilidades que o novo Orçamento de Estado e a nova Lei veio dizer que já não são só dos Dirigentes Políticos, passaram também a ser dos Dirigentes Administrativos, foi reposta uma responsabilização que não existia no passado/recente nos decisores Administrativos, uma vez que só estava concentrada nos decisores políticos, e hoje, qualquer informação dos decisores/chefias administrativas são corresponsáveis nalguma norma que indiquem, nalguma formação que indiquem ou nalguma atitude... portanto estavam aqui sub-avaliados, e o que eu proponho é que estes dois sectores, quando pretendemos fazer uma remodelação administrativa, implementar tecnologia e informática, estamos a investir bastante na informática, novos servidores que entrarão em funcionamento, etc, e depois corremos o risco de não ter ninguém de forma competitiva. E o mesmo se passa com o Sector Financeiro, Património e Contabilidade, porque por aquilo que é dito no relatório, ainda há aqui algumas deficiências a ajustar e correcções a fazer, no desenvolvimento do nosso sistema contabilístico e patrimonial e que somos obrigados, ainda este ano, a implementar a contabilidade analítica e temos esse compromisso perante as candidaturas do POSEUR, e somos obrigados a implementar o SNC (Serviço da Normalização Contabilística) para a Administração Local, e perante estas situações todas, temos de encontrar equipas motivadas e dirigentes motivados, foi isso que levou a pedir esta alteração.”

Foi deliberado, por unanimidade, com 31 (trinta e um) votos a favor, aprovar:-----

- A correcção / alteração dos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Estrutura Orgânica no que respeita aos cargos de direcção intermédia Setor Financeiro de Património e Contabilidade, atualmente, de 5.º grau que corresponde à 4.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior para o 4.º grau, que corresponderá à 5.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior e Setor de Instalações e Equipamentos, atualmente de 5.º grau que corresponde à 4.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior para o 3.º grau, que corresponderá à 6.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior;-----*
- E em conformidade com a alínea c) do artigo 6.º conjugado com a alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conforme proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes.-----*

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

PONTO 6. APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS / 2017

Foi presente a seguinte informação:

Inventário e Cadastro dos Bens Móveis e Imóveis Municipais

CrITÉRIOS Valorimétricos Utilizados e sua Fundamentação

Para efeitos de avaliação e atualização dos bens autárquicos do Imobilizado Corpóreo, quer do Domínio Privado, quer do Domínio Público, e em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 e nas alíneas h) e i) do n.º 2, do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e tendo em conta a entrada em vigor do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e conjugado com a Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, foram utilizados os seguintes critérios valorimétricos:

Bens adquiridos até 31/12/2001 (sujeitos a inventariação)

- I. Para os bens móveis foi utilizado o critério do custo histórico (custo de aquisição);
- II. Para as viaturas, máquinas e ferramentas seguiu-se o mesmo critério;
- III. Na valorimetria dos imóveis e outras construções seguiram-se os critérios contidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 31.º da Portaria n.º 671/2000, que são:
 - a. Custo de construção;
 - b. Custo de grande reparação/conservação;
 - c. Valor estimado provisório, até avaliação definitiva atribuída pela comissão legalmente prevista.
- IV. As partes de capital (investimentos financeiros) foram avaliadas ao custo de aquisição;
- V. As dívidas de e a terceiros correspondem às importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Bens adquiridos após a vigência do POCAL (A partir de 01/01/2002)

- I- Após a implementação do POCAL, a valorimetria dos bens autárquicos dos domínios público e privado segue a orientação preconizada pelo n.º 1 do artigo 31.º da Portaria n.º 671/2000 nas suas alíneas:
 - a) O custo de aquisição;
 - b) O custo de produção.

Acrescido das despesas adicionais de instalação, funcionamento ou utilização, conforme o disposto no n.º 3 do mesmo artigo da mencionada Portaria.

- II- Para os bens (móveis e imóveis) ainda em processo de valorização e inserção patrimonial mantêm-se os critérios constantes nos pontos I, II e III referidos para o período até 31/12/2001.
- III- Na valorimetria dos investimentos financeiros (partes de capital) e nas dívidas de e a terceiros mantêm-se os procedimentos dos pontos IV e V antes indicados.

Soure, 2 de abril de 2018
A Técnica Superior,
(Carla Antunes, Dr.ª)

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Foi deliberado, por unanimidade, com 31 (trinta e um) votos a favor, aprovar a Proposta de Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais / 2017.-----

PONTO 7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS / 2017

Foi presente a seguinte informação:

ASSUNTO: **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS / 2017**
- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO

O Regime de Contabilidade Autárquica (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 02 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril - Normas que revogam o Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de Julho), designado por Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL -, tem como “Objecto” - artigo 3.º do D.L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro - “A Contabilidade das Autarquias Locais compreende as Considerações Técnicas, os Princípios e Regras Contabilísticos, os Critérios de Valorimetria, os Documentos Previsionais, o Plano de Contas, o Sistema Contabilístico e o de Controlo Interno, os Documentos de Prestação de Contas e os Critérios e Métodos Específicos.”

Os Documentos de Prestação de Contas que, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º - Competência da Assembleia Municipal - e da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º - Competência da Câmara Municipal -, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e ainda com o previsto designadamente no ponto 2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, - Considerações Técnicas -, **deverão ser apreciados e aprovados pelo Órgão Executivo e apresentados ao Órgão Deliberativo para igual tramitação durante o mês de Abril do ano seguinte àquele a que diz respeito, nos termos do n.º 1 do art.º 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais -, **são o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental, os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão.****

Estes Documentos de Prestação de Contas deverão ser remetidos, nos termos do n.º 4 do art.º 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, alterada pelas Leis n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro, n.º 1/2001, de 04 de Janeiro, n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, n.º 48/2006, de 29 de Agosto, ao Tribunal de Contas, até 30 de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam.

À superior consideração,
O Técnico Superior
(Ivo Costa, Dr.)
2018.03.30

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:
“Relativamente ao documento de Prestação de Contas, da nossa parte fizemos um esforço para o tornar mais legível e disponibilizar o máximo de informação possível. Avançámos com um conjunto de indicadores comparativos, não comparativos e explicativos... Há uma pequena correcção a fazer, é que o mandato em curso iniciou-se a 16 de outubro.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Fomos muito sucintos no relatório da Actividade Municipal, porque ela encontra-se devidamente explanada em todas as Informações Escritas e no próprio relato transcrito para as próprias Actas da Assembleia Municipal, e por isso cumprimos as obrigações em termos de dar transparência e explicar toda a actividade, quer de uma forma substantiva, quer de uma forma qualitativa, e até quantitativa. Portanto, ela volta a ser bastante exhaustiva. Tivemos, assumidamente, um desvio em termos quantitativos, daquilo que eram os pressupostos de Plano e Orçamento, quer do lado da Receita, quer do lado da Despesa, que embora esteja aqui escrito convém explicar, o porquê e aonde.

Ficámos dentro dos limites no caso da Receita e no caso da Despesa, e também em termos de Plano de Execução, essa foi normal, foi excelente, mas ficámos no limite, porquê?... Nós tivemos um “problema” que é generalizado ao país, através das grandes obras sujeitas aos Fundos Comunitários. Recordar aqui, que durante o ano de 2017, ficaram aprovadas mas o dinheiro não entra. O dinheiro só entra a título de reembolso da despesa. Portanto, devidamente cabimentadas e legalmente cabimentadas, em termos de perspectiva de Receita, ou seja, a inscrição da Receita estava fundamentada, mas como não houve execução o dinheiro não entrou e também não saiu porque não se pagou a despesa. Esta é a explicação para uma anormal, que de facto eu podia ter proposto a correcção na última Assembleia Municipal do ano de 2017, fazendo uma revisão fundamentada para essa não entrada da Receita e para a respectiva saída da despesa, mas prende-se com 3.000.000,00€ na área do saneamento, dos quais 500.000,00€ é que ficaram executados, que foi a obra dos Lousões, os outros 2.500.000,00€, arrancaram simbolicamente no dia 27 de dezembro, e para mais de metade do projecto Recicla Soure que era um Projecto de 800.000,00€, e apenas concretizamos cerca de 30.000,00€, inclusive, o próprio camião está cá desde o dia 29 de dezembro e já veio em “forcing” para fazer alguma execução. Também a Extensão de Saúde da Granja do Ulmeiro, uma obra com um valor na ordem dos 400.00,00€, também com um atraso, o qual nos é alheio. Este atraso, teve a ver com a assinatura dos próprios contratos de financiamento, que só depois de assinados é que nos levou à adjudicação das empreitadas... algumas obras devido ao valor das empreitadas são sujeitas a visto prévio do Tribunal de Contas, ou seja, a própria obra não pode começar sem o visto do Tribunal de Contas, algumas precisam do visto do Tribunal de Contas mas pode-se ir começando a obra, mas nestes casos era necessário visto prévio do Tribunal de Contas antes da obra começar. Estes atrasos, foram o motivo do desvio entre o grau de execução das Grandes Opções do Plano e da Receita.”

Usou da palavra o Senhor deputado Municipal, Dr. Francisco Malhão: “Muito boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros colegas Deputados Municipais e demais presentes...”

Tenho algumas notas sobre as contas. Em primeiro lugar, de louvar a apresentação formal das contas, este ano, traz mais inovação, mais clareza, mais transparência, mais fácil de

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

interpretar, e parece-me que muitos dos cálculos analíticos que costumo fazer, já vêm aqui reflectidos, o que é de louvar e dou os parabéns a quem foi responsável pela elaboração deste documento, porque realmente está mais completo, mais transparente, mais claro... parece-me uma boa ideia e é este o caminho que entendemos que devem seguir as contas. Na apreciação directa das contas do orçamento, o que se nota é um equilíbrio nas receitas e nas despesas correntes, continua a haver um saldo muito positivo e até cresceu neste período, cerca de 56.000,00€, o que é bom, pois liberta receitas correntes para despesas de investimento, e posso dizer, que estas receitas que são libertadas deste saldo é a grande parte do investimento da Câmara, segundo as minhas contas anda à volta dos 80% das despesas de capital, portanto esta era uma questão que queria sublinhar e que se vem consolidando nos últimos anos.

Relativamente à Dívida... eu não sei se há alguma metodologia diferente ao apurar a dívida no final do ano e a metodologia que é utilizada de Assembleia para Assembleia, porque eu verifiquei que, por exemplo, na última Assembleia, a 18 de dezembro de 2017, a Dívida a Outros Credores que não a Banca apresentava cerca de 24.000,00€, e na primeira deste ano a Dívida era 109.000,00€. Mas no meio dessas duas, havia 230.000,00€ no final do ano, ou seja, entre a última Assembleia do ano de 2017 e a primeira Assembleia de 2018, há uma décalage bastante elevada, não sei se a metodologia utilizada é diferente ou se a metodologia utilizada quando é a situação financeira para as Assembleias é ou não a mesma, gostaria que nos explicasse.

Queria ainda evidenciar um aspecto que foi focado na questão das perdas da água. É um indicador, que, julgo que foi a primeira vez que foi indicado no relatório, porque falava-se que havia cerca de 50% de perdas de água, e o que se vê, é que chegou mesmo aos 62% no ano de 2016 e este ano tem um valor de 49,30% de perdas. A questão que gostaria de colocar, o que é que aconteceu de 2016 para 2017, para que tivesse uma queda destas perdas, se há algum trabalho que está a ser feito no sentido de condicionar estas perdas e reduzi-las ao mínimo possível.

Depois, passaria para a apreciação das Grandes Opções do Plano, e de facto, costumo fazer uma análise dos desvios e não obstante a sua análise ou um breve sublinhar de explicação do que aconteceu... o que eu queria evidenciar, é que as prioridades que foram mantidas, ou seja, relativamente à ordem do peso nas Grandes Opções do Plano, verificamos que o Saneamento e Salubridade manteve, quer em sede de orçamento inicial, quer em sede de orçamento final manteve o primeiro lugar, e manteve-o mesmo até em sede de verba cabimentada, portanto a grande importância do Saneamento, o que é de louvar e nós saudamos essa aposta. Uma das rubricas que manteve o seu lugar, Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, que tinha a terceira prioridade em sede de orçamento, e continua a mantê-la em valor executado. Mas depois tivemos três rubricas que subiram de prioridade que foram: - Comunicações e Transportes, de 6.º lugar para 2.º lugar, aqui talvez por causa da especificidade do Ano de 2017, ano de eleições, com certeza não foi alheia a este facto. A Defesa do Meio Ambiente subiu de 11.º lugar para 10.º lugar, os Serviços Municipais subiram do 9.º lugar para o 7.º lugar, e

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

desceram a Educação do 4.º lugar para o 5.º lugar, desceu a Cultura e Desporto do 5.º lugar para o 6.º lugar, e desceu Acção Social do 8.º lugar para o 9.º lugar, e a Saúde do 7.º lugar para o 8.º lugar, a Habitação e Urbanismo também desceu de 2.º lugar para 4.º lugar, a Protecção Civil, desceu de 10.º lugar para 11.º lugar. Portanto, esta é a análise que faço, que tem a ver com as Opções do Plano, e tirando as Comunicações e Transportes, talvez por ter sido um ano de eleições, todas as outras, terão sido condicionadas com aquilo que referiu à pouco, a impossibilidade de executar por formalismos ou por atrasos que houve na execução das mesmas. De qualquer das formas deixava aqui estas notas. Também penso que já se referiu às reservas que foram colocadas pelo ROC, que em princípio estão em fase de resolução, por aquilo que referiu à pouco, eu fiquei com essa ideia, julgo que pode confirmar ou não. Portanto, face a tudo isto a Bancada da CDU votará a favor.”

Usou da palavra o Senhor deputado Municipal, Prof. Ângelo Penacho: “Boa tarde... sobre o documento tenho uma pequena observação e depois tenho uma pergunta a título de esclarecimento e depois um outro assunto mais particular.

Sobre o pormenor, na página 19, do documento, no quadro 8 – Evolução da Receita – eu não andei de calculadora na mão a verificar contas, mas há algumas coisas que sobressaltam à vista. Na rubrica 12 – Passivos Financeiros – temos uma variação de 2016 para 2017 de 0 para 0, e na coluna variação tem -100%... eu não sei como é que são feitos estes quadros, mas dá-me ideia de que isto não poderia ser assim. Na página anterior – 18 – quadro 7, na rubrica 13 – Outras Receitas de Capital – aqui já não é a variação, tem a ver, com as percentagens em termos de peso, um valor de 0, que dá uma peso de 0,29%, assim como na linha seguinte no ano de 2016, 274.76€, dá um peso 0, não sei se será pelo facto de ser uma verba muito pequena.

Depois, pretendia um esclarecimento relativamente a uma listagem de transferências correntes... há uma lista muito grande de pessoas singulares e entidades, eu suponho, e era esse o esclarecimento que eu pretendia, que a maior parte destes casos, são particulares e rondam algumas, poucas dezenas de euros, penso que será o reembolso dos manuais escolares, mas não sei se estou correcto.

Agora gostaria de passar para um assunto, e no meu caso é o segredo mais mal guardado, que tem a ver com aquela obra de cobertura situada entre o Jardim de Infância e a Escola da Vinha da Rainha. E tem a ver simplesmente por isto, porque vai motivar o meu voto contra a aprovação do documento. Em minha opinião, e eu respeito todas as outras, mas esta é a minha opinião, aquele investimento que teria certamente a minha aprovação se fosse feito, ou no apoio directo à Junta de Freguesia, ou na Associação de Vinha da Rainha porque uma e outra são merecedoras de tal, mas, acho que, aquele investimento ser colocado na rubrica da Educação, desvirtua a Prestação de Contas, porque é um investimento que a Educação não solicitou. Na minha opinião a sua utilização principal não é na área da Educação e porque haveria outras prioridades nomeadamente na Vinha da Rainha para aplicação de verbas na área da Educação.”

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:

“Começo pela última parte da intervenção do deputado Municipal, Dr. Ângelo Penacho, até porque pensava que este assunto, melhoria das condições para a Educação na Vinha da Rainha, fosse um assunto encerrado... Trata-se de um espaço polivalente, tal como o Pavilhão da Encosta do Sol, em parceria com o Município e com o Ministério da Educação integrou o complexo daquilo que é hoje o Centro da Escola Básica de Soure e, é muito mais do que despesa da Educação, ou investimento na Educação, e foi esse o critério... Está disponível nos 365 dias que o ano tem, para toda a utilização que as escolas queiram, porque em primeira instância são as escolas que lá funcionam. Estamos aqui a falar na rotatividade de investimentos, e um dia destes, assim haja população escolar, Vinha da Rainha pode almejar o Centro Escolar, embora na prática o Jardim de Infância e a Escola, quase já funcionem como Centro Escolar, e há ali caminho para percorrer, assim haja população escolar, para que, assim como há o Centro Escolar de Samuel, Centro Escolar de Degracias / Pombalinho, Centro Escolar de Tapeus, o Centro Escolar da Granja do Ulmeiro, como vai haver, espero eu, o início das obras ainda este ano, porque já foi o Protocolo para assinar entre o Município e a Secretaria de Estado da Educação, o Centro Escolar de Soure, porque a Escola Básica de Soure será transformada em Centro Escolar de Soure, é o que está na Carta Educativa. Portanto, é a fazer esse caminho, que aquela infraestrutura foi considerada importante para a Educação. Estranho, e é primeira vez que estou a ouvir e está aqui o antigo Senhor Director do Agrupamento de Escolas, está aqui o Senhor Presidente de Junta, não me foi sugerido, ao contrário do que o Senhor acabou de dizer, embora eu saiba que lá trabalha, que havia outras prioridades para investir na Educação na Vinha da Rainha... Tudo aquilo que tem sido solicitado à Câmara e à Junta de Freguesia, temos satisfeito todas as necessidades para a população e para a dimensão escolar de Vinha da Rainha. Portanto, refuto liminarmente que utilize a construção desta melhoria, que certamente o Senhor enquanto profissional, naquela escola pode usufruir para os seus alunos, para o conforto dos professores, para quando as condições climatéricas são mais adversas, têm um espaço de 360m², para poder fazer recreio, actividades desportivas, que não está terminado, está começado, está feito o grosso, mas que já tem utilização.

Sobre as percas de água dizer o seguinte: - Nós temos um esforço muito grande a fazer, os indicadores são verdadeiros, não são falseados, tanto uns como outros, mas muitas vezes não basta aquilo ser verdadeiro. Esta questão das percas de água, tem aqui uma aritmética, que, vale o que vale, como qualquer indicador e tem a ver como é interpretado. Nós, de facto, temos muitas percas, algumas delas ao tentarmos corrigir, verificamos que não são percas e são auto consumos, portanto, parte desta diminuição tem a ver com alguma alteração nessa área, ou são consumos junto das Freguesias que tiveram de ser corrigidos, mas também, consta do Relatório, temos feito investimento na remodelação da Rede de Águas, pouco, porque a nossa capacidade não dá para mais, mas está espelhado a necessidade de, a curto prazo, se investir bastante mais, seja com o recurso a que

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

financiamento for, na remodelação da Rede de Águas para diminuirmos sobre diversas formas estas percas.

Quanto à questão da dívida... Dr. Malhão, isto é dinâmico, basta ter caído uma factura ou duas no dia da amostra, e a amostra, dois dias depois pode ser outra... A Conta Corrente de Fornecedores de Imobilizado, não é dívida, nós estamos a pagar a 10 dias, e portanto isto não é dívida, é conta corrente... na análise da dívida isto é apenas um indicador de momento e é residual, e certamente o senhor também notou e percebeu que é isto que aconteceu.

Relativamente aos arredondamentos das tabelas, e confesso que possa haver aqui um erro de arredondamento da folha de excel, mas tendo em conta os valores residuais – 274.76€- para um valor de 14.000.000,00€, pode haver aqui algum acerto a fazer, que deviam ser agora auditados e verificados por outras pessoas, mas achamos que para esta discussão não era importante... tem a ver com arredondamentos que não estão bem enquadrados, a aplicação acaba por fazer ela o encaixe dos valores, e pode haver aqui, de facto, um erro ou outro, mas de somenos importância.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Jorge Mendes: “ Boa tarde a todos... as considerações que tenho a fazer neste Ponto 7 – Apreciação e Votação dos Documentos da Prestação de Contas/2017, são as seguintes:

Isto pode ser feito a dois níveis... um primeiro nível, de uma forma directa e imediata, tem a ver com a formalidade dos documentos apresentados, isto é, sabermos se os documentos são fiáveis, se são certos, se espelham a posição financeira da Autarquia. Este é o primeiro nível que deve ser analisado.

Depois um segundo nível, mais profundo que tem a ver com a robustez dos próprios documentos e o equilíbrio orçamental das contas do Município. Portanto, são estes dois níveis que devem ser apreciados e que devem estar subjacentes à votação de cada um de nós. Ainda assim se admita, que para esta votação se tenha em conta também, se o Executivo ao longo do ano desvirtuou ou não o Plano que foi aprovado inicialmente, este também é um motivo para apreciação e pode conduzir-nos a determinada votação. Mas, já assim não é, e isso não deve levar a uma votação, seja positiva ou negativa, não interessa para aqui a questão, não pode revelar a questão particular de um qualquer investimento com o qual não concordamos. De facto, não é isso que está aqui em questão. O que está aqui em questão é a apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas... essa questão particular de concordarmos ou não, com um determinado investimento, não pode nem deve revelar para a votação, neste ponto na Ordem de Trabalhos. Servirá eventualmente para a Votação de um Plano e nunca para Apreciação e Votação de uma Prestação de Contas, porque de facto não é isso que está aqui em causa, são estes dois níveis que eu à pouco referi. E começando pelo primeiro, se os documentos estão formalmente correctos e se espelham a realidade financeira da Autarquia, mais do que eu, o ROC espelhou aqui essa posição, e foi isso que foi divulgado. Portanto eu vou socorrer-

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

me daquilo que o ROC nos diz, para verificar se os documentos, são ou não correctos. Aquilo que o ROC diz, é que as Demonstrações Financeiras, anexas, apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materiais a posição financeira do Município de Soure, em 31 de dezembro de 2017. O seu desempenho financeiro e a execução orçamental, relativo ao ano findo, naquela data e de acordo com o POCAL. Mais do que eu, nem sequer me atrevo a questionar esta posição o ROC diz, que as contas que aqui estão, espelham a posição financeira do Município em 31 de dezembro de 2017. Quanto à questão da formalidade, quanto à questão se os documentos são ou não fiáveis, é o ROC que diz que são. Quanto a este aspecto, penso que a situação está ultrapassada, e não é isto que nos leva a votar negativamente quanto a esta posição.

Quanto à robustez das contas, essa questão é mais profunda e passarei de uma forma breve a analisá-la... esta questão passa sobretudo por uma análise económica e financeira e também orçamental. Nesta análise, devemos olhar em primeira instância para o total das Receitas e para o Total das Despesas. Neste orçamento ou em qualquer outro, o Total das Receitas deve sempre sobrepor-se ao Total das Despesas, ou, no mínimo deve ser igual, e de facto, o que aqui assistimos, falando em Total de Receitas e Total de Despesas, assistimos aqui a um saldo de Conta de Gerência de 897.000,00€. Este saldo de Conta de Gerência é importante porque aumenta a capacidade de gerar investimento para 2018. Mas, mais do que a diferença entre Total de Receitas e Total de Despesas, importa também e sobretudo olharmos para a Execução Orçamental, porque é essa que vai gerar excedentes para a Câmara Municipal poder investir no próprio ano, ou no ano seguinte, e esta Execução Orçamental, advém da diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas Correntes. E aqui, o valor do Excedente Orçamental, é superior a 3.700.000,00€, portanto, num ano a diferença entre Receitas Correntes e Despesas Correntes é superior a 3.700.000,00€... mas isto, não é caso único, estamos a falar do ano de 2017, mas podíamos falar em todos os anos anteriores.

Fazendo uma retrospectiva a partir do ano de 2014 e podíamos fazê-lo para anos anteriores, embora eu não tenha aqui as contas dos anos anteriores, mas, ainda assim se verificava. Em 2014, o Excedente Orçamental era de 2.600.000,00€, em 2015 quase 3.000.000,00€, e em 2016 era de 3.600.000,00€ e agora 3.723.000,00€, o que assistimos aqui é a uma verdadeira consolidação orçamental que é permanente e reforçada ano a ano. Esta questão é importante, porque é a partir deste Excedente Orçamental que a Câmara está em condições de fazer Investimento. Se não houver Excedente não há Investimento. E aquilo que a Câmara tem de fazer é corresponder às necessidades dos cidadãos e ter verbas para investir. E estas verbas para investimento, vêm do Excedente Orçamental. É de salientar o excelente desempenho em 2017, mas este desempenho é uma sequência lógica e consolidada dos anos anteriores e tem aumentado ano após ano. Esta questão do orçamento orçamental tem a ver com a questão do Equilíbrio Orçamental. Porque de facto é através do Equilíbrio Orçamental que se vê a robustez e a importância deste orçamento, e aqui chamava a atenção do Art.º 40 do recurso à Lei, que diz que o Equilíbrio Orçamental advém de as Receitas Correntes serem no mínimo iguais às

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Despesas Correntes acrescido das Amortizações de médio e longo prazo. Portanto, em termos práticos, basta olharmos para a Execução Orçamental, onde tínhamos um excedente de 3.700.000,00€ e deduzir as Amortizações praticadas no ano anterior pelo Executivo, nos empréstimos a médio e longo prazo, que são cerca de 3.700.000,00€, isto quer dizer que há Equilíbrio Orçamental porque não só a diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas Correntes, acrescido das Amortizações é maior que zero, mas é robusto porque é superior a 3.000.000,00€.

O Saldo Corrente é superior a 3.000.000,00€... e vocês perguntam-me, isto é bom ou é mau?... Depende... Numa Câmara como a de Soure, de facto, é um resultado muito bom, se estivéssemos a falar de uma Câmara com um Orçamento maior como a de Coimbra ou de Leiria, certamente não era tão bom. Ainda assim era bom porque havia Equilíbrio Orçamental, mas não era tão bom, porque de facto, o que importa aqui para saber se este equilíbrio é bom ou mau, tem a ver com a relatividade, e relacionando, este Saldo Corrente com as Despesas Correntes. No caso concreto de Soure, sendo que as Despesas Correntes são de 12.600.000,00€, o Saldo Corrente sendo superior a 3.000.000,00€, corresponde a 24%. De facto este resultado, não só é bom, como é excelente, 24% de Saldo Orçamental. Isto é a mesma coisa, mal comparando, que no nosso orçamento familiar, eu gostava de ter um saldo destes, que é no total das receitas correntes num ano, eu chegar ao final do ano, ter pago as despesas correntes todas, ter pago eventualmente as amortizações dos empréstimos que fiz para a casa, de habitação própria e permanente, ter pago eventualmente as amortizações de uma viatura que comprei em prestações, e ainda assim, ter um saldo positivo de 24% relativamente às Receitas iniciais. Este Resultado que a Câmara tem no decurso do ano de 2017 é excelente, um Saldo Corrente superior a 3.000.000,00€, que corresponde a 24% das Receitas Correntes... É quase ¼ das receitas correntes que são consideradas excedentes, isto revela a capacidade que a Câmara tem para investir.

Portanto, o Equilíbrio Orçamental existe, é de significativo valor, e digamos que é um Orçamento robusto e cumpre amplamente este Equilíbrio Financeiro exigido pelo Art.º 40 do recurso à Lei.

Relativamente à questão das Despesas e das Receitas, eu já falei aqui do Excedente Orçamental, falei ao longo dos anos na evolução positiva deste Excedente Orçamental, e isto tem a ver com a Capacidade de Investimento do Município. De facto, é este Excedente Orçamental que permite à Câmara investir... investir no próprio ano e no ano seguinte. E é por isso, que quando falamos em capacidade de investimento em cada um dos anos, é preciso que se acrescente, além do excedente orçamental do próprio ano, o excedente que vem do ano anterior, ou seja, o excedente do ano anterior que não foi investido no próprio ano. Portanto para vermos a capacidade de investimento, temos de analisar o excedente orçamental do próprio ano e aquilo que nos é transferido do ano anterior. Fazendo este exercício para 2017, verificamos que a capacidade de investimento é 5.600.000,00€, no ano de 2017. É de facto uma capacidade de investimento muito grande mas é limitada, são 5.600.000,00€. Isto a propósito de que, muitas vezes se

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

pretende exigir do Município investimentos que muitas vezes estão para além da capacidade do Executivo. A capacidade do Executivo é esta, é excelente, é boa, mas é esta, não podemos exigir mais do que aquilo que aqui está. Portanto, investimento que todos nós achamos que deviam ser feitos no Município, tem este teto... tem este teto, sabendo nós que o investimento feito ao longo do ano pelo Município, não é só para aquele que desejamos ver concretizado, mas é para todos aqueles que advêm do seu próprio objecto e que não podemos descurar. Portanto, esta capacidade de investimento de 5.600.000,00€, é de facto importante e cumpre aqui salientá-lo.

Termino falando na Demonstração de Resultados... A Demonstração de Resultados revela-nos um Resultado Líquido do Exercício de 1.100.000,00€. O Resultado Líquido do Exercício corresponde ao lucro que a Câmara Municipal de Soure apresenta em determinado período do ano. Advém dos Proveitos de cada ano, deduzido dos Custos que têm que ser feitos em determinado ano. Portanto este Resultado Líquido do Exercício não tem a ver com o Excedente Orçamental, porque no excedente orçamental falamos de receitas e despesas e aqui falamos de proveitos e custos, e aqui o valor é superior a 1.100.000,00€. Portanto, uma Demonstração de Resultados que cumpre, segundo o ROC, fielmente as Contas do Exercício, e o resultado líquido do final do Exercício, de facto, de salientar neste valor que eu acabei de dizer. As contas são estas, segundo o ROC, os documentos são fiáveis, certos, e espelham a capacidade financeira do Município e de facto as Contas revelam uma robustez digna de assinalar e portanto merecem a aprovação de cada um de nós e desta Assembleia.”

Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal, Dr.^a Rosa Colaço: “Boa tarde a todos... Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara e respectivo Executivo, Colegas Municipais...

Como Presidente de Junta eleita, e com assento neste Orgão por inerência, entregaram-me a questão do Relatório e Contas que acho bastante importante, e a minha actividade profissional como sabem é exercida no Concelho de Soure, na minha Freguesia, na Freguesia de Alfarelos da qual sou Presidente de Junta. No âmbito da minha actividade conheço, aprofundadamente, alguns empresários e comerciantes do nosso Concelho, que mantêm relações profissionais com a Câmara Municipal de Soure, e que me têm transmitido, quer a nível profissional, quer em sede de Junta de Freguesia e como Presidente de Junta a sua satisfação pela envolvência com a Câmara Municipal de Soure. Esta envolvência da Câmara Municipal de Soure, com os empresários e comerciantes do Concelho, tanto na aquisição de bens e serviços dentro do próprio Concelho como no pagamento atempado desses bens e serviços. É excepcional o esforço do Senhor Presidente de Câmara, em reduzir o prazo médio de pagamentos do Município, que tem vindo a reduzir nestes últimos anos, e chegámos aos valores que hoje temos aí de 10 dias. Estes 10 dias para uma Autarquia Local, é quase como se fosse pronto pagamento. O

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

círculo, desde a entrada de uma factura e a sua respectiva quitação, passa mediante aquilo que a Lei diz, é como se estes 10 dias fossem um pronto pagamento. É salutar, embora a tendência nacional dos Municípios, até por força da Lei, é de redução do prazo médio de pagamentos, mas é com grande orgulho que vejo que o Concelho de Soure, e nomeadamente o Senhor Presidente de Câmara como responsável máximo, preza por salvaguardar os interesses dos munícipes de uma maneira em geral mas também dos empresários neste Concelho. Sabemos também que se a actividade empresarial for devidamente estimulada com pagamentos a tempo e horas gera emprego, e gerando mais emprego, pode trazer mais famílias ao nosso Concelho. Portanto, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia, só quero agradecer a envolvimento de todos, que nestes últimos anos têm reduzido estes prazos médios de pagamento, aos comerciantes e não só, do nosso Concelho.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Prof. Ângelo Penacho: “Invocando o direito de resposta, quero dizer ao Dr. que há duas ou três coisas que pode saber sobre mim.

A primeira delas é que quando eu tiver alguma observação a fazer, ou alguma discordância a apresentar ou a digo ou assino por baixo... não é meu hábito, nunca fiz qualquer tipo de denuncia, ou reclamação anónima. Por isso é que comecei por dizer, quando abordei este assunto da obra da Vinha da Rainha, que era o segredo mais mal guardado, porque tive oportunidade de falar com o Senhor Presidente de Câmara, tive oportunidade de falar com a Senhora Vereadora da Educação da altura, tive oportunidade de falar com o Senhor Presidente de Junta, tive oportunidade de falar com as Colegas que trabalham na Vinha da Rainha, e tive oportunidade de falar com elementos da Direcção da Escola. E, quando eu tive conhecimento da obra, a primeira coisa que fiz foi perguntar às minhas colegas se sabiam, porque eu não sabia, e depois é que fui entretanto falando com as outras pessoas. Porque, na minha opinião, não adianta nós andarmos a fazer grandes discursos no 25 de Abril, nomeadamente fazendo um apelo à participação dos cidadãos e depois decidirmos coisas sem falar com quem trabalha na altura. E eu, só não adianto mais esta conversa, porque de todas as pessoas com quem falei, para me inteirar deste assunto, não pedi autorização a nenhuma delas para repetir aquilo que me disseram, mas algumas das coisas não são boas, e portanto, é óbvio, que a minha posição relativamente a este assunto, tem as duas componentes, uma sobre a minha leitura técnica do documento, e também uma posição política, obviamente que não nego. Porque nós ouvimos na intervenção anterior, o Dr. Malhão referir uma redução no ranking da despesa da Educação, porque na minha opinião, o que está aqui em causa é que esta obra, que eu não questiono a sua utilidade, o que eu questiono é estar inscrita na rubrica da Educação, e pelos documentos, nós vamos ler que há um determinado investimento na Educação, e, na minha opinião, não é bem assim. Portanto, isto continua a ser a minha opinião. Tanto é assim, que ela já teve, e na minha opinião bem, uma finalidade imediata, que foi uma iniciativa que eu saúdo e

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

participo que é a Amostra do Vinho na Vinha da Rainha. Portanto, para que fique claro, eu continuarei a emitir as minhas opiniões, e digo-lhe que no local onde presto parte do meu serviço, na Vinha da Rainha, existe neste momento um computador a funcionar, que vai no quarto ano de existência na Vinha da Rainha, e que é um computador que já tinha sido abatido por ser demasiado velho.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes: “ ... O Espaço Polivalente no Pátio das Escolas da Vinha da Rainha, para mim está mais que esclarecido. Há pouco desafiei o Senhor Deputado, Ângelo Penacho, falou de outras prioridades... de facto, começou a levantar um pouco o véu e pergunto ao Senhor Vereador que está com o pelouro da Educação:- Foi-lhe dado nota que falta um computador na Vinha da Rainha? (Ao que o Senhor Vereador terá respondido que não)... O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu, dizendo que: ... então se não foi, espero que na próxima quarta-feira à tarde lá esteja o computador na escola de Vinha da Rainha, porque senão, eu próprio, levo para lá o meu.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Evaristo Duarte: “ Boa tarde... Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara, Vereadores, Caros Colegas Deputados, e Funcionários...”

O que estamos a apreciar são os dados do Relatório e Contas de Actividades, não estamos a elaborar o Plano de Actividades, essa fase já passou, num momento anterior. O que estamos a verificar são as contas, e respondendo ao Senhor Deputado, o Plano de Actividades, seja com a Junta de Freguesia da Vinha da Rainha, ou seja com todas as Juntas, é elaborado em sintonia com a Câmara Municipal, e somos abertos a qualquer sugestão ou contributo que nos possa ser dados para a elaboração desse Plano de Actividades, mas eu penso que não é isso que estamos aqui a tratar. Já agora também queria dizer ao Senhor Deputado e a esta Assembleia, que o espaço, é um Espaço Multiusos, de apoio à Educação, como já foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara e serve ainda para estacionamento dos carros dos Senhores Professores, mas a sua principal função é para as crianças praticarem as actividades extra curriculares, como a Educação Física, quando o tempo não o permite. Não sei se o senhor Deputado sabe, durante a semana, as crianças, têm cinco dias com aulas extra curriculares na área da Educação Física... aliás a maior parte dos agrupamentos dos Centros Escolares, já têm esse abrigo, e nós não tínhamos. Portanto também serve para esse fim, Senhor Deputado.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia: “ Quero fazer dois breves comentários e uma Declaração de Voto... A análise dos Documentos de Prestação de Contas, como é hábito, não me suscita qualquer reparo... Até porque os ajustes ou modificações que têm surgido ano após ano...”

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

eles têm, no essencial, a ver com duas alterações da ambiência legal... uma, estarão lembrados, é a Lei dos Compromissos e Pagamentos, que é a Lei n.º 8 de 21 de fevereiro de 2012, e outra, é a Lei do Orçamento de Estado de 2014 – Lei n.º 83-C de 31 de dezembro de 2013 - ... estas Leis vieram, no fundo, determinar, que todo e qualquer Município, excluindo a dívida bancária no âmbito da sua capacidade de endividamento... vieram determinar, basicamente, que qualquer Município, tendencialmente, excepto as facturas em tratamento, tem de ter dívida zero!!!... E têm de ter dívida zero, por duas razões muito simples... Primeira razão, porque antes de assumir um qualquer compromisso tem que ter a dotação e tem que ter praticamente o dinheiro na Conta... Segunda razão, porque por aí já não pode ter dívida, e com a impossibilidade técnica de sobreavaliar qualquer receita orçamental, não tem dotação que lhe permita “tapar” a dívida porque, na prática, não é possível dever a credores que não a Banca!!!... Portanto, o facto de haver uma dívida, tendencialmente no valor zero, corresponde, resulta, de uma estratégia nacional!!!... E pena é, que os diferentes Ministérios deste País, também não tenham uma Lei como a do Orçamento de Estado 2014, que não lhes permita sobreavaliar qualquer Previsão Orçamental em termos de Receita.

Depois dizer-vos o seguinte: - Não há nenhum reparo a fazer às contas.. por isso devemos votar, com confiança e satisfação, a favor das mesmas... o Dr. Jorge Mendes utilizou uma palavra que não é muito habitual em termos de análise económica... A palavra “Robustez”... parece-me uma palavra “feliz”...

Lembrar-se-ão, que, com a lealdade habitual, dei nota nas últimas avaliações das Prestação de Contas, de que, não obstante termos contas “robustas”, havia, do meu ponto de vista, um peso relativo baixo das Despesas de Capital... isto, sem prejuízo de já ter ocorrido a avaliação política do mandato anterior, e todos conhecermos o resultado... A verdade é que 2017 é, praticamente, o último Exercício do mandato anterior, e já mostra Despesas de Capital, Despesas de Investimento com um peso de quase 35%... significa que, no Exercício de 2017, ao contrário dos últimos três anos, já passámos dos 28,29%, para, sensivelmente, 34%... Portanto estamos a caminho daquilo que, digamos, deve ser o valor mínimo das Despesas de Capital, que deve rondar pelo menos os 40%... Por isso estou satisfeito por sentir que estamos com “robustez”, a trilhar o caminho certo.

Depois dizer o seguinte... Vou, naturalmente, votar a favor dos documentos de Prestações de Contas... de forma clara e inequívoca, mas, com reservas!... E as reservas não têm propriamente a ver com as reservas constantes no parecer do Revisor Oficial de Contas... Trata-se de um imperativo legal, mas, a avaliação que fazem, também a faço, e julgo saber exactamente o que se está a passar no Plano Técnico... Dito isto, as minhas reservas prendem-se apenas com o Relatório de Gestão, que integra um conjunto de apreciações... há algumas considerações que constam do Relatório de Gestão, designadamente e em particular, as que estão na página 48 e que se referem à Auditoria da Inspeção Geral de Finanças, com cujas conclusões, é bem conhecida a minha fundada e manifesta discordância!!!... Portanto, eu voto a favor das Contas mas com coerente e total discordância com algumas considerações que constam do Relatório de Gestão!!!...

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

designadamente e em particular, aquelas que decorrem de uma auditoria com cujas conclusões, eu não discordo no Plano Técnico, mas, com considerações não técnicas que eu nem sequer aceito no Plano Político!!!...”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:

“Gostaria de fazer sentir algumas considerações finais... De facto, pessoalmente, confesso-vos que o meu grau de satisfação não é o melhor, enfim, pela contingência que vos mostrei, do funcionamento da administração, da morosidade dos contratos públicos, dos processos de adjudicação de empreitadas. Passámos o ano de 2017 à espera dos vistos, com esclarecimentos, candidaturas, o que atrasa o planeamento e atrasa a nossa satisfação de implementação de obra. Também dar nota que neste momento a situação não está melhor, mas por outras razões, há falta de mão de obra disponível para as empreitadas, para os empreiteiros, é o que eles se queixam, essa nota já tem tido relevo a nível nacional, vamos entrar em processos de obras de regeneração urbana e portanto estou muito preocupado com isso.

Por outro lado, reafirmar questões básicas daquilo que é o meu entendimento enquanto Gestor Público. O objectivo do Município não é ter lucro, não é ter resultados líquidos positivos, não é ter excedente orçamental, não trabalhamos para isso... trabalhamos para a satisfação das necessidades das pessoas, não só das necessidades básicas, mas também das necessidades estratégicas para construir soluções, para que no futuro as pessoas do nosso Concelho vivam melhor, e que se fixem cá, e que haja condições de aumentar a actividade produtiva, aumentar a criação de emprego e a instalação de novas gerações. Há um erro grosso quando se tenta minimizar a questão relativa dos diversos investimentos, na área da Educação, não posso deixar de dizer, porque foi no mandato anterior, onde se insere o ano de 2017, sempre, uma condição assumida por todos os vereadores, todos os partidos políticos, e não há desvios... em termos de educação, nós aumentámos substancialmente a despesa primária/investimento, na área da Educação. Embora o Estado tenha começado a dar apoio ao 1.º ano do 1º ciclo, com os manuais escolares, nós mantivemos para os outros anos, e fizemos mais, os transportes escolares gratuitos, para todos os anos de escolaridade obrigatórios, quando se pagava 50%, no 10.º ano, 11.º ano e 12.º ano. O regime da fruta escolar que já vinha do ano anterior, etc... Portanto, as folgas que vão sendo dadas por uma coisa, nós vamos procurando manter o investimento, a Despesa da Educação, há uma despesa substancial em investimento no Centro Escolar de Soure, 300.000,00€/400.000,00€ que têm vindo a transitar e que não descabimentámos, o que contribuiu também, para uma, não tão boa execução, mas não descabimentámos. Nós podíamos ter “mascarado essa percentagem”, tirando relevância política. Portanto, os resultados e as contas estão muito bem feitas, e não podiam ser de outra forma, mas têm sempre uma apreciação relativa. A Acção Social, manteve e aumentámos os Programas e os Investimentos. Aumentámos as prestações de Rendamentos Sociais, aumentámos um conjunto de outros investimentos, portanto, a nossa consciência tranquila. Terminámos

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

um ano, sem ter falhado nada, e aumentado aquilo que são as Áreas Sociais, a Educação, a Cultura, a Acção Social, a Protecção Civil. Estamos disponíveis, como fizemos nestes quatro anos, para de acordo com a forma como os Senhores Deputados Municipais, neste mandato, queiram ver ou não reflectido a análise de determinado tipo de actividades, voltar a clarificar os Relatórios de Contas.

Senhor Presidente, sobre a nota que fez à auditoria do relatório da DGF, eu assumo aqui, esta parte do texto, embora todo ele fosse supervisionado por mim, que essa foi uma transcrição quase “copy/past” de parte fundamental do Relatório. Não entrei na sua análise porque essa já foi devidamente escalpelizada, aqui, em duas Assembleias Municipais, mas não podia ignorar, durante o Exercício de 2017, fez parte da análise política e serviu de orientação até pedagógica, para termos em boa atenção algumas das recomendações do IGF à Lei actual. E na minha intervenção na Assembleia Municipal que escalpelizou esse relatório, a minha intervenção foi a única vez que intervi neste Órgão sobre essa matéria, e disse que, cada Lei tem de ser interpretada no seu tempo, e que o relatório do IGF, fazia parte de um tempo que era 2009/2013, juntando-lhe argumentos e observações de Leis, que só vieram em 2014. Portanto, eu fui muito claro, em 2017, neste Órgão, quando uma única vez, fiz a minha apreciação sobre esse documento, aceito e respeito a sua observação, e assumo que apenas me limitei a fazer uma transcrição do articulado final da parte mais recomendativa. E o objectivo também é esse, é uma orientação para os serviços, uma orientação para quem faz a análise e a fiscalização que é a Assembleia Municipal, mas que não teve a intenção de se debruçar por questões que não faziam sentido, nesse relatório. Saúdo a sua nota e o apoio que deu à apresentação das contas, e de facto, parece-me que a sua nota não tem a ver com as contas, há um reparo em relação àquele paragrafo, que o Senhor faz questão que fique em acta, sendo que ele, assumidamente por mim, é a transcrição de uma parte circunstancial.”

Foi deliberado, por maioria, com 26 (vinte e seis) votos a favor -- 22 (vinte e dois) da Bancada do PS, 3 (três) da Bancada da CDU e 1 (um) da Bancada do MAIS --, 4 (quatro) abstenções da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM – Srs. Deputados, Virgílio Costa, Susana Lapo, Márcia Travassos e Nuno Trindade -- e 1 (um) voto contra da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM - Sr. Deputado, Ângelo Penacho -, aprovar os Documentos de Prestação de Contas / 2017. -----

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

PONTO 8. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2018 . Apreciação de Propostas de Revisão - 1.^a/1.^a -

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **Modificação/Revisão Orçamental n.º 1**

Relativamente ao assunto em epígrafe, e dando cumprimento ao solicitado pelo Sr. Presidente de Câmara, informamos:

De acordo com alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as Opções do Plano e a proposta de Orçamento bem como as respetivas Revisões.

No enquadramento dos pontos 831 e 832 do POCAL que trata das Modificações ao Orçamento e Plano de Atividades, o Sr. Presidente da Câmara Municipal elaborou uma proposta de Revisão/Modificação Orçamental atendendo à necessidade de modificações aos documentos previsionais aprovados em Dezembro de 2017, para desenvolvimento de investimentos inicialmente não previstos como por exemplo, a Criação do Portal de Eventos e Promoção Turística, o Parque de Lazer do Rio Anços/Açude Rodas”, a Reabilitação do Edifício Restaurante a Várzea em Museu Temático, Aquisição de Viaturas, quer para reforço da Recolha de Resíduos quer para deslocações imprescindíveis/inadiáveis no âmbito da CPCJ e para a Participação no Capital Social da nova Empresa Intermunicipal formada por Mira, Montemor-o-Velho e Soure mas também para reforço dos montantes dotados em projetos já contemplados nos documentos previsionais coo a Conservação/Reparação da Piscina Municipal Coberta de Vila Nova de Anços, Construção de Campos Relvados, Requalificação da Amieira, Apoios ao Investimento nas áreas da Ação Social, Habitação Social - Aquisição/Reabilitação, Infraestruturas no Meio Ambiente, Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas da Zona Sul da Freguesia de Soure e a Reabilitação do Cemitério de Soure bem como a Aquisição de Terrenos.

A Câmara Municipal atendendo ao previsto no POCAL, pode realizar três tipos de Modificações Orçamentais:

- **Aumento global da despesa:** tendo como justificativo a utilização do saldo do exercício anterior, a incorporação de novas receitas que a autarquia esteja autorizada a arrecadar e a incorporação de eventual excesso de cobrança de receita relativamente à totalidade de receitas previstas e já arrecadadas.

- **Manutenção da despesa global com redistribuição de dotação global da despesa:** através da abertura de novas rubricas orçamentais e/ou novas de ações das Grandes Opções do Plano.

- **Diminuição ou anulação de receitas:** atendendo à diminuição do orçamento da receita e consequentemente retificação às dotações orçamentais da despesa (diminuição ou anulação das mesmas) ou ainda retificação ou anulação às dotações de ações das Grandes Opções do Plano.

Atendendo ao anteriormente explicado e tendo em conta os objetivos desta proposta de revisão, constante dos mapas em anexo, propõe-se a elaboração da revisão orçamental através utilização do saldo do exercício anterior no valor de 897.722,00 com consequente aumento global da despesa e receita através da abertura de novas ações e reforço de dotação de ações já existentes nas Grandes Opções do Plano.

À consideração superior
A Técnica Superior
(Susana Gaspar)

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:

“A informação é feita pela Técnica, Dra. Susana Gaspar, que interpretou muito bem aquilo que é a pretensão do Executivo e que foi aprovado em Reunião de Câmara por unanimidade. Portanto, nós vamos aproveitar a premissa da Lei, para integrar na receita e dar-lhe a correspondente aplicação na despesa/investimento, do que transita do saldo de Conta de Gerência do ano anterior.

Este documento político, que depois, tecnicamente, integra este total de receita de 897.722,00€, para dizer que, é chegada a hora de também com a folga e com a consolidação das nossas contas, e com espaço de manobra para grandes investimentos, termos investimentos estratégicos. Para já, e para adicionar ou reforçar rúbricas que já constam do Plano de Actividades e Orçamento, das AMR e dos PPI, dizer que, vamos direccionar grande parte destes 897.722,00€, precisamente para o que está referido neste texto, ou seja, para criação de portais informáticos, criação de parques de lazer, reforçar o investimento na Vila de Soure, reforço na recolha de resíduos, reforço na aquisição de viaturas para a área administrativa e social, verba para investimento na criação, ou não, da Empresa Intermunicipal de águas, saneamento e resíduos, grande obra de recuperação da piscina de Vila Nova de Anços, com grande investimento, etc. Foram acrescentados alguns projectos e reforçados, entre outros, estes que eu acabei de dizer. Por outro lado, vou propor ao Executivo que apresente numa próxima Assembleia Municipal, a implementação de um documento estratégico que pretendemos ter em carteira para o Tribunal de Contas, uma situação prévia aos pedidos de financiamento bancário, por exemplo, que é, algumas obras do Município que sejam estratégicas para o desenvolvimento do Concelho em termos de médio e longo prazo, ficarem sinalizadas, seu estudo, planeamento e discussão, previamente... digamos que vai para além das Grandes Opções do Plano (GOP), e da sua inscrição em GOP, é que elas ao começarem a ser estudadas, já tenham o aval da Assembleia Municipal. E por isso, entre elas, está o acesso Soure – Nó da Auto Estrada – IC2, onde o Município pode ter de se constituir parceiro, com grande esforço municipal, para que seja encontrada uma forma de financiamento, ainda que o Município vá para além das suas capacidades, com o recurso ao endividamento, possa, ter uma posição estratégica, e dizer ao Tribunal de Contas, que independentemente da aprovação em projecto do GOP, se possa começar a trabalhar no assunto para esta questão. Isso, com o investimento na regeneração urbana para além daquilo que seja o financiamento do IFRRU, e portanto, em breve será apresentado um documento de enquadramento estratégico de grandes obras para o Concelho de Soure, que possam necessitar do esforço para além, utilizando a capacidade de endividamento do Município que agora tem, superior a 3.500.000,00€, para servir de alavanca a grandes investimentos.”

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Foi deliberado, por unanimidade, com 31 (trinta e um) votos a favor, aprovar as Propostas de Revisão - 1.^a/1.^a -. -----

PONTO 9. EMPRESA INTERMUNICIPAL DE ÁGUAS, SANEAMENTO E OUTROS SERVIÇOS*

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:
“Este Ponto veio para conhecimento, embora a Deliberação de Câmara fosse no sentido de entregar esta responsabilidade à Assembleia Municipal, no entanto, dar-vos nota que hoje mesmo, decorreu a Assembleia Municipal de Montemor, e ontem ao falar com o colega de Mira, obtive a informação que já foi a Assembleia de Mira que incluiu a Prestação de Contas, e agora terá de ser a Extraordinária, e está à espera de uma última Reunião para levar Mira a tomar esta decisão, e portanto, acontecerá em extraordinária esta semana, início da semana que vem. Portanto, ganhamos aqui, de facto, alguma folga, para que todos os documentos já distribuídos, e mais alguns que venham hoje ou depois, possam vir complementar o vosso estudo sobre esta matéria. No entanto, eu sugiro a vossa compreensão, e vou tentar que as empresas, nomeadamente, aquelas a quem foram adjudicadas todos estes estudos, elaboração dos documentos, a entregar às entidades supervenientes, Assembleias Municipais, porque eles têm sido partilhados ao nível dos Executivos, e depois Tribunal de Contas e Entidades Reguladoras (ERSAR), e ao próprio Ministério do Ambiente... as empresas que fizeram isso, e a que fez o estudo e o contraestudo, e a que fez o contraditório, portanto, a que fez a auditoria ao próprio estudo, que venham a Soure, em data a marcar, para os próximos dias, estamos a falar de um período temporal de oito, dez, dias, final desta semana, início da semana que vem, e nós faremos os convites, formalmente, para que todos os eleitos do Concelho, em todos os Órgãos Autárquicos, Câmara Municipal, Assembleia Municipal, e Assembleias de Freguesia. Aqui também quero tirar alguma responsabilidade aos Senhores Presidentes de Junta, que estão a tomar o voto, em nome das suas Freguesias, partilharem essa informação com os outros autarcas das Assembleias de Freguesia, porque este passo é muito importante e merece ter da minha parte toda a transparência, toda a partilha de informação, que sempre tive, não há nenhuma informação escrita que eu tenha, que já não tenha sido distribuída, e portanto, a tendência e o voto favorável do Executivo, o qual agradeço o empenho dos vereadores que assim o entenderam votar a favor. Esta é uma possibilidade de caminho, sendo certo, e com convicção pessoal, que o estado actual em que nos encontramos, à nossa dimensão e os investimentos que são precisos fazer, e a mudança de paradigma de gestão, pode-nos levar a caminhos que não são aqueles que eu preconizo, nomeadamente, um dia destes sermos absorvidos, unilateralmente, por alguém que tenha outra capacidade e que tenha outra dimensão, ou que, sejamos obrigados a ir

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

para uma concessão em que o Município não tenha um peso que neste momento tem. Daí que eu proponha ao Senhor Presidente da Assembleia, que, se assim o entender, sugiro que de uma forma transparente, também para que as Assembleias de Freguesia possam partilhar esta informação, convocar, os mais de 100 autarcas concelhios, para virem a uma sessão, onde será feita uma apresentação, e onde haverá respostas técnicas, pelas equipas que têm feito acompanhamento desta matéria. Vou convidar os meus colegas Presidentes de Câmara de Mira e de Montemor para também estarem presentes nessa reunião, porventura alguém da ERSAR, que também costumam colaborar connosco, sendo certo que, o tempo útil para conseguirmos benefícios imediatos e de grande significado, porque estamos a falar de verbas de Fundos Comunitários de mais de 1.000.000,00€, para o próximo aviso que termina em setembro, esgota-se agora, caso contrário não conseguimos ter a empresa constituída antes de setembro, e depois já não podemos apresentar candidatura. Portanto, nos próximos dias, irei convidar todos os Autarcas de Freguesia.”

9.1. Proposta de Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Soure, o Município de Mira e o Município de Montemor-o-Velho

Foi tomado conhecimento. -----

9.2. Integração do Município de Soure nessa Empresa Intermunicipal, bem como a Agregação dos Serviços de Água, Saneamento e Outros Serviços

Foi tomado conhecimento. -----

Período de Intervenção do Público

Não se verificou qualquer inscrição.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018

Não havendo mais assuntos a tratar, a 1.ª Secretária da Mesa leu em voz alta a Proposta de Acta, em minuta, com o texto das Deliberações hoje tomadas, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia, deu por encerrados os trabalhos às 16,50 horas.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.

A 1ª SECRETÁRIA

Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.

O 2º SECRETÁRIO

José Maria Ferraz da Fonseca

*Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão
Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 30 de Abril de 2018*